



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.  
MESTRADO PROFISSIONAL

JOSÉ RÔMULO BATISTA XAVIER

**ESTÁGIO DE VIVÊNCIA EM FARMÁCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO  
WANDERLEY: a compreensão dos sujeitos envolvidos**

JOÃO PESSOA

2020

JOSÉ RÔMULO BATISTA XAVIER

**ESTÁGIO DE VIVÊNCIA EM FARMÁCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO  
WANDERLEY: a compreensão dos sujeitos envolvidos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Linha de Pesquisa Avaliação e Financiamento da Educação Superior, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Furtado Soares Pontes

JOÃO PESSOA  
2020

Catalogação na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

X3e Xavier, Jose Romulo Batista.  
ESTÁGIO DE VIVÊNCIA EM FARMÁCIA NO HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY: compreensão dos sujeitos  
envolvidos. / Jose Romulo Batista Xavier. - João  
Pessoa, 2020.  
143 f.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE/MPPGAV.

1. Educação superior. Estágio curricular. Farmácia. I.  
Título

UFPB/BC

JOSÉ RÔMULO BATISTA XAVIER

ESTÁGIO DE VIVÊNCIA EM FARMÁCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO  
WANDERLEY: a compreensão dos sujeitos envolvidos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Linha de Pesquisa em Avaliação e Financiamento da Educação Superior, como requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 09 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Furtado Soares Pontes  
Orientadora – MPPGAV – CE/UFPB



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Maria Segabinazi  
Titular externo – PPGL/UFPB



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Da Salette Barboza de Farias  
Titular interno – MPPGAV – CE/UFPB

*Dedico este trabalho a todos e todas que sonham, lutam e contribuem com a construção da educação e da saúde públicas, gratuitas e de qualidade.*

*À minha mãe Raimunda Xavier Batista, pelo exemplo de vida que é.*

*Ao meu pai José Fernandes Xavier (in memoriam), que, mesmo sem formação escolar, apoiou-me e incentivou a estudar.*

*À minha companheira Maria Cristina Dias, que, de maneira compreensiva e com muita paciência, motivou-me e contribuiu na realização deste Curso.*

*Ao meu querido filho José Rômulo Batista Xavier Júnior, aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a DEUS, por me conceder o dom da vida e por sempre me guiar, divinamente, na infinita bondade.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Furtado Soares Pontes, pelo apoio, dedicação, paciência e contribuições nas revisões e sugestões, demonstrando competência como professora e pesquisadora, fatores fundamentais para a concretização deste trabalho.

Aos(às) professores(as) e colegas da 4<sup>o</sup> turma do MPPGAV, por tudo que vivemos e aprendemos juntos; vocês foram essenciais nessa caminhada.

Aos funcionários que compõem o MPPGAV, pela atenção dispensada em todos os momentos em que, deles, precisamos.

Aos participantes desta pesquisa que, prontamente, aceitaram contribuir com informações importantes para este trabalho.

À Banca Examinadora, pelas valiosas contribuições oferecidas na qualificação e na defesa desta dissertação.

Enfim, a todos e todas que contribuíram, direta e indiretamente, para a realização deste trabalho. A vocês, serei eternamente grato.

*“A educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.”*

*Paulo Freire*

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição do Estágio de Vivência em Farmácia Hospitalar desenvolvido no Hospital Universitário Lauro Wanderley para a formação dos estudantes de Farmácia, considerando a compreensão dos sujeitos envolvidos: professores do Departamento de Ciências Farmacêuticas; servidores do Setor de Farmácia Hospitalar e estudantes que realizaram esse Estágio neste Hospital nos períodos letivos 2018.1 e 2018.2. O quadro teórico tratou dos aspectos conceituais e da legislação de estágio no Brasil e a sua inserção no processo educacional como um componente curricular; bem como da trajetória histórica e legal da formação do profissional farmacêutico e do ensino de Farmácia no Brasil e na UFPB. Quanto à metodologia, consiste em uma pesquisa qualitativa e bibliográfica de cunho exploratório e descritivo. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e da aplicação de questionários com os sujeitos envolvidos. Os dados gerados foram analisados por meio da técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2009; OLIVEIRA et al., 2008). A partir da compreensão dos sujeitos referenciados, considerou-se que, apesar das lacunas, este estágio vem atingindo o seu objetivo, contribuindo, de modo satisfatório, para a formação dos estudantes do Curso de Graduação em Farmácia. Ao final, foram apresentadas sugestões para a melhoria do estágio em apreço.

**Palavras-chave:** Educação superior. Estágio curricular. Farmácia. Integração Ensino-Assistência.



## ABSTRACT

This research aims to analyze the contribution of the Hospital Pharmacy Experience Internship developed at the Lauro Wanderley University Hospital for the training of Pharmacy students, considering the understanding of the subjects involved: professors from the Pharmaceutical Sciences Department; employees of the Hospital Pharmacy Sector and students who performed this internship at this Hospital in the periods of 2018.1 and 2018.2. The theoretical framework deals with conceptual aspects and internship legislation in Brazil and its insertion in the educational process as a curricular component; as well as the historical and legal trajectory of the training of the pharmaceutical professional and of the teaching of Pharmacy in Brazil and at UFPB (Citation). As for the methodology, it consists of a qualitative and bibliographic research of an exploratory and descriptive nature. The research was carried out through semi-structured interviews and questionnaire applications with the subjects involved. The data generated were analyzed using the content analysis technique (BARDIN, 2009; OLIVEIRA et al. 2008). From the understanding of the referenced subjects, is possible to conclude that, despite the gaps, this internship is reaching its objective, contributing satisfactorily to the training of Pharmacy students. At the end, suggestions for improvement for the Internship were presented.

**Keywords:** College education; Curricular internship; Pharmacy; Teaching-assistance integration.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1:</b> Distribuição dos Estágios do Curso de Farmácia e períodos que são realizados .....	56
<b>QUADRO 2:</b> Quantitativo de pessoal do SFH e Unidades .....	67
<b>QUADRO 3:</b> Dados sociodemográficos das professoras entrevistadas .....	69
<b>QUADRO 4:</b> Dados sociodemográficos dos Servidores/Supervisores do Estágio de Vivência V no SFH/HULW .....	70
<b>QUADRO 5:</b> Apresentação sintética dos aspectos analisados em relação ao Estágio de Vivência V no SFH/HULW .....	93
<b>QUADRO 6:</b> Sugestões para melhoria do estágio .....	94

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> Quantidade de alunos de Farmácia que realizaram Estágio de Vivência V e Supervisionado III – período de 2014.1 a 2018.2 .....	24
<b>TABELA 2:</b> Quantidade de alunos de Farmácia que realizaram Estágio de Vivência V no HULW ou em outros Hospitais – período 2014.1 a 2018.2 .....	25
<b>TABELA 3:</b> Estagiários de Vivência V que responderam ao questionário da pesquisa .....	71

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

<b>FIGURA 1</b> - Organograma gerencial do HULW/EBSERH .....	60
<b>FIGURA 2</b> - Organograma da Gerência de Atenção à Saúde do HULW/EBSERH..	63
<b>FIGURA 3</b> - Fluxograma de solicitação e concessão de estágios na GEP/HULW/EBSERH .....	65

## LISTA DE SIGLAS

ATP	Atividade Teórico-Prática
CAP	Caixas de Aposentadoria e Pensão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior
CBiotec	Centro de Biotecnologia
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCAÉ	Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCF	Colegiado do Curso de Farmácia
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCHSA	Centro de Ciências Humanas e Agrárias
CCIH	Comissão de Controle de Infecção Hospitalar
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CE	Centro de Educação
CEA	Centro de Energias Alternativas Renováveis
CFE	Conselho Federal de Educação
CFT	Comissão de Farmácia e Terapêutica
CI	Centro de Informática
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CME	Coordenação de Monitoria e Estágio
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNE	Conselho Nacional de Educação
CES	Coordenação de Educação Superior
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão
CT	Centro de Tecnologia
CTDR	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
DATD	Divisão de Apoio Terapêutico e Diagnóstico

DCF	Departamento de Ciências Farmacêuticas
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ERIP	Estágio Regional Interprofissional
GAS	Gerência de Atenção à Saúde
GEP	Gerência de Ensino e Pesquisa
HULW	Hospital Universitário Lauro Wanderley
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IEA	Integração Ensino-Assistência
IES	Instituições de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME	Ministério da Educação
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
PAE	Plano de Atividade de Estágio
PDE	Plano Diretor Estratégico
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PRG	Pró-Reitoria de Graduação/UFPB
RJU	Regime Jurídico Único
SAT	Setor de Apoio Terapêutico
SFH	Setor de Farmácia Hospitalar
SIGAA	Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
TCE	Termo de Compromisso do Estágio
UADF	Unidade de Abastecimento e Dispensação Farmacêutica
UFC	Unidade de Farmácia Clínica
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
ULAC	Unidade de Laboratório de Análises Clínicas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Percurso Metodológico da Pesquisa</b>	<b>20</b>
1.1.1 Característica do Estudo	21
1.1.2 Campo de Estudo	23
1.1.3 Sujeitos da Pesquisa	25
1.1.4 Instrumentos da Pesquisa	26
1.1.5 Posicionamento Ético dos Pesquisadores	28
<b>1.2 Estrutura e Organização do Trabalho</b>	<b>29</b>
<b>2 ESTÁGIO DE FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO: aspectos conceituais e legais</b>	<b>30</b>
<b>2.1 Aspectos Conceituais</b>	<b>30</b>
<b>2.2 Aspectos Legais</b>	<b>34</b>
<b>3 A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO FARMACÊUTICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA</b>	<b>42</b>
<b>3.1 Aspectos Históricos e Legais da Formação dos Farmacêuticos no Brasil</b>	<b>42</b>
<b>3.2 O Curso de Farmácia na Universidade Federal da Paraíba</b>	<b>50</b>
3.2.1 Estágio de Farmácia: o que diz o projeto pedagógico do curso	55
<b>4 ESTÁGIO DOS ESTUDANTES DE FARMÁCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY</b>	<b>59</b>
<b>4.1 A Sistemática do Estágio de Vivência V no SFH/HULW.</b>	<b>63</b>
4.1.2 Localização e estruturado Setor de Farmácia Hospitalar	66
<b>5 COMPREENSÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS</b>	<b>69</b>
<b>5.1 Planejamento do Estágio</b>	<b>72</b>
5.1.2 Sugestões para o planejamento do Estágio	74
<b>5.2 Desenvolvimento do Estágio</b>	<b>76</b>
5.2.1 Sugestões para o desenvolvimento do Estágio	78
<b>5.3 Avaliação dos estagiários e do campo de estágio</b>	<b>79</b>
5.3.1 Sugestões para avaliação dos estagiários e do campo de Estágio	82
<b>5.4 Integração Ensino Assistência no Estágio</b>	<b>82</b>
5.4.1 Sugestões em relação à Integração Ensino Assistência no estágio	85
<b>5.5 Mudanças nas condições dos Estágios com a gestão EBSERH no HULW</b>	<b>86</b>
<b>5.6 Dificuldades para a realização do Estágio de Farmácia no SFH/HULW</b>	<b>88</b>
5.6.1 Sugestões em relação às dificuldades para a realização do Estágio de Farmácia no SFH/HULW	89
<b>5.7 Contribuição do Estágio na formação dos alunos de Farmácia</b>	<b>91</b>
<b>6 SUGESTÕES PARA A MELHORIA DO ESTÁGIO</b>	<b>94</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICES:</b>	
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA</b>	
<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO - SUPERVISORES DE ESTÁGIO</b>	
<b>APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO/ESTUDANTES DO ESTÁGIO DE VIVÊNCIA V.</b>	

**APÊNDICE E** – QUADRO SINTÉTICO DOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DE ESTAGIO – VIVÊNCIA V NO SFH/HULW – PERÍODOS 2018.1 E 2018.2

**APÊNDICE F** – MINUTA DE RESOLUÇÃO SOBRE NORMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO DE FARMÁCIA



## 1 INTRODUÇÃO

As inquietações que me levaram a estudar sobre o Estágio de Farmácia no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), objeto da presente pesquisa surgiram em decorrência da minha experiência profissional como farmacêutico deste hospital, onde exerço essa função desde janeiro de 1995. Durante esse período, eu tive o privilégio de atuar como gestor de uma unidade assistencial, no período de 1997 até 2013, denominada Serviço de Farmácia Hospitalar.

A partir de 17 de dezembro de 2013, com a contratação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)<sup>1</sup>, para gerir o Hospital Universitário, o antigo Serviço de Farmácia Hospitalar passou à condição de Setor de Farmácia Hospitalar (SFH). Este é constituído de duas unidades assistenciais: Unidade de Abastecimento e Dispensação Farmacêutica (UADF), criada para aglutinar várias atividades já desenvolvidas pelo Serviço de Farmácia, e a Unidade de Farmácia Clínica (UFC), que passou a integrar, com a EBSERH, o SFH.

Nesse contexto, a preocupação inicial e que deu origem a essa pesquisa partiu da observação da falta de integração entre as atividades desenvolvidas pelos docentes vinculados ao Departamento de Ciências Farmacêuticas (DCF) da UFPB, através das suas respectivas disciplinas, e as referidas unidades assistenciais do HULW, as quais servem de base para a realização do estágio dos alunos de Farmácia neste Hospital, aspecto observado, informalmente, quando da nossa atuação como servidor na Instituição.

Tal situação nos instigou a desenvolver esta investigação, partindo do pressuposto de que a falta de vivência, a integração ensino–assistência e a comunicação efetiva entre os profissionais das unidades e os docentes, nesse âmbito de atuação, podem influenciar, de modo negativo, o processo ensino-aprendizagem decorrente da formação advinda dos estágios.

Identificamos que o HULW, como campo de estágio e de formação teórico-prática, estaria sendo subutilizado pelo Curso de Farmácia, pois, atualmente, apenas parte dos alunos da disciplina de Estágio de Vivência V – Farmácia Hospitalar<sup>2</sup> e

---

1 Contrato de Gestão Nº 45/2013, celebrado entre a UFPB e a EBSERH.

<sup>2</sup> Realizado no 6º período do curso no SFH

alunos do Estágio Supervisionado III – Análises Clínicas<sup>3</sup> realizam estágio nesse hospital-escola, o que pode ser reflexo do baixo nível de integração do ensino de Farmácia com a assistência à saúde no hospital mencionado.

A integração ensino-assistência (IEA) sempre se constituiu num grande problema nos hospitais universitários. Consta no Plano Diretor Estratégico (PDE) do HULW como um dos principais desafios da atual gestão:

garantir o ensino e a pesquisa em uma assistência de qualidade. Uma ótima assistência é condição necessária, mas não suficiente para um ótimo ensino. O papel do professor na assistência deve ser reconhecido pela universidade, assim como o papel do técnico de nível superior no ensino (HULW/EBSERH, 2017, p.57).

Nesse cenário, muito se discute a aproximação entre o universo acadêmico e a realidade dos serviços de saúde, evidenciando-se a necessidade de um maior envolvimento dos docentes com a assistência, com o ensino e com a pesquisa. A academia e os serviços de saúde deveriam andar de forma mais integrada, e não em paralelo, vivenciando uma dicotomia entre o ensinar e o assistir, acarretando situações de conflito entre os profissionais dos serviços, os professores e os estudantes (HULW/EBSERH, 2017).

Considerando os Estágios de Farmácia realizados atualmente no Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW, optamos em fazer esta pesquisa sobre o Estágio de Vivência V – Farmácia hospitalar, um componente Curricular obrigatório do 6º período do Curso de Farmácia. Essa decisão considerou que do total de 288 estudantes matriculados e aprovados no estágio em apreço, nos períodos letivos que se estendem de 2014.1 a 2018.2, 60,42% fizeram essa formação teórico-prática no Setor de Farmácia do HULW, conforme levantamento feito a partir dos dados disponíveis na Coordenação de Monitoria e Estágio-CME/PRG/UFPB-SIGAA, fornecidos pelo Departamento de Ciências Farmacêuticas desta Universidade.

Os Estágios de Vivências estão em conformidade com o que preconiza o Art. 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia da UFPB, instituídas pela Resolução CNE/CES 2, de 19 de fevereiro de 2002 e Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES N° 583/2001.

---

<sup>3</sup> Realizado no 10º período do curso no ULAC

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia, o Estágio de Vivência em Serviços farmacêuticos.

objetiva proporcionar ao estudante a aplicação dos conhecimentos teóricos e vivenciar as dinâmicas, limites e dificuldades dos Serviços. Obedecerá a um programa previamente estabelecido, e contemplará aspectos pedagógicos do ensino problematizador e da ação-reflexão- ação. Será ofertado a partir do 5º período, em serviços farmacêuticos da própria Universidade ou em instituições/empresas conveniadas. Neste estágio, o participante desenvolverá ações técnicas com a supervisão e acompanhamento do professor orientador ou do profissional supervisor local (PPC/UFPB, 2007p. 31).

Consideramos relevante este estudo, por se constatar que “o campo de formação teórico-prática do curso de Farmácia” tem sido um tema pouco pesquisado. Fazendo uma busca por palavras-chave relacionadas à temática<sup>4</sup>, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, identificamos que há muitas pesquisas relacionadas aos temas Farmácia Hospitalar, Farmácia Clínica, Atenção Farmacêutica e Estágios Supervisionados, mas sobre estágio de Farmácia em hospitais universitários foram identificadas apenas quatro produções anteriores à Plataforma Sucupira, produzidas entre 2008 e 2011. Destas, apenas uma encontra-se acessível, por meio de ferramenta de busca: a dissertação de mestrado de Ribeiro (2009), intitulada *A Farmácia Universitária e a Formação Generalista na Perspectiva dos Supervisores de Estágio*. Os outros autores, com as respectivas produções, são: Araújo (2008), *A Formação do Graduando em Farmácia e o Estágio Curricular Supervisionado como Atividade Integradora: limites e possibilidades*; Pereira Neto (2001), *Ação Pedagógica Multidisciplinar em Farmacovigilância na Adequação do Conteúdo do Estágio Supervisionado em Farmácia no Hospital Universitário*; Soares (2010), *A Integração entre a Teoria e a Prática: a capacidade dos alunos de Farmácia em transportar para a prática os conhecimentos adquiridos com a teoria*. Este é o único disponível *on-line*.

Diante do exposto, ressaltamos que alguns desses trabalhos muito contribuem para a construção de nosso quadro teórico, nomeadamente Araújo (2008); Pereira Neto (2001) e Soares (2010). Assim, delimitamos como problema da presente pesquisa: Como o Estágio de Vivência V em Farmácia Hospitalar, realizado no HULW,

---

<sup>4</sup>Busca por: estágio + farmácia + hospital universitário; estágio + hospital universitário;farmácia + hospital universitário; estágio + farmácia.

vem contribuindo na formação teórico-prática dos alunos do Curso de Farmácia da UFPB?

A partir de tal questionamento, esta pesquisa parte dos seguintes objetivos.

### **Objetivo Geral**

Analisar a contribuição do Estágio de Vivência em Farmácia Hospitalar desenvolvido no SFH/HULW para a formação dos estudantes de Farmácia.

### **Objetivos Específicos**

- Discutir a formação teórico-prática dos estudantes e a Integração Ensino-Assistência (IEA) no estágio de Vivência no Setor de Farmácia Hospitalar (SFH).
- Compreender a visão dos alunos, docentes do Departamento de Ciências Farmacêuticas e servidores técnico-administrativos do SFH em relação ao Estágio de Vivência enquanto experiência formativa dos Estudantes de Farmácia.
- Identificar as dificuldades encontradas para a realização do estágio de Vivência nas unidades assistenciais do SFH a partir da Gestão da EBSEH;
- Apresentar contribuições para o fortalecimento dessa experiência formativa desenvolvida no SFH/HULW.

### **1.1 Percorso Metodológico da Pesquisa**

Em nosso percurso metodológico discutiremos as características deste estudo em relação à abordagem, ao método ou etapas da investigação, ao tipo de pesquisa em função dos objetivos estabelecidos; bem como o universo, a amostra e aos procedimentos para geração e análise dos dados, respeitando sempre o posicionamento ético na pesquisa.

### 1.1.1 Característica do Estudo

De acordo com a abordagem da pesquisa, trata-se de um estudo fenomenológico, a partir das experiências individuais subjetivas dos participantes, reconhecendo as percepções das pessoas e o significado do fenômeno ou a experiência (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Martins, Boemer e Ferraz (1990) afirmam que a fenomenologia se apresenta como uma epistemologia voltada para as ciências humanas. Preocupa-se com a experiência vivida pelos sujeitos e suas respectivas descrições, buscando a formação de unidades significantes. Dessa maneira, ela intenta descrever o fenômeno, e não explicá-lo. Neste estudo, será investigada a percepção dos alunos que realizaram estágio no HULW, dos docentes do Departamento de Ciência Farmacêutica da UFPB que coordenam e/ou orientam estudantes em estágio nesse hospital e dos servidores técnico-administrativos ou empregados públicos do SFH que supervisionam as atividades dos estagiários no HULW. Além disso, propõe-se analisar as dificuldades encontradas para a realização dessa experiência formativa nessa unidade assistencial a partir da Gestão da EBSEH.

Alusivamente ao método de procedimento (etapas de investigação), trata-se de um estudo monográfico, haja vista que serão estudados aspectos particulares de determinados indivíduos, ou seja, dos sujeitos da pesquisa, acerca da instituição de ensino/trabalho na qual se encontram (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Esse método foi criado por Le Play, e consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. Caracteriza-se por descrever um evento ou um caso e pressupõe um estudo aprofundado de uma unidade, a qual pode ser um grupo de pessoas, uma instituição, evento cultural, entre outros.

Trata-se, ainda, de uma pesquisa que objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência e envolver verdades e interesses universais. Nesse caso, busca-se conhecer e descrever a formação teórico-prática dos alunos do curso de Farmácia da UFPB, na visão dos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos ou empregados públicos que supervisionam estágios no HULW.

De acordo com os objetivos estabelecidos, é um estudo qualitativo, de cunho descritivo e exploratório. Qualitativo, porque, segundo Minayo (2009), preocupa-se

com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com crença, valores, atitudes, o que responde a questões muito particulares, as quais não podem ser reduzidas a operacionalização de variáveis. Essa escolha foi feita devido ao fato de que o cunho qualitativo permitirá uma melhor avaliação dos dados coletados através de elementos analíticos que permitirão avaliar o alcance dos objetivos traçados. Descritiva, pois objetiva descrever as características de uma determinada população ou identificar relações entre variáveis (GIL, 2006). A pesquisa exploratória permite ao investigador o acesso a uma gama de fenômenos acerca do assunto abordado (GIL, 2006).

Neste estudo, a coleta de dados envolve levantamento bibliográfico crítico e amplo, coleta de informações sobre estágios dos estudantes de Farmácia, bem como realização de entrevistas com professores responsáveis pela coordenação e/ou orientação dos estagiários; além de aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas direcionadas a estudantes de Farmácia que realizaram estágio neste Hospital, conforme especificado no universo da amostra, e a servidores<sup>5</sup> ou empregados públicos<sup>6</sup> que supervisionam estágios no SFH.

Relativamente aos procedimentos técnicos, é uma pesquisa bibliográfica e de campo. Bibliográfica porque foi realizado um estudo sistemático baseado em livros, artigos, dissertações, teses e revistas.

Desse modo, a primeira etapa da pesquisa foi a fase bibliográfica, tendo sido dedicado um tempo para realizar uma revisão literária acerca dos objetos, das teorias pertinentes e das metodologias utilizadas, ou seja, buscar entender a relação dos hospitais universitários na formação dos estudantes de Farmácia para, posteriormente, levar o trabalho a campo (MINAYO, 2009). Para tanto, foram utilizados:

- a) Bases de dados como Scielo e Pubmed, com vistas à busca de artigos científicos;
- b) Banco de Teses e Dissertações da CAPES para leitura dos trabalhos relacionados;
- c) Resolução Nº 02 do CNE/CES, de 19/2/2002 – DCNs do Curso de Farmácia;

---

<sup>5</sup> Contratado pelo Regime Jurídico Único (RJU).

<sup>6</sup> Contratado por empresa Pública pelo Regime de trabalho da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- d) Resolução Nº 06 do CNE/CES, de 19/10/2017 – novas DCNs do Curso de Farmácia;
- e) Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação de Farmácia da UFPB que define as disciplinas e outros componentes curriculares, bem como os períodos de realização dos estágios;
- f) Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e a Orientação Normativa Nº 02 do MPDG de 24 de junho /2016;
- g) Resolução do CCGF/CCS/UFPB Nº02/2007, que normatiza o Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Farmácia, de acordo com o que dispõe a Resolução Nº 34/2004 do CONSEPE;
- h) Resolução Nº 16/2015 do CONSEPE, que aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba, entre outros documentos.

#### 1.1.2 Campo do Estudo

A pesquisa foi desenvolvida no HULW, localizado no Campus I da UFPB, na cidade de João Pessoa – PB. É um órgão suplementar desta Universidade que, por meio de contrato firmado em 17 de dezembro de 2013, está sob a gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), empresa pública de direito privado vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Tem caráter público, não possui fins lucrativos e atende, apenas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O HULW foi escolhido por ser um hospital-escola que funciona como campo de estágio interno para os graduandos do Curso de Farmácia da UFPB, em duas das áreas de atuação do profissional farmacêutico: Farmácia Hospitalar e Análises Clínicas. É uma instituição de grande porte e referência em atendimentos especializados de média e alta complexidade, em nível ambulatorial e hospitalar, para a população da Paraíba e de cidades da fronteira dos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

É importante ressaltar que de acordo com o seu Plano Diretor Estratégico 2018-2020, o HULW tem como missão:

prestar assistência integral, ética e humanizada à comunidade, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS, na procura permanente pela excelência, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão para formação de profissionais que respeitem a dignidade humana e sejam agentes transformadores da sociedade (HULW/EBSERH, 2018p. 31).

Por conseguinte, sua visão é ser reconhecido nacionalmente pela excelência na atenção à saúde, geração de conhecimento, formação e capacitação profissional, tornando-se um hospital acreditado até 2025, sendo o compromisso, a cooperação, a ética, a excelência, a honestidade, a proatividade, a sustentabilidade e a transparência elencados como seus valores (HULW/EBSERH, 2018).

O quadro abaixo apresenta a quantidade de alunos do curso de Farmácia, matriculados e aprovados nas disciplinas de Estágio de Vivência V e Estágio Supervisionado III – Análises Clínicas, 2014.1 a 2018.2, que tem o HULW como um dos campos de estágio, construído com base nas informações disponível na Coordenação de Monitoria e Estágio – CME/PRG/UFPB-SIGAA, fornecidas pelo Departamento de Ciências Farmacêuticas dessa Universidade.

**TABELA 1:**Quantidade de alunos de Farmácia que realizaram Estágio de Vivência V e Supervisionado III – período de 2014-1 a 2018-2

PERÍODO	ESTÁGIO DE VIVÊNCIA V	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	TOTAL
	FARMÁCIA HOSPITALAR	ANÁLISES CLÍNICAS	
2014.1	33	25	58
2014.2	39	26	65
2015.1	31	21	52
2015.2	28	24	52
2016.1	27	25	52
2016.2	22	30	52
2017.1	27	27	54
2017.2	21	16	37
2018.1	34	08	42
2018.2	26	16	42
<b>TOTAL</b>	<b>288</b>	<b>218</b>	<b>506</b>

**Fonte:** Coordenação de Monitoria e Estágio – CME/PRG/UFPB-SIGAA /UFPB. Elaborado pelo autor, 2019.

No caso do componente curricular Estágio de Vivência V – Farmácia Hospitalar, apenas parte dos alunos é designada para essa atividade formativa no HULW, enquanto os demais são alocados em outros hospitais da rede pública de saúde em João Pessoa. Em relação aos estágios desenvolvidos pelos estudantes no último período do Curso, além do Supervisionado I – Farmácia Pública e Hospitalar (obrigatório), há outros dois opcionais, devendo um deles ser escolhido: o Supervisionado II – Indústria, ou supervisionado III – Análises Clínicas. Destes, apenas o último é realizado no HULW.



### 1.1.3 Sujeitos da Pesquisa

O Estágio de Vivência V- Farmácia Hospitalar é realizado pela maior parte dos estudantes no Setor de Farmácia do HULW, como podemos perceber no levantamento realizado junto à Coordenação de Monitoria e Estágio da UFPB, apresentado no quadro a seguir:

**TABELA 2:** Quantidade de alunos de Farmácia que realizaram Estágio de Vivência V no HULW ou em outros Hospitais – período 2014.1 a 2018.2

PERÍODO	ESTÁGIO DE VIVÊNCIA V REALIZADO NO HULW		ESTÁGIO DE VIVÊNCIA V REALIZADO FORA DO HULW		TOTAL
	Nº ESTAGIÁRIO	%	Nº ESTAGIÁRIO	%	
2014-1	21	63,64	12	36,36	33
2014-2	27	65,85	14	34,15	41
2015-1	22	70,97	9	29,03	31
2015-2	16	57,14	12	42,86	28
2016-1	13	52,00	12	48,00	25
2016-2	11	50,00	11	50,00	22
2017-1	16	59,26	11	40,74	27
2017-2	16	76,19	5	23,81	21
<b>2018-1</b>	<b>21</b>	<b>61,76</b>	<b>13</b>	<b>38,24</b>	<b>34</b>
<b>2018-2</b>	<b>11</b>	<b>42,30</b>	<b>15</b>	<b>57,70</b>	<b>26</b>
<b>TOTAL</b>	<b>174</b>	<b>60,42</b>	<b>114</b>	<b>39,58</b>	<b>288</b>

**Fonte:** Coordenação de Monitoria e Estágio-CME/PRG/UFPB-SIGAA /UFPB. Elaborado pelo autor, 2019.

Com base no quadro, podemos observar que 60,42% dos alunos de Farmácia da disciplina Estágio de Vivência V – Farmácia Hospitalar realizaram essa formação teórico-prática no Setor de Farmácia do HULW, nos períodos letivos de 2014.1 a 2018.2. **Especificamente nos períodos 2018.1 e 2018.2, foram 61,76% e 42,30%, respectivamente, “grifo nosso.”**

Considerando o nosso interesse de pesquisa, o universo foi composto pelos três professores(as) que acompanham, supervisionam e/ou orientam os estudantes no Estágio de Vivência V, entre eles, o Coordenador do Estágio e os servidores técnico-administrativos e/ou empregados públicos do SFH (UADF e UFC) da escala diurna, que podem ser designados para supervisionar as atividades dos estudantes

em estágio durante o plantão diurno ou a escala diária, sendo seis (6) da UADF e seis (6) da UFC, totalizando doze (12).

No que se refere ao corpo discente, considerando os alunos de Farmácia matriculados e aprovados na disciplina de Estágio de Vivência V desenvolvido no HULW, foram identificados 21 no período 2018.1, e 11 no período 2018.2, no total de trinta e dois (32).

A opção por realizar a pesquisa com os alunos que desenvolveram estágio nos períodos 2018.1 e 2018-2 levou em consideração a possibilidade de trabalhar com dados dos relatórios desses estagiários, disponíveis na Coordenação de Monitoria e Estágio – CME/PRG/UFPB – SIGAA a partir do período 2017-2, e o fato de esses estudantes ainda se encontrarem, à época, vinculados à Instituição, o que facilitou o acesso aos mesmos.

Em função do universo considerado, os sujeitos participantes da pesquisa foram aqueles que atenderam ao convite por nós formulado para participar deste estudo: a) 25 estudantes do estágio de Vivência V – Farmácia Hospitalar que responderam ao questionário da pesquisa gerado a partir *google forms*; b) as três (3) professoras do Departamento de Ciências Farmacêutica/UFPB que orientam e supervisionam o referido Estágio no SFH do HULW; c) servidores e/ou empregados públicos das Unidades Assistenciais, que supervisionam os estudantes em estágio no SFH, sendo três (03) da UADF e três (03) da FC, totalizando seis (06).

Essa foi uma amostra não probabilística, intencional, visto que, em estudos de análise qualitativa, é a maneira como se concebe a qualidade das informações obtidas. Para tal, foram excluídos os alunos que não estavam regularizados nas disciplinas de estágio, e os professores afastados ou em licença. Considerando que se trata de pesquisa envolvendo seres humanos, a sua execução junto aos sujeitos envolvidos foi realizada após aprovação pelo Comitê de Ética e mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

#### 1.1.4 Instrumentos da Pesquisa

Para a coleta de dados, foi realizada entrevista semiestruturada com professores (coordenador e orientadores), aplicação de questionário com perguntas

fechadas e abertas aos supervisores e envio de questionário por e-mail aos estudantes, conforme a amostra já definida anteriormente, (Apêndice B, C e D).

A primeira parte dos instrumentos utilizados contemplou o levantamento de dados sociodemográficos dos integrantes da amostra da pesquisa para a compreensão do perfil dos participantes; e a segunda parte se voltou a percepções dos sujeitos envolvidos sobre Estágio teórico-prático de Vivência V dos estudantes de Farmácia no HULW, agora sob a gestão da EBSEH.

A aplicação dos instrumentos da pesquisa ocorreu nos locais de atuação dos profissionais, de acordo com a disponibilidade e o horário previamente acordado com os participantes. As entrevistas com os professores foram gravadas em áudio digital; já os questionários, constituídos de perguntas abertas e fechadas, foram aplicados diretamente aos supervisores do SFH, e aos estudantes que não responderam aos questionários encaminhados via e-mail.

Para validação do instrumento de pesquisa na entrevista, foi realizado teste-piloto previamente, procedendo-se as alterações que se mostraram pertinentes.

Posteriormente, foi realizada a análise das respostas dos sujeitos pesquisados, sendo apresentados seus perfis sociodemográficos de forma descritiva com apoio de figuras e tabelas. Os dados qualitativos foram tratados por meio da metodologia de Análise do Conteúdo, Bardin (2009); Oliveira et al. (2008).

Por essa técnica, inicialmente, realiza-se uma leitura flutuante dos discursos individuais, com o objetivo de reconhecer o conteúdo do texto, no caso as respostas dos professores nas entrevistas e dos servidores e estudantes nas respostas abertas dos questionários.

Em seguida, são definidas as Unidades de Registro (UR). Elas serão buscadas no texto dos discursos para identificação de conteúdo, sendo necessário ser pertinente ao objetivo do estudo. Logo, a análise segue-se a partir da identificação das URs e sua interpretação, com o objetivo de criar Unidades de Significado (US), as quais representam subtemas do conteúdo que está sendo investigado. As USs representam a associação das URs de acordo com a categoria, tendo suas frequências quantificadas. Em seguida, as USs são interpretadas e condensadas. Depois, elaboram-se as Ideias Centrais (IC). Por fim, essas informações serão apresentadas no formato de quadros, de modo a subsidiar todo o conteúdo da informação.

A abordagem qualitativa, nesse tipo de pesquisa, auxilia na melhor avaliação das percepções dos indivíduos envolvidos, além da compreensão mais abrangente e aprofundada dos dados.

Ao término da pesquisa, como produto final, foram apresentadas contribuições para a aproximação do universo acadêmico nas atividades do Estágio de Vivência V e o fortalecimento dessa experiência formativa dos estudantes de Farmácia realizada na área de Farmácia Hospitalar do SFH/HULW.

#### 1.1.5 Posicionamento Ético dos Pesquisadores

A pesquisa foi desenvolvida, após aprovação – em 1º de setembro de 2019, por meio do processo Nº 17203719.4.000.5183, parecer Nº 3.546.869 – pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Universitário Lauro Wanderley, em cumprimento às normas das resoluções para pesquisa em seres humanos do Conselho Nacional de Saúde (CNS Nº 466/2012), as quais retratam o envolvimento de seres humanos em pesquisa, em especial no artigo V – dos Riscos e benefícios – em que se estabelece que as pesquisa com seres humanos envolvem riscos em tipos e gradações variados, sendo que, quanto maiores e mais evidentes esses riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los, como igualmente a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, a Resolução Nº 311/2007 cita o Art. 90 do supramencionado Código: “Interromper a pesquisa na presença de qualquer perigo à vida e à integridade da pessoa”, e acrescenta, no Art. 91: “Respeitar os princípios da honestidade e fidedignidade, bem como os direitos autorais no processo da pesquisa, especialmente na divulgação de seus resultados” (COFEN, 2007, p. 76).

Desse modo os benefícios dos resultados deste estudo superaram eventuais riscos de constrangimentos, visto que trazem subsídios para a avaliação do estágio de formação dos estudantes de Farmácia da UFPB no HULW a partir de uma análise sobre a percepção dos professores, estudantes e supervisores envolvidos na sistemática desta atividade formativa neste Hospital Escola.

## 1.2 Estrutura e Organização do Trabalho

O presente estudo é constituído por este capítulo introdutório, o qual contém a motivação para a realização do estudo, a questão norteadora e os objetivos da pesquisa. A metodologia desenvolvida, com a caracterização do local de estudo – o HULW (histórico, visão, missão e campo de estágio dos alunos da graduação de farmácia) –, a descrição do método de abordagem e dos procedimentos de coleta e análise, os instrumentos utilizados na pesquisa para atender aos objetivos propostos no trabalho. No segundo capítulo, trataremos do referencial teórico, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, do estágio de formação do estudante da graduação nos seus aspectos conceituais e legais. Na sequência, no terceiro capítulo, abordaremos a formação acadêmica do farmacêutico na Universidade Federal da Paraíba, inserindo os aspectos históricos e legais da formação desses profissionais no Brasil; o curso de Farmácia na Universidade Federal da Paraíba, como se deu a criação e a sua evolução ao longo dos anos, com destaque para a reforma curricular, ocorrida em 2007, bem como o estágio de Farmácia, no que se refere ao projeto político-pedagógico e à matriz curricular do curso atualmente em vigor. No quarto capítulo, abordaremos o estágio dos estudantes de Farmácia no Hospital Universitário Lauro Wanderley e a sistemática deste estágio atualmente realizado nesse hospital. No quinto capítulo, disponibilizaremos e discutiremos os resultados na compreensão dos sujeitos envolvidos, a partir da pesquisa realizada. Como produto final deste trabalho, no sexto capítulo, apresentaremos as sugestões para a melhoria do Estágio de Vivência V como contribuição deste estudo para esta atividade formativa dos estudantes de farmácia da UFPB realizada no Setor de Farmácia do Hospital Universitário Lauro Wanderley. Finalmente no sétimo capítulo apresentaremos as considerações finais, levando em consideração os objetivos da pesquisa, as informações empíricas, os fundamentos teóricos e as análises dos dados obtidos a partir dos discursos dos sujeitos envolvidos.

## **2 O ESTÁGIO DE FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS E LEGAIS**

No âmbito deste capítulo, iniciamos com a discussão acerca dos aspectos conceituais do estágio, compreendido como um processo educacional e de integração teórico-prática, avançando para a apresentação da regulamentação do estágio na Educação Superior.

### **2.1 Aspectos Conceituais**

Estágio pode ser considerado uma oportunidade para a constituição profissional dos estagiários na alocação de serviços em determinadas áreas. Nesse sentido, Gozzi, Panarari-Antunes et al. (2009); Silva (2014); Brito da Silva (2012); Mafuani (2019); Brasil (2008), entre outros estudiosos, afirmam que o estágio é também pensado a partir do princípio da formação educacional. Em concordância com essa visão em particular, a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, conhecida como Lei Nacional do Estágio, preconiza uma concepção mais formativa, por meio da qual o estagiário poderá vivenciar conhecimentos e experiências agregados ao campo de seu trabalho. Com isso, busca-se a superação da visão de estágio como uma maneira de as empresas usufruírem do trabalho dos estagiários como uma estratégia de obtenção de mão de obra barata. Afirma-se, pois, sua dimensão pedagógica e formativa.

Conforme Mesquita e França (2011), esse cenário, todavia, já não comporta mais as práticas determinadas pelos agentes de integração do estagiário à empresa. A Lei Nº 11.788/2008 veda enfaticamente qualquer desvio na contratação do estágio. Este passa a ser valorizado, mediante remuneração, que agora faz parte da relação entre o agente contratante e o aluno estagiário, em algumas situações. Com a aprovação da referida Lei, em 2008, e a revogação das Leis 6.494/77 e 8.859/94, prevalece-se a necessidade de se enfatizar um perfil mais pedagógico na constituição da prática do estágio. Assim, sob o olhar positivo do artigo 1º, da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio é ato educativo desenvolvido no ambiente de trabalho (BRASIL, 2008).

Esse ato em si mesmo propõe favorecer a oportunidade do estagiário se apropriar não apenas da técnica, como também do conhecimento essencial para a formação adequada com a finalidade de realização do trabalho de maneira mais produtiva (SCALABRIN; MOLINARI, 2013, p. 22).

Isso importa significativamente, tendo em vista que o aluno poderá se tornar, mais adiante, um profissional competente e produtivo. A preparação técnica e

pedagógica do aluno constitui um modo de oferecer, ao mercado, um profissional adequado às necessidades do mundo do trabalho e da vida social, em observância a seus interesses profissionais e pessoais. Para Lira; Costa e Leão (2012), pode-se pensar o estágio, de uma maneira geral, como uma atividade que permite ao aluno experimentar e vivenciar a prática no campo de trabalho.

Campos (2009), por sua vez, explicita que o estágio possibilita a interação direta do aluno com as práticas e as experiências vivenciadas no contato com os demais profissionais, e também com as teorias e a prática que permeiam a profissão. Ele segue essa mesma linha de pensamento, quando considera o estágio um “processo de experiência prática, que aproxima o acadêmico da realidade de sua área de formação e o ajuda a compreender diversas teorias que conduzem ao exercício da sua profissão”, Scalabrin e Molinari (2013, p. 23). Essas visões demonstram que o estágio é uma ampliação do processo de aprendizagem do aluno, visto que permite uma gama de experiências que viabilizam uma amplificação da sua vida escolar e profissional. Nesse sentido, o estágio é uma prática extremamente estimulante para a formação profissional do aluno.

Para Lira; Costa e Leão (2012), o estágio, basicamente, tem a função precípua de, formalmente, preparar o educando para o trabalho. Com isso, o aluno torna-se capaz, num futuro imediato, de exercer a sua profissão de maneira segura, haja vista que passou por todas as fases que compõem o estágio. Por isso, é fundamental que o aluno ingresse no estágio quando ainda esteja cursando os primeiros anos de um curso de graduação, pois, assim, sua preparação será mais efetiva e eficaz. Em sentido contrário, se o aluno não puder vivenciar esse processo, ele terá mais dificuldades em estabelecer uma ponte entre o seu conhecimento teórico e a realidade prática do trabalho. Tal ocorre, em particular, ao ingressar na universidade, pois nessa fase, ele já apresenta dificuldades em conciliar teoria e prática no decorrer de sua aprendizagem. Por isso, é fundamental a passagem do aluno pelo estágio, como uma maneira de oportunizar ou – como assegura o pesquisador Mafuani (2011, p. 5) – “propiciar a este [aluno] situações reais de vida e trabalho de seu meio, buscando assegurar sua efetiva formação acadêmico-profissional”

Ainda a esse respeito, pode-se também sublinhar que, para o aluno, o estágio passa a ser uma oportunidade fundamental para o seu pleno desenvolvimento no campo de trabalho, tendo em vista a possibilidade de ampliar significativamente o seu aprendizado por meio dos conhecimentos que o estágio oferta.

Isto porque o estágio oportuniza ao estudante situações concretas, distintas das abstratas estudadas em sala de aula. A priori no ambiente de estágio, o estudante, tem experimento prático na resolução de situações que o seu meio profissional lhe trará e, em um segundo momento, há um considerável acréscimo curricular, que pode vir a facilitar o ingresso do mesmo no competitivo mercado de trabalho (LIRA; COSTA; LEÃO, 2012, p. 6).

Também não podem ser ignoradas as palavras de Buriolla (1995), ao afirmar que o estágio se constitui num *lócus* no qual se fomenta a identidade do aluno enquanto aprendiz de uma profissão que se realiza a partir de procedimentos técnicos, críticos e reflexivos em sua vivência com o trabalho. Para a autora, *lócus* é o espaço onde o aluno vivenciará a sua formação acadêmico-profissional, e onde há de emergir a sua identidade, enquanto profissional que atuará em determinada função, quando no seu ingresso no mercado de trabalho. Além disso, essa prática deve ser fruto de uma ação planejada, gradativa e sistemática, com vistas a alcançar o fim pretendido.

Buriolla (1995) afirma, ainda, que o processo de estágio se dá com o envolvimento de três pessoas – professor, aluno e supervisor da instituição no qual o aluno está vinculado, por meio do estágio. Essa relação é fundamental para o processo de aprendizagem do aluno e para a sua adequação às necessidades técnicas da função exercida, além de sua vivência e experiência adquiridas durante a realização do estágio. Esse conjunto permite que o estagiário possa adquirir conhecimento no âmbito de sua formação no próprio local de trabalho. Com isso, o aluno se apropria de competências e habilidades que fornecerão o *feedback* necessário à construção do seu saber laboral. Esse *feedback* implica, assim, a absorção de técnicas que permitem ao estagiário ampliar, significativamente, o seu aprendizado, além de gerar maiores habilidades de contextualização do que ele aprendeu, com base nas suas vivências dentro do campo do seu trabalho.

Silva (2014) considera que o aprendizado do estagiário no local de trabalho permite que ele possa empreender “uma leitura da realidade que favoreça ainda mais a apreensão de informações necessárias para intervenções sistematizadas e intencionais”.

O estágio, enquanto desdobramento da emancipação profissional, favorece a compreensão sobre a indissociabilidade entre a formação teórica e prática, conseqüentemente [...], o estágio valoriza os processos de desenvolvimento pessoal e cognitivo das pessoas envolvidas na relação de ensino e de aprendizagem, considerando fundamental formar um profissional coerente com a totalidade da práxis vivenciada de seu campo de conhecimento (SILVA, 2014, p.32).



O estágio é, provavelmente, uma das formas educativas mais importantes para que o aluno possa gerenciar a sua alocação nos meandros do trabalho que escolheu como profissão. A participação no estágio, para o aluno, implica a compreensão dos aspectos técnicos e formativos do trabalho. Silva, Corrêa, Júnior et al. (s/d) também consideram que o estágio pode ser compreendido como um conjunto programado de atividades que podem ampliar a experiência do aluno. Por isso, não se pode obscurecer a sua orientação para a aprendizagem e qualificar melhor o aluno para a profissão que escolheu seguir.

Segundo Pasqualetto e Fonseca (2015), a finalidade do estágio é oferecer oportunidade para que o aluno possa harmonizar a sua prática ao seu campo de trabalho. Significa dizer que o estágio passa a ser uma fase preliminar da sua vida profissional. Por sua vez, como argumentam Mesquita e França (2011, apud BASTOS et al., 2003), uma das premissas que qualificam o estágio é comportar um lugar no qual o aluno irá desenvolver seus conhecimentos a respeito de uma determinada função, em conformidade com a vivência e a experiência adquiridas em contato com a instituição que oferece o estágio. Nesse espaço, ele poderá relacionar teoria e prática, e, igualmente, se possível, contribuir para a melhoria das experiências vivenciadas na instituição.

Mesquita e França (2011) argumentam que é também função do estágio funcionar como um complemento do processo ensino-aprendizagem do estagiário, de maneira que possa ser encarado como conhecimento integrado à prática do aluno. Com isso, este deixa de ser um mero reproduzidor, na instituição em que realiza o seu estágio, e passa a ser um profissional realmente comprometido com seu trabalho. Além disso, como instrumento indissociável da prática do aluno de graduação, o estágio passa a ser encarado como uma ampliação do processo educativo, dando mais condições para que o aluno possa integrar, de maneira significativa, os conhecimentos teóricos na sua prática na instituição em que estagia.

Em suma, pode-se dizer que o estágio, como assegura Brito da Silva (2012), tem a função fundamental de oferecer ao aluno um corpo de competências e conhecimentos ligado à prática profissional para fazer com que ele se torne hábil na função laboral que pretende vivenciar. Essa autora assegura, também, que uma das funções do estágio é oferecer uma gama diversa de oportunidades, geradora de um universo dinâmico e complexo de habilidades e competências, no qual os estagiários

interagem entre si, num processo amplo e manifesto de saberes. Por fim, argumenta que o estágio, no âmbito da empresa, funciona como “formador de Recursos Humanos para as empresas e outras instituições, o que é fundamental também para o seu desenvolvimento e crescimento contínuo”. Ou seja, antes de tudo, o estágio busca a formação de Talentos, que serão a base para o desenvolvimento dos futuros líderes do país” (BRITO SILVA, 2012, p. 28).

A Lei Nº 11.788, também conhecida como Lei Nacional do Estágio, promulgada na data de 25 de setembro de 2008, altera o artigo 428 das Leis de Trabalho, e revoga as Leis Nº 6.494/77 e Nº 8.859/94, que tratavam do mesmo tema.

Uma das mudanças mais expressivas consiste na alteração do regime jurídico do contrato de estágio, implementando mudanças a respeito da “responsabilidade das partes contratantes e do desenvolvimento válido da contratação, além de criar novas regras de comportamento frente à fiscalização do trabalho” (LIMA, s/d, p. 1).

Tecidas referências conceituais acerca do estágio, no tópico a seguir, será discutida a legislação pertinente a essa experiência formativa.

## **2.2 Aspectos Legais**

A Lei Nº 11.788/2008, já no primeiro artigo, exhibe fundamentação geral sobre a atividade *estágio*:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

Como se observa, esse artigo define o estágio, em primeiro lugar, como uma prática educativa, isenta, portanto, de qualquer relação empregatícia com a instituição que o oferece. Por outro lado, além de seccionar emprego de estágio, esse artigo valida estágio como um aprendizado teórico-prático ligado à profissão do aluno. Vale destacar também os parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo, onde deixam bem claro que o estágio está inserido no projeto político-pedagógico do curso do aluno, de modo que a sua prática está conectada com o domínio da teoria e da prática na relação de sua formação. Assim, o segundo parágrafo demonstra que a finalidade do estágio é oferecer ao estudante as competências necessárias à realização de sua atividade

profissional, além de oportunizar condições para que ele possa, de maneira objetiva, preparar-se para a vida e para o trabalho.

O estágio, conforme demonstra Pontes (2007), assume, modernamente, um caráter mais dinâmico, na medida em que incorpora a relação dialética teoria-prática. Essa orientação entende o estágio como um corpo indissociável na constituição formadora do aluno. Como acentua Didone (s/d), esse movimento, em que se realiza o estágio, estendendo-se da teoria à prática e vice-versa, possibilita ao aluno vivenciar um processo dinâmico, que envolve o saber educativo. Gozzi et al.(2009), também, chamam a atenção para o fato de o estágio deixar de ser uma prática presa a um modelo que valoriza mais os conteúdos de ensino, e passar a constituir uma atividade mais ampla, dialética, que mobiliza diversos saberes advindos da prática educativo-profissional. Em outros termos, como destaca Didone (s/d), a tendência atual de aproximar teoria e prática, no campo do estágio, abre um leque maior para que o aluno possa ter uma visão mais ampliada e crítica da realidade a ser vivenciada.

Conforme Mesquita e França (2011), o estágio alcança um dos seus objetivos principais, quando desenvolve um processo no qual os procedimentos oriundos da prática profissional se conjugam com a prática teórica advinda da escola. A complementariedade desses dois procedimentos se torna essencial e efetiva no desenvolvimento da formação do aluno que, num futuro imediato, atuará no mercado de trabalho. Esses alunos, nesse sentido, já vão com algum nível de experiência para atuar na empresa ou organizações. Dessa maneira, a integração do aluno ao mercado de trabalho tende a dar-se de maneira menos traumática e com menos investimento por parte da empresa.

A preparação dos profissionais do futuro começa na escola, mas sua formação se dá cada vez mais dentro das organizações. A inserção do aluno no mercado de trabalho, através da realização de estágio supervisionado, quando ainda recebe a influência direta das atividades desenvolvidas nos laboratórios, das salas de aula e dos professores-orientadores, é um fator inovador de desenvolvimento econômico e social (MESQUITA; FRANÇA, 2011, p. 6).

Destaque-se ainda que o Art. 2º referenda o estágio como uma prática que pode ser obrigatória ou não, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto político-pedagógico do curso. Nesse quesito, sublinhe-se que, quando o estágio tem caráter essencial, passa a ser obrigatório, definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para

aprovação e obtenção de diploma. Quando isso não ocorre, assume, porém, caráter optativo.

Em relação à aprendizagem via trabalho, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de nível superior da área da saúde, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/1996), asseguram ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular, estabelecendo que os alunos tenham, no mínimo, 20% da carga horária total destinados às atividades de estágio curricular supervisionado.

Vale ressaltar, ainda que, conforme demonstra o Art. 3º – nas hipóteses do 1º e 2º parágrafos do Art. 2º da Lei do Estágio, ele não cria vínculo empregatício de qualquer natureza. Para se realizar o estágio, portanto, é preciso considerar a matrícula e a frequência do aluno no curso em que estuda, além de celebração de Termo de Compromisso do Estágio (TCE) entre o educando e a empresa que oferece o estágio, e a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no referido termo.

De acordo com o Art. 3º, em seu 1º parágrafo, o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e pelo supervisor da parte concedente, devendo ser comprovado por vistos nos relatórios mencionados no Capítulo II (Das instituições de ensino) – Art. 7º, inciso IV dessa Lei –, e por menção de aprovação final.

O estágio tem a função principal de outorgar ao aluno condições de adquirir experiência para poder exercer a sua profissão de maneira eficiente. Portanto, nesse primeiro momento, a sua relação com a empresa é apenas de aprendizagem.

O artigo em referência ainda destaca, em seus parágrafos, que a finalidade do estágio é fornecer e fomentar todas as condições necessárias para que o aluno possa refletir, de maneira ampla, o binômio ensino-capacitação profissional, bem como a responsabilidade da instituição que oferece o estágio em cumprir o estabelecido em seus incisos. Em outros termos, o estágio constitui um segmento fundamental para que o estagiário possa vivenciar, com antecedência, as exigências profissionais com o conhecimento necessário para poder atuar, de maneira ampla e irrestrita, na profissão escolhida.

Outro ponto de destaque na Lei Nº 11.788/2008 – no seu art. 9º, III– é a figura da supervisão. De acordo com Pasqualetto e Fonseca (2016), a supervisão desempenha papel necessário para realizar uma aproximação crítica entre a capacidade do aluno e o suporte oferecido pela empresa. Através da supervisão, é possível haver uma transferência significativa de conhecimentos capaz de proporcionar atividades de aprendizagem, na qual o estagiário pode se adequar, com mais competência, ao campo de trabalho.

Um dos pontos positivos da Lei Nº 11.788/2008 é a proteção oferecida ao estagiário em relação à jornada de trabalho. Se, na legislação anterior, não havia uma conformidade adequada às exigências das leis trabalhistas, nessa nova Lei, verificou-se que a disponibilidade temporal do aluno está sujeita ao nível educacional do estagiário. Conforme esclarece Boucinhas Filho (2008), a quantidade de horas é definida pelo nível de escolaridade do aluno: educação especial do ensino fundamental e grau superior. No primeiro caso, o limite fica restrito a quatro horas diárias e a vinte horas semanais; no segundo caso, o limite é de seis horas diárias e trinta horas semanais.

Com essa medida, a referida lei estabelece a garantia aos estagiários de um espaço temporal adequado às suas necessidades escolares, proibindo jornada excessiva, visto que há um limite de horas diárias na realização do estágio. Antes de entrar em vigor esse dispositivo legal, era comum o estagiário cumprir uma jornada de trabalho de oito horas diárias, o que não deixava espaço para ele se dedicar aos estudos.

Ressalte-se que essa nova lei trouxe, também, um limite de permanência do aluno enquanto estagiário em uma empresa; agora, o limite temporal de estágio em uma mesma empresa é de dois anos. Com isso, a limitação do tempo de estágio elimina distorções e dá mais segurança ao aluno.

O limite do tempo de estágio é interessante na medida em que coloca termo certo para a possibilidade de utilização do estagiário apenas como mão-de-obra barata, desvirtuando a sua finalidade. Atualmente não é raro um estudante passar quatro anos na mesma empresa ou escritório, desempenhando uma função repetitiva que já não lhe traz nenhum aprendizado porque precisa do dinheiro para se manter e, por vezes, para custear o seu curso universitário, sem ser efetivado porque o empregador prefere mantê-lo como estagiário a contratá-lo como empregado (BOUCINHAS FILHO, 2008, p.03).

Essa limitação temporal, tanto em relação à permanência na instituição que irá acolher o estagiário, quanto ao número de horas de trabalho diário, limitadas a 4 ou 6 horas, a depender do grau de estudo do aluno, oferece mais segurança não apenas ao aluno, como também a quem está concedendo o estágio, pois, agora, a temporalidade e a duração do estágio estão bem claras e bem definidas.

O Art. 17 dessa nova lei, que dispõe sobre estágio, em seu parágrafo 5º, determina ainda que as instituições concedentes de estágios devem destinar 10% das vagas ofertadas aos estagiários portadores de deficiência. Conforme os incisos desse artigo, o número de estagiários que cada instituição pode acolher é proporcional ao número de empregados formais contratados pela empresa<sup>7</sup>.

Como bem foi destacado, a Lei Nº 11.788/2008 trouxe modificações importantes e fundamentais, tanto em relação aos aspectos conceituais – inserindo o estágio como um componente curricular integrado ao projeto político-pedagógico do curso em um processo de ensino-aprendizagem – como também em relação à normatização da concessão e a sua realização.

Em conformidade com a Lei Nº 11.788/ 2008, a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão publicou a Orientação Normativa Nº 02, em 24 de junho de 2016, sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Em seu Art. 1º do Capítulo I – Das disposições iniciais –, ela estabelece

orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC quanto à aceitação de estagiários de nível superior, de ensino médio, de educação profissional, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de jovens e adultos (BRASIL,2014).

Os órgãos e entidades do SIPEC poderão celebrar convênio com as instituições de ensino com vistas à aceitação de estagiários. Dos seus termos, constarão as atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes, desde que guardem estrita

---

<sup>7</sup>A título de exemplo, uma empresa com cinco empregados pode contratar apenas um estagiário. Em número maior, por exemplo, entre onze e vinte empregados, poderá contratar cinco estagiários. E, por fim, em empresa com maior número de empregados pode contratar um quantitativo de estagiários correspondente a até 20% do seu efetivo de empregados, para realizar a sua formação profissional (BOUCINHAS FILHO, 2008).

correlação com a proposta pedagógica do curso (Art.8º da Orientação Normativa). De acordo com o artigo 9º, os órgãos e entidades poderão oferecer estágio, sendo observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar TCE entre a instituição de ensino e o estudante, zelando pelo seu cumprimento; II – ofertar instalações que tenham condições adequadas de propiciar ao estagiário o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social e profissional; III – indicar servidor da sua força de trabalho, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; IV – para a orientação e supervisão do estagiário de nível fundamental ou médio, o servidor indicado deve ter, no mínimo, o mesmo nível de formação do estagiário; V – contratar seguro contra acidentes pessoais, em favor do estagiário de estágio obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado, conforme estabelecido no TCE; VI – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização de estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; VII – manter à disposição da fiscalização, o Termo de Compromisso de Estágio – TCE e os Termos Aditivos de que trata o § 3º do art. 10, a fim de comprovar a relação de estágio sempre que necessário; e VIII – enviar à instituição de ensino, semestralmente, relatório de atividades com vista obrigatória do estagiário.

O supervisor do estágio será designado pelo chefe da unidade em que o estagiário desenvolver suas atividades, devendo possuir formação ou experiência profissional na área de conhecimento objeto do curso do estagiário. Observando-se os incisos III e IV do Art. 9º, ele deve possuir, no mínimo, o mesmo nível de formação do estudante de nível fundamental ou médio. Compete ao supervisor de estágio acompanhar e atestar a frequência mensal do estagiário e encaminhá-la à unidade de recursos humanos do órgão ou entidade onde se realiza o estágio (Art. 10, parágrafos 1º e 2º).

A realização do estágio obrigatório ou não obrigatório, nos órgãos e entidades de que trata o Art. 1º dessa Orientação Normativa, conforme previsto em seu artigo 4º, observará, dentre outros, os seguintes requisitos:

I - matrícula e frequência regular do estudante, atestados pela instituição de ensino, em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos; II - celebração de Termo de Compromisso de Estágio - TCE entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no TCE.

O estágio, como ato educativo supervisionado, deverá ser acompanhado, efetivamente, pelo professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios, de que trata o inciso VIII

do Art. 9º dessa Orientação Normativa, e por menção de aprovação final (§ 2º). Juntamente com os relatórios exigidos no parágrafo anterior, o órgão ou entidade, de que trata o Art. 1º dessa Orientação Normativa, encaminhará à instituição de ensino o certificado de estágio (Art. 4º, parágrafos 1º, 2º). O plano de atividades do estagiário, elaborado em comum acordo com o órgão ou entidade e a instituição de ensino, será incorporado ao TCE, por meio de aditivos, na medida em que for avaliado o desempenho do estudante. No que se refere ao quantitativo de estagiários nos órgãos e entidades, corresponderá, no máximo, a 20% (vinte por cento) da sua força de trabalho, observada a dotação orçamentária (Art. 5º e 7º da mencionada Orientação Normativa).

Na Universidade Federal de Paraíba, a Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão-CONSEPE Nº16, de 11 de maio de 2015, que aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação dessa Universidade, em seu Art. 61 – no capítulo que trata de estágio – traz a seguinte definição, em referência ao estágio curricular supervisionado.

O estágio curricular supervisionado é um componente curricular obrigatório norteado pelos princípios da integração teoria e prática, realizado pelo estudante na própria Instituição ou em unidades concedentes de estágios, sob a forma de vivência profissional sistemática, intencional, acompanhada e constituída na interface do Projeto Pedagógico de Curso – PPC (UFPB,2015).

O estágio curricular supervisionado da UFPB é regido por normas emanadas dos respectivos cursos de graduação, obedecendo-se a legislação federal vigente (Parágrafo único do Art. 61). São objetivos dessa modalidade de estágio (Art. 63 dessa Resolução):

I-Contribuir para a qualidade da formação acadêmica e profissional por meio da integração da teoria e prática e do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao desempenho profissional qualificado; II-Ampliar as oportunidades de observação, interlocução e intervenção para o exercício profissional; III-Promover a integração entre a Universidade e a sociedade (UFPB,2015).

O estágio curricular supervisionado obrigatório interno deverá ser realizado em setores pertencentes aos *campi* da UFPB (Art. 64), que estarão isentos da celebração de convênio ou de acordo de cooperação técnica (Parágrafo 2º do Art. 70).

O estágio curricular supervisionado obrigatório constitui-se em um componente pedagógico para a formação profissional do estudante, sendo desenvolvido mediante



um componente curricular específico dos cursos. Ele apresenta as seguintes características (Art. 65).

I- acesso por matrículas, conforme disposto no Regimento Geral da UFPB; II- especificação de código, carga horária, créditos e, se houver, pré-requisitos; III- duração não inferior a 1 (um) semestre letivo; IV- carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico de Curso; V- regulamentação por meio dos seguintes documentos: Plano de Atividades de Estágio, Termo de Compromisso de Estágio; Convênio da UFPB com a instituição ou empresa concedente; VI- vinculação ao campo de formação profissional e a uma situação real de trabalho; VII- acompanhamento feito por profissional da unidade concedente (supervisor de estágio) vinculado ao campo de estágio; VIII- orientação e supervisão por docente do componente curricular de estágio; IX- a critério do Colegiado de Curso, o estágio poderá ser desenvolvido de forma concentrada, respeitando-se a carga horária prevista para este componente curricular no Projeto Pedagógico do Curso (UFPB, 2015).

Na realização de estágio curricular supervisionado, haverá, para cada estagiário, a formalização de Termo de Compromisso de Estágio – TCE. Neste, constará o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, com a assinatura do coordenador de curso, do estagiário, e da unidade concedente, acompanhada da anuência da CEM/PRG, Art. 70. O estágio curricular supervisionado será avaliado ao final de cada período letivo, ou a cada 4 meses, por meio do Relatório Semestral de Atividades de Estágio, ou por instrumento estabelecido pela Resolução de Estágio de cada curso (Art. 74).

Entre outras atribuições, compete às coordenações de curso ou às coordenações de estágio – Art. 78, inciso III – promover, integradas às Chefias dos Departamentos, o planejamento, a programação, o acompanhamento pedagógico e a avaliação do estágio, prevendo-se as seguintes funções:

a) Orientador de estágio – docente responsável pelo planejamento das atividades de estágio, orientação, acompanhamento pedagógico, supervisão, acompanhamento e avaliação do estagiário junto ao curso; b) Supervisor da unidade concedente – profissional pertencente à unidade concedente do estágio, devidamente habilitado e responsável pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, no local de desenvolvimento das atividades de estágio (UFPB, 2015).

A discussão e a compreensão dos aspectos conceituais e legais do estágio de formação dos estudantes de graduação, considerando a legislação mais atual, é fundamental para esta dissertação, haja vista ter vinculação direta com o seu objeto de estudo.

### **3 A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO FARMACÊUTICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

No presente capítulo, discutiremos a formação acadêmica do farmacêutico, com base em pesquisa bibliográfica e documental, procurando compreender os aspectos históricos e legais da formação desta categoria profissional no Brasil. Para tanto, levaremos em consideração as mudanças de identidade enfrentadas por esta, as quais se originam dos avanços científicos e tecnológicos ocorridos ao longo do tempo.

Trataremos, também, da criação do Curso de Farmácia no Estado da Paraíba, da sua incorporação à UFPB e da sua vinculação ao Centro de Ciências da Saúde – CCS. Embora apresentando uma estrutura multicêntrica, com disciplinas oferecidas por vários departamentos da Instituição, durante anos, funcionou com um currículo mínimo baseado no que foi fixado pela Reforma Universitária de 1968, com um ciclo pré-profissional único e outro profissional.

Por último, considerando a reforma curricular do curso, concluída em 2007, e com base no atual Projeto Pedagógico do Curso – PPC, discorreremos sobre os estágios obrigatórios, previstos na matriz curricular e oferecidos na formação do farmacêutico na UFPB.

#### **3.1 Aspectos Históricos e Legais da Formação dos Farmacêuticos no Brasil**

A farmácia, até o início do século XX, estava associada à figura do boticário<sup>8</sup>. Segundo Ribeiro (2009), a atribuição desse profissional consistia em pesquisar, preparar – segundo a arte farmacêutica – e dispensar os medicamentos. Além disso, era responsável pela avaliação, pela garantia da qualidade destes e pelo fornecimento de informações sobre fármacos ao público. Podemos afirmar que o boticário dominava o processo de produção dos medicamentos, desde a pesquisa de substância terapêutica ativa, dosagens e preparação, até a dispensação e orientação sobre o uso

---

<sup>8</sup> Segundo Pourchet-Campos (1966 apud CORRAL; SOUSA; NEGRÃO, 2009, p. 27), a palavra boticário aparece escrita, pela primeira vez, no século VI, usada pelo Papa Pelágio II, para referir-se a monges. Passa a ser aplicada a leigos, por volta do século XIII. Com o tempo, "os boticários se tornaram artesãos do medicamento, deixando de ser exclusivamente comerciantes de matérias primas e envolvendo-se também com o preparo desses."

dos medicamentos (WITZEL, 2008; VIEIRA, 2007; COSTA, 2007). A transmissão dos saberes farmacêuticos, durante muito tempo, foi realizada por meio da aprendizagem nas boticas, sendo que o nível técnico da produção de medicamentos dependia dos conhecimentos empíricos decorrentes da prática cotidiana do mestre.

Entretanto, de acordo com alguns autores (VELOSO, 2007; SARMENTO, 1996), o desenvolvimento científico provocou grandes mudanças no sistema de aprendizagem. Na Europa, o ensino de Farmácia passou a ser ministrado nas faculdades de Medicina, na cadeira Matéria Médica. Por meio desta, os discentes aprendiam a teoria e a prática da arte farmacêutica e se habilitavam a preparar os medicamentos. No Brasil, o acesso à profissão farmacêutica ocorria através de exame realizado, em Portugal, pelo oficial do rei e por médicos e boticários por ele escolhidos. O pré-requisito exigido do candidato era contar com um tempo de aprendizagem igual ou superior a quatro anos (DIAS, 2005; SARMENTO, 1996).

A história do ensino superior de Farmácia no Brasil é mais recente. Esse nível de ensino, não religioso, teve início entre nós com a transferência da sede do império português com a vinda da família Real. Diferentemente, na América espanhola, ele data do século XVI. Os primeiros cursos médicos no Brasil foram criados na Bahia e no Rio de Janeiro em 1808. No ano seguinte – segundo Santana; Gastaldo (1991) –, na escola Anatômica, Cirúrgica e Pharmacia do Rio de Janeiro, foi criada a cadeira Matéria Médica e Pharmacia,

Em decorrência de problemas envolvendo a prática médica e o exercício da profissão por leigos, na cidade do Rio de Janeiro em 1830, descritos em relatório da Comissão de Salubridade geral, foi promulgada, em 1833, a Lei do Ensino Médico. Esta foi responsável pela transformação de duas escolas médicas cirúrgicas em faculdades de medicina, seguindo o modelo da faculdade de medicina de Paris, como demonstram os estatutos daquelas (RIBEIRO, 2009). Tal reforma estabeleceu que ninguém sem o título conferido pelas faculdades de medicina poderia “curar, ter botica ou partejar” (VELOSO, 2007).

Nesse novo contexto, foi criado o Curso de Farmácia, ainda vinculado às faculdades de Medicina. Em seguida, no ano de 1836, a seção de Farmácia da Academia Imperial de Medicina propôs a criação de novas escolas de Farmácia, sendo elas subordinadas às do Rio de Janeiro e às da Bahia (FILCRUZ; GASTALDO, 1991). Segundo Veloso (2007), as entidades associativas de farmacêuticos da época

– Seção Farmacêutica da Academia Imperial de Medicina e a Sociedade Farmacêutica Brasileira – defendiam uma fiscalização rigorosa do exercício ilegal de profissão, a implantação de reformas no ensino de Farmácia nas escolas de Medicina e a elaboração de um código farmacêutico brasileiro, sempre na busca da conquista e do reconhecimento de seu papel na ciência da cura.

O primeiro curso de Farmácia desvinculado de uma escola de Medicina foi criado em Ouro Preto – MG no ano de 1839. Com duração inicial de dois anos, seu currículo era composto pelas disciplinas Farmacologia, Botânica e Matéria Médica, tendo sido ampliada para três, em 1872, com a inclusão das cadeiras Física e Mineralogia. (ZUBIOLI, 1992; SOUZA, 2003). Durante o curso,

os alunos eram obrigados a praticar em boticas de mestres aprovados da cidade. Ao final do período, o proprietário conferia-lhes um atestado de habilitação, indispensável à formação. Os exames para obtenção do título de Farmacêutico eram realizados na Câmara Municipal, diante de banca examinadora determinada pelo Presidente da Província. O exame incluía uma prova teórica – princípios da arte farmacêutica, botânica e história natural das drogas simples – e uma prova prática, que envolvia as preparações farmacêuticas com descrição das substâncias usadas, técnicas de manipulação, preparo e resultados obtidos. (RIBEIRO, 2009, P. 14).

Para Veloso (2007), a descentralização do sistema educacional brasileiro, prevista na Constituição promulgada em 1891, a primeira do regime republicano no país, facilitou a criação de ensino superior nos Estados a partir do início do século XX. Por esse motivo, vários cursos nessa modalidade de ensino e na área de saúde, principalmente de Farmácia e Odontologia, foram surgindo nas capitais e cidades maiores dos principais Estados do país. É importante ressaltar as profundas transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, com os estudos sobre as doenças a partir da anatomia patológica:

quando se buscou localizar as doenças no corpo humano, com base no conhecimento da etiologia e não mais apenas dos sintomas. O avanço científico ocorrido nessa época, especialmente no campo da microbiologia e da produção de medicamentos, descortinou para a ciência médica uma perspectiva de intervenção inteiramente distinta do passado. O empirismo, fruto do ensaio e erro, passa a ser substituído pelo conhecimento científico. A medicina abandona os conhecimentos tradicionais, substituindo-os pelas descobertas que a transformaram. Nesse contexto, a Medicina e Farmácia deixam de ser classificadas como arte e assumem seu lugar ao lado de disciplinas científicas. (outras RIBEIRO, 2009, p. 16).

Nesse contexto, deu-se a ampliação de práticas assistenciais com a aplicação das descobertas científicas, suscitando um processo de regulação das normas. No Brasil, por lei.

os boticários só podiam aviar as receitas que fossem prescritas por médicos inscritos na Junta Central de Higiene Pública ou cujas especificações estivessem descritos na Farmacopéia Francesa. Os médicos não podiam preparar nem vender remédios ou drogas, sendo proibido qualquer tipo de associação ou contrato com boticários. Os boticários, que pesquisavam e manipulavam fórmulas “extemporâneas”, foram lentamente sendo substituídos pelos farmacêuticos formados (VELLOSO, 2007, p. 156).

Na década de 1920, ainda sobre o domínio da economia agroexportadora, o Brasil vivenciou, centrado em campanhas sanitárias, o desenvolvimento da Saúde Pública, marcando a sua institucionalização, segundo Bermudez (1995), com a criação do Departamento Nacional de Saúde em 1920. De acordo com a afirmação de Cohn (1996), nesse período, com o início do desenvolvimento da industrialização, emergiu a preocupação com a atenção previdenciária voltada para a assistência do trabalhador. Com base na Lei “Eloy Chaves”, em 1923, foram intituídas as CAPs – Caixas de Aposentadoria e Pensões, vinculadas às empresas, com vistas a assegurar assistência médica e pagamento de aposentadoria e pensões aos trabalhadores.

Ainda segundo o autor, no governo Vargas, com a disposição de apoio ao desenvolvimento industrial, após a crise econômica de 1929, foram regulamentadas as relações entre trabalho e capital, com a promulgação das leis trabalhistas. Na sequência desse processo de construção da seguridade social no país, no período de 1933 a 1938, o sistema previdenciário foi ampliado e as CAPs foram substituídas pelos IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões, organizados por ramos de atividade. Para atender aos trabalhadores do mercado formal, os institutos mantinham hospitais e ambulatórios próprios e contratavam unidades de saúde privadas, lucrativas ou filantrópicas. Eram excluídos desse atendimento os trabalhadores rurais e urbanos que não exercessem a profissão nas áreas de atividade contempladas pelos institutos.

Nesse período de ampliação da assistência médica individual, o ensino prático de Farmácia sofreu grandes transformações. Foram instituídos sistemas de avaliação, até então inexistentes, com provas escritas, estágios acompanhados de relatórios, frequência e exames finais como exigência para a obtenção do título (RIBEIRO, 2009). A consolidação da Medicina científica que norteou o ensino e as práticas profissionais na área da saúde contribuiu na formatação da estrutura do ensino

superior em saúde da época, caracterizada pela separação em ciclos básico e profissional, fundamentada em disciplinas ou especialidades e ambientada, de forma predominante, no hospital.

O Decreto nº 19.606, de 19 de janeiro de 1931, ampliou o campo de atuação do farmacêutico, pois, além das funções privativas de manipulação e comércio de medicamentos, competiria também a esse profissional a fabricação de produtos biológicos, as análises clínicas, biológicas e bromatológicas e a função de legista. Entretanto, nesse mesmo ano, um novo decreto foi publicado, permitindo, assim, o comércio de medicamentos por sociedades comerciais, nas quais o farmacêutico tivesse participação mínima 30% no capital social (ZUBIOLI, 1992).

No contexto da reorganização econômica das nações, após o fim da Segunda Guerra mundial, o Brasil entrou na segunda fase da industrialização, marcada pela produção de máquinas e bens duráveis e acompanhada por uma intensa urbanização. Para atender às demandas dessa nova realidade social, em 1953, foi criado o Ministério da Saúde, e, na década de 1960, foram unificados as contribuições e os planos de benefícios dos diversos Institutos de Previdência Social, por meio da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que ficou conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS).

Com a ampliação da assistência individualizada, centrada no hospital e na atenção curativa, a partir de 1966, e a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), houve uma intensa medicalização da saúde, incentivando o avanço da indústria farmacêutica no país (COHN, 1996; PELICIONI, 2007). Ocorreu também uma desnacionalização da indústria farmacêutica nos anos 60, pois as empresas farmacêuticas nacionais não encontravam condições para acompanhar o desenvolvimento que então ocorria, e os laboratórios multinacionais tinham assumido o controle da produção, com a implantação de novas fábricas e a aquisição de laboratórios nacionais. Esse processo foi impulsionado pela introdução dos antibióticos e fármacos obtidos, por síntese, no campo da terapêutica, auxiliando no intenso crescimento do parque industrial farmacêutico (LORANDI, 2006; COSTA, 2007).

Nesse novo cenário, o foco das atividades farmacêuticas, especialmente no Brasil, volta-se para a produção de medicamentos em escala industrial, uma vez que a pesquisa e o desenvolvimento de novos fármacos ficaram restritos aos países do

Primeiro Mundo. A farmácia perde as suas características originais, ao deixar de ser laboratório e constituir-se drogaria, alterando o perfil do farmacêutico nesse estabelecimento, na medida em que seu papel profissional vai se transformando e cedendo espaço à venda de medicamentos industrializados, distante dos médicos e do paciente (COSTA, 2007; VERAS, 2007; SANTOS, 2005).

Antre a necessidade de formação de especialista no Estado desenvolvimentista, a Reforma Universitária de 1968 instituiu a pós-graduação no Brasil, voltada para formação de pesquisadores e fixou o currículo mínimo para a graduação. Nesse modelo, o curso de Farmácia compreendia dois ciclos: um pré-profissional único e outro profissional. No primeiro ciclo, ocorria a formação do Farmacêutico com competência para exercer suas atividades em farmácia e drogarias. No segundo ciclo, ocorria a formação do farmacêutico industrial, habilitado para atuar na produção de cosméticos ou medicamentos, ou do farmacêutico bioquímico, para o exercício profissional nas áreas de análises clínicas, toxicológicas e de alimentos. Para a expedição do diploma, exigia-se o estágio supervisionado, sempre no último período das modalidades do curso (ESTEFAN, 1996; LORANDI, 2006). Para Ribeiro(2009), o modelo tradicional de ensino na saúde voltado para a doença e a intervenção curativa, com viés biologicista e de formação técnica, privilegiava a transmissão de informações pelo professor e a valorização da capacidade do aluno em retê-las e reproduzi-las. Essa formação via especialização em medicamentos, alimentos ou análises clínicas perdurou até 2002, com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN do curso de Farmácia.

A Lei Nº 5991, promulgada em 1973, que possibilitou a abertura de estabelecimento farmacêutico por leigos no país, contribuiu para a mercantilização do setor e a ocorrência de um processo histórico considerado como “desprofissionalização” do farmacêutico, na medida em que o exercício da Farmácia, em sua concepção original, tornou-se uma atividade marginal, relegada a um segundo plano no contexto da profissão. Houve, assim, a perda do papel social desempenhado pelo farmacêutico, pois, distanciado do público, ele deixa de ser reconhecido como um agente de saúde. Com isso e diante da valorização das especializações pelo mercado de trabalho, os discentes passaram a optar, em sua grande maioria, pela área de análises clínicas, traduzindo as transformações do mercado de trabalho, no sentido de valorizar a atuação desse profissional nos laboratórios clínicos, em

detrimento da atuação nas farmácias e drogarias (LORANDI, 2006; SANTOS, 2005; SILVA, 2004)

Em 1971, no contexto do “milagre econômico brasileiro”, cresceu a relevância da assistência previdenciária, com a criação do Ministério da Previdência. Este atuando na expansão da assistência médica individualizada, havendo, desse modo, com prejuízos para as ações de saúde preventiva, restrita à esfera do Ministério da Saúde (GOLDENBERG, 1989). Nos anos seguintes, com a estagnação mundial da economia e, no plano interno, a elevação dos índices inflacionários e a ampliação da dívida externa, o país passou por uma crise financeira, a qual atingiu a área de saúde e impôs a necessidade de reorganização da assistência (COHN,1996; IVAMA, 2008).

Paralelamente ao processo de redemocratização do país, no ano de 1986, foi realizada a VIII Conferência Nacional de Saúde (VIII CNS)<sup>9</sup>, com a participação da sociedade, de prestadores de serviços e de gestores do setor, objetivando redefinir o Sistema de Saúde. No ano seguinte, foi criado o Sistema Único e Descentralizado de Saúde – SUDS, que, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi institucionalizado como Sistema Único de Saúde – SUS (MICHELINE, 2008; COHN,1996). A Lei Nº 8080/1990 regulamentou o SUS, tendo como princípios a universalidade do acesso, a integralidade do cuidado, a equidade, a hierarquização do atendimento e a descentralização, com prioridade para as atividades preventivas e de promoção da saúde, sem danos para os serviços assistenciais (BRASIL, 1990).

A consolidação do SUS impôs desafios importantes para a formação e o desenvolvimento de recursos humanos na área da saúde. Segundo Ribeiro(2009), as novas perspectivas das ações de saúde reorientaram o papel do farmacêutico no Brasil, como membro da equipe multiprofissional de saúde, reaproximando este profissional da farmácia e viabilizando a sua atuação direta junto aos usuários, na condição de responsável pela garantia da segurança e da efetividade da terapia medicamentosa do paciente e de promotor do uso racional de medicamentos, tanto individual como coletivo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS(1985),

---

<sup>9</sup>As Conferências Nacionais de Saúde (CNS) representam um importante momento de avaliação da situação da saúde no país e de formulação de diretrizes para as políticas públicas no setor, reunindo cidadãos pela defesa da garantia de direitos, em atenção às necessidades da população. A 1ª CNS (1941), 2ª CNS (1950), 3ª CNS (1963), 4ª CNS (1967), 5ª CNS (1975), 6ª CNS (1977), 7ª CNS (1980).



Há uso racional quando pacientes recebem medicamentos apropriados para suas condições clínicas, em doses adequadas às suas necessidades individuais, por um período adequado e ao menor custo para si e para a comunidade.

Na busca pela recuperação do reconhecimento social da equipe de saúde, com a retomada das suas funções assistenciais, na década de 1990 desencadeia-se uma importante mudança de foco, na profissão, do medicamento para o paciente, ampliando, desse modo, o leque de atuação clínica do farmacêutico, antes reduzida à farmácia hospitalar (WITZEL, 2008; IVAMA, 2008).

Nesse contexto, nos meios acadêmico e profissional, inicia-se um processo de discussão sobre a necessidade de mudanças curriculares, de foco e de direcionamento da profissão farmacêutica, diante da evidência do grande descompasso entre a formação excessivamente tecnicista e distanciada da realidade e as demandas concretas do sistema de saúde (COSTA, 2007; MARIN, 2003; WITZEL, 2007). Ainda segundo os autores, os eventos de caráter nacional, ocorridos entre os anos 1987 e 1995, que contou com a participação de estudantes e entidades da categoria, resultaram na construção de um documento intitulado Proposta de Reformulação do Ensino de Farmácia no Brasil. Esse documento defende:

o ensino farmacêutico deveria estar voltado para a formação do farmacêutico pleno, direcionado ao seu eixo principal de atuação, o medicamento, porém, inserido no contexto de assistência integral à saúde. Esse perfil contemplava todos os aspectos relacionados ao medicamento, inclusive aqueles voltados à função social do farmacêutico como profissional de saúde, inserido essencialmente na atenção primária.

Normatizando as propostas de reformulação curricular apontadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei Nº 9.394 de 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN para o Curso de Farmácia de 2002 ratificam, no plano formal, o compromisso com a atuação desse profissional no SUS, assumindo a diretriz da formação generalista dele, no lugar das especializações anteriores em medicamentos, alimentos ou análises clínicas, permitindo uma mudança conceitual, estrutural e filosófica da profissão. A formação generalista se volta para a prática da Atenção Farmacêutica, preparando um profissional de múltiplas habilidades, capaz de exercer a farmácia em todos os seus segmentos e atividades. (MEC, 2002; COSTA, 2007, IVAMA, 2008). A formação generalista, com vistas a uma atuação junto ao SUS, torna-se um desafio e passa pela necessidade de desenvolver novas concepções das práticas em saúde e da própria educação a partir da integralidade do cuidado. É

necessário incentivar a compreensão dos determinantes do processo saúde-doença e lançar mão de uma atuação crítica e participativa em situações reais (IVAMA, 2008).

Neste contexto, os estágios de vivência ou supervisionados, devido a variação dos cenários no universo de prática na formação do aluno, integrando docentes e alunos na prestação de serviços em saúde, possuem reconhecimento e relevância no desenvolvimento destas práticas educativas. Por esse motivo foi normatizado como requisito o cumprimento de vinte por cento (20%) da carga horária do curso para execução de estágio sob coordenação e orientação docente (MEC, 2002; MOTTA, 2004). Em consonância com as normas emanadas do Conselho Nacional de Educação – CNE, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Farmácia, ocorreram na década de 2000, as reformulações curriculares com mudanças estruturais e pedagógicas dos Cursos de Farmácia em todo o Brasil.

### **3.2 O Curso de Farmácia na Universidade Federal da Paraíba**

A Universidade Federal da Paraíba, foi criada pela Lei Estadual Nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e federalizada pela Lei Nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960. Com sede administrativa no *Campus I*, na cidade de João Pessoa – PB, vem desempenhando papel significativo na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. Seu reconhecimento social é fruto da contribuição dada tanto para o avanço científico e tecnológico quanto para a formação de profissionais qualificados, seja em nível estadual, seja em nível nacional.

A UFPB é constituída por centros acadêmicos. No *Campus I*, de João Pessoa, existem os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Biotecnologia (CBiotec); Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR); Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA); Centro de Informática (CI) e Centro de Energias Alternativas Renováveis (CEA). Fora de João Pessoa, no *Campus II*, da cidade de Areia, há o Centro de Ciências Agrárias (CCA); no *Campus III*, de Bananeiras, o Centro de Ciências

Humanas e Agrárias (CCHSA) e, no *Campus IV*, das cidades de Rio Tinto e Mamanguape, o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE).

Dos Centros de ensino localizados no *Campus I*, destacamos o Centro de Ciências da Saúde (CCS), por considerar indiscutível a responsabilidade social das universidades, no que concerne à formação de profissionais que atendem às necessidades de saúde da população geral e ao Sistema de Saúde do país (JUNQUEIRA, 2013). Dentre os cursos do CCS ofertados pela UFPB, destaca-se o Curso de Farmácia, objeto de estudo desta pesquisa, por estar centrada numa formação técnica e social que fomenta um pensar acadêmico e uma prática profissional a serviço do mercado de trabalho e da população. O curso de Farmácia foi criado na Paraíba graças ao idealismo de jovens farmacêuticos paraibanos que tiveram sua formação em outras universidades brasileiras e desejavam formar, na Paraíba, profissionais para atuar na área de medicamentos. Por iniciativa da Associação Farmacêutica deste Estado, a Faculdade de Farmácia da Paraíba foi instalada em primeiro de maio de 1956, tendo sido encampada pelo Governo do Estado, em 29 de abril de 1960, e, nesse mesmo ano, incorporada à Universidade Federal da Paraíba (PPC/UFPB, 2007), por meio do Decreto Nº 3835.

Na UFPB, o Curso de Farmácia seguiu a estrutura fixada pelo Conselho Federal de Educação (CFE), por intermédio da Resolução nº04 – de 1º de julho de 1969 –, que estabeleceu a organização do curso em três ciclos (básico, profissional comum e profissional diferenciado) e serviu de suporte ao modelo de ensino adotado a partir de 1970 (PPC/UFPB, 2007). Até 1980, o Curso de Farmácia da UFPB teve seu processo curricular normatizado pela Resolução N º 08/1976, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), e formatado em estruturas curriculares integradas, que, na prática, constituíam-se num conjunto de disciplinas que tinham pouca ou nenhuma integração, a não ser uma boa disposição de pré-requisitos. Era formatado para ser aplicado em três anos e meio, com uma excessiva carga horária semanal de sala de aula. A estrutura centrada, implantada na década de 1970, demandava o envolvimento de, pelo menos, quatorze departamentos, três centros acadêmicos da Universidade, o que tornava a interação de conhecimentos uma utopia no processo de formação (PPC/UFPB, 2007).

Em 1984, a Portaria Nº 01/1984, da Pró-Reitoria de Graduação, promoveu um rearranjo curricular, extinguindo as unidades curriculares, embora mantendo a mesma

postura isolada, desconectada da necessidade de formação profissional, muito fortemente centrada no conhecimento tecnológico. Com isso, não considerou um diálogo dos conteúdos e sua materialização numa prática farmacêutica voltada às necessidades do paciente, onde o farmacêutico fosse entendido como profissional de saúde (PPC/UFPB, 2007). A estrutura curricular de 1984, que vigorou até 2007, estabelecia um curso de 3045 horas para a habilitação I – Farmacêutico, 1470 horas para a habilitação II – Farmacêutico Industrial e 1410 horas para a habilitação III – Farmacêutico bioquímico (PPC/UFPB, 2007).

Nessa estrutura, existia apenas o Estágio Supervisionado em Farmácia, o qual era realizado no último período de formação da habilitação I – Farmacêutico. Parte da carga horária desse estágio, 80 horas, era cumprida na Farmácia Hospitalar, e o Serviço de Farmácia do HULW recebia alguns alunos matriculados. Do mesmo modo, os discentes que continuavam os estudos visando à formação da habilitação III – Bioquímico, realizavam o estágio dessa habilitação na área de análises clínicas no Serviço de Laboratório de Análises Clínicas desse Hospital.<sup>10</sup>

Mesmo com todas as dificuldades, com as mudanças vividas pela UFPB, em sua estrutura educacional e laboratorial, e a expansão das vocações acadêmicas, os docentes e discentes foram encontrando alternativas para conviver com as deficiências existentes, na estrutura curricular, fazendo com que o ensino se modernize sem a necessária e requerida mudança curricular. Nesse período, o curso passou por um processo de avaliação externa, por intermédio do INEP/MEC, e obteve conceito muito bom nos três eixos avaliados: organização didático-pedagógica, estrutura física e corpo docente; e ainda o conceito 4, muito bom, no Exame Nacional de Curso (PPC/UFPB, 2007).

Ainda de acordo com o PPC, depois de duas décadas da última reformulação curricular, o cenário para a atuação profissional mostrava-se qualitativamente distinto e apontava a necessidade de redirecionar a formação farmacêutica, no sentido de dotá-la da qualidade exigida pelos desafios do final de milênio.

Em conformidade com o que preconiza a LDB, e o parecer CNE/CES N° 583/2001, visando assegurar a flexibilidade e a qualidade na formação oferecida aos

---

<sup>10</sup>Informações decorrente da minha vivência como estudante e, posteriormente, como Farmacêutico do antigo Serviço de Farmácia/ HULW

estudantes, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação têm como um dos seus princípios: “fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão”. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia da UFPB, instituídas pela Resolução CNE/CES 2, de 19 de fevereiro de 2002, o seu Art. 7º estabelece:

A formação do Farmacêutico deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Farmácia proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Após a reforma, a organização e a estrutura curricular atual do curso de Farmácia da UFPB foram aprovadas pela Resolução Nº 49/2007 do CONSEPE, que, por sua vez, foi alterada pela Resolução Nº 52/2008 desse órgão colegiado. O curso tem duração mínima de 5 anos e máxima de 7 anos, carga horária total de 5130 horas – correspondente a 342 créditos –, assim distribuídas: componentes curriculares obrigatórios 3840 horas; disciplinas optativas 345 horas; Estágios de Vivências 405 horas, e Estágios Supervisionados 540 horas. Ou seja, 945 horas estão destinadas aos estágios, o que representa 22% do total de horas do curso. Constituída de 10 blocos, com disciplinas das Ciências Exatas, Ciências Farmacêuticas, Estágios, Ciências Biológicas e da Saúde e Ciências Humanas e Sociais, tem por base os seguintes princípios norteadores dessa formação:

Formação Integral, técnica, ética e humanista; O estudante passa a ser protagonista de sua própria formação, e contará com o apoio de um professor tutor; O professor será um orientador do processo de aprendizagem, cabendo a este despertar o pensamento crítico reflexivo do estudante; Os conteúdos do curso buscarão formar para uma visão integral do ser humano; O Curso será sempre pautado pelo compromisso com a formação humanística, crítica e reflexiva do profissional farmacêutico; O aperfeiçoamento do processo ensino/aprendizagem será meta constante e demandará, de forma ininterrupta, a atualização dos conhecimentos científicos; O processo de aprendizagem demandará métodos e técnicas que articulem teoria e prática, e a concepção interdisciplinar de formação; A interação docente, discente e sociedade será construída em bases democráticas, de respeito mútuo e de responsabilização social. (PPC/UFPB,2007).

Portanto, o perfil do farmacêutico graduado pelo Curso de Farmácia da Universidade Federal da Paraíba é de um profissional com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, tendo como atribuições essenciais a promoção e a proteção da saúde humana, por meio de atividades relacionadas ao fármaco, ao

medicamento e correlatos, às análises clínicas e toxicológicas, ao alimento e à saúde coletiva.

Uma nova resolução – N° 6/2017 do CNE/CES – foi publicada, no *Diário Oficial da União*, em 20 de outubro desse mesmo ano, instituindo novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia da UFPB. Segundo essa resolução, o Curso de Graduação em Farmácia, bacharelado, deve ser estruturado em três eixos de formação, contemplando atividades teóricas, práticas, estágios curriculares obrigatórios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, articulando a formação acadêmica à atuação profissional, de forma contextualizada e problematizada (Art. 7º da Resolução CNE/CES N° 6).

**A carga horária referencial do curso passa de 3840 para 4000 (quatro mil) horas**, excetuando-se o estágio curricular e as atividades complementares. Conforme o parágrafo 2º desse artigo, ela **deve ser distribuída da seguinte forma: “I – 50 % no eixo cuidado em saúde (conteúdos em Ciências Farmacêuticas); II – 40 % no eixo tecnologia e inovação em saúde; III – 10% no eixo gestão em saúde.”** A formação em Farmácia inclui, como etapa integrante e obrigatória da graduação, estágios curriculares, que devem estar **regulamentados e institucionalizados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de carga horária, previsão ou existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação** (Art. 8º da Resolução CNE/CES N° 6, “grifo nosso”).

Os estágios curriculares devem ser desenvolvidos de forma articulada, em complexidade crescente, distribuídos ao longo do curso, e iniciados, no máximo, no terceiro semestre (Parágrafo 2º do Art. 8º da Resolução CNE/CES N° 6). É importante mencionar, ainda: esse mesmo artigo dessa nova resolução, no seu parágrafo 3º, mantém a exigência de, no mínimo, 20% da carga horária total do curso destinada às atividades de estágios.

O coordenador do Curso de Farmácia da UFPB informou que a responsabilidade pelas mudanças curriculares e pedagógicas, com base no que está previsto na referida resolução, é do Núcleo Docente Estruturante; e que os estudos ainda se encontram na fase de acolhimento de propostas. Portanto, nesse sentido, os trabalhos ainda não foram concluídos

### 3.2.1 Estágio de farmácia: o que diz o projeto pedagógico do curso

O Projeto Político Pedagógico atual do Curso de Farmácia (PPC), é constituída de componentes formais e flexíveis, e apresentam atividades de ensino, pesquisa e extensão, com campos de estágios teórico-práticos que visam promover uma formação baseada em princípios éticos, cidadãos, criticidade, criatividade e que compreendam a realidade local (PPC/UFPB,2007). A sua construção pedagógica prevê alguns mecanismos de formação como:

**o Estágio Observacional** – Estágio Vivência I, aplicado ao aluno do 2º período, ou a qualquer tempo por orientação do professor tutor [...] para compreensão de um processo de trabalho do farmacêutico, não podendo desenvolver nenhum ato técnico [...];- **Estágio em Programas Acadêmicos** – Estágios de Vivência II e III, que objetiva proporcionar ao educando uma vivência em projetos acadêmicos, seja de ensino, pesquisa ou extensão [...];- **Estágio de Vivência em Serviços farmacêuticos, que objetiva proporcionar ao estudante a aplicação dos conhecimentos teóricos e vivenciar as dinâmicas, limites e dificuldades dos Serviços. Obedecerá a um programa previamente estabelecido, e contemplará aspectos pedagógicos do ensino problematizador e da ação-reflexão- ação. Será ofertado a partir do 5º período, em serviços farmacêuticos da própria Universidade ou em instituições/empresas conveniadas. Neste estágio, o participante desenvolverá ações técnicas com a supervisão e acompanhamento do professor orientador ou do profissional supervisor local, (PPC/UFPB, 2007, “grifo nosso”).**

Portanto, como ficou evidente, todos os estágios de Farmácia a partir do 5º período, são realizados em serviços farmacêuticos e supervisionados, de forma direta, por docentes e profissionais da instituição ou órgão concedente, tendo como objetivo proporcionar ao estudante a aplicação dos conhecimentos teóricos e vivenciar as dinâmicas, os limites e as dificuldades dos serviços. Porém, em função do processo de formação dos alunos, esses estágios são desenvolvidos, ao longo do curso, de forma articulada, em complexidade crescente, só podendo os estagiários assumir a responsabilidade, nas intervenções técnicas nas atividades, nos estágios do último período do Curso, ou seja, nos estágios de aprofundamento técnico das atividades profissionais. Nesses estágios, a supervisão realizada pelos docentes pode ser feita de forma indireta.

O quadro seguinte apresenta, de forma sintética, a distribuição dos estágios do Curso de Farmácia a partir da sua matriz curricular.

**QUADRO 1:** Distribuição dos Estágios do Curso de Farmácia e períodos que são realizados

<b>ESTÁGIOS</b>	<b>CRÉDITO</b>	<b>PERÍODO</b>
I - Vivência Acadêmica	2	2º
II - Vivência Acadêmica	2	3º
III - Vivência Acadêmica	2	4º
IV - Vivência em Atenção à Saúde	3	5º
V - Vivência em Farmácia Hospitalar	3	6º
VI - Vivência em Farmácia Magistral	3	7º
VII - Vivência em Processos Industriais	6	8º
VIII - Vivência em Análises Clínicas e Toxicológicas	6	9º
Supervisionado I - Farmácia Pública e Hospitalar	14	10º
Supervisionado II - Indústria	14	10º
Supervisionado III - Em Análises Clínicas	14	10º
Estágio Regional Interprofissional – ERIP	8	10º

**Fonte:** Dados da pesquisa – elaborada pelo autor, 2019.

A conclusão do curso de Farmácia requer a integralização curricular e exige dos alunos a realização dos estágios elencados no Quadro 2, uma vez que são obrigatórios. Os alunos, todavia, podem optar entre o Estágio Supervisionado II– Indústria ou Supervisionado III– Análises Clínicas. Entretanto, dos estágios mencionados, apenas o Estágio de Vivência V (Farmácia Hospitalar) é objeto deste estudo, haja vista que parte dos alunos realizam esse estágio no Setor de Farmácia Hospitalar do HULW.

Os estágios supervisionados do Curso de Farmácia são normatizados pela Resolução Nº 02/2007 do Colegiado do Curso, com base na Resolução Nº 34/2004 do CONSEPE, que reorienta a elaboração e a reformulação dos projetos político-pedagógicos (PPC) dos cursos de graduação da UFPB (UFPB, 2007).

No parágrafo primeiro do Artigo 1º dessa mesma resolução, consta:

Entende-se por Estágio Supervisionado, a prática nas áreas de atuação do profissional de Farmácia, realizada como treinamento profissionalizante do estudante de Farmácia, sob supervisão de docente e/ou profissional habilitado (UFPB, 2007).

Cabe destacar que, sendo essa Resolução de 2007 – anterior, portanto, à Lei federal Nº 11.788, de 2008, à Resolução do CONSEPE Nº 16/2015 e à Orientação



Normativa 02/2016 –, ela já deveria ter sido atualizada. Como podemos observar, preserva, ainda, uma visão de estágio muito voltada para a prática (treinamento profissionalizante), destoando, desse modo, da nova legislação, que ressalta sua dimensão formativa vinculada ao projeto político-pedagógico, aspectos, esses, considerados relevantes na análise dos dados desta pesquisa.

Em conformidade com a Resolução do Colegiado do Curso de Farmácia (CCF), já mencionada, o estágio pode ser realizado em unidades da UFPB ou em instituições conveniadas, públicas ou privadas, de modo que possibilite o aprofundamento da prática profissional e a vivência de trabalho em equipe, estimulando a liderança e a tomada de decisão. Nesse sentido, deverá ser disponibilizada estrutura compatível com o desenvolvimento das atividades do farmacêutico, e oferecidas condições para a realização de um processo docente-assistencial com vistas à supervisão e à avaliação dos estagiários. A assessoria pedagógica e o supervisor docente ou local devem inserir, no programa de estágio, a realização de atividades pedagógicas de problematização, a partir de metodologias ativas ou estudo de caso (UFPB, 2007).

A avaliação deve ser realizada, enquanto parte integrante do processo ensino-aprendizagem, sob o enfoque do estagiário e do estágio. O estagiário deve ser avaliado considerando aspectos quantitativos e qualitativos, sendo que essa avaliação deve ser realizada pelos docentes e farmacêuticos supervisores, de forma contínua e sistemática (UFPB, 2007), observando-se os seguintes comportamentos do discente:

- a) domínio do conteúdo teórico-prático;
- b) habilidade prática na execução das atividades;
- c) postura profissional (comportamento moral e ético);
- d) frequência e pontualidade;
- e) capacidade de síntese e análise crítica (relatório final).

A avaliação do campo de estágio tem a finalidade de subsidiar o seu aprimoramento, devendo ser realizada pelos docentes e discentes envolvidos nas atividades, por meio de instrumentos específicos. Para tanto, devem ser consideradas as condições materiais, os recursos humanos e a aprendizagem oferecida pelo estágio.

Ressaltamos o que está previsto na Resolução do CONSEPE Nº 16/2015 (Art. 74), em relação ao planejamento e à avaliação do estágio curricular supervisionado:

O estágio curricular supervisionado será avaliado ao final de cada período letivo, ou a cada 4 meses, por meio do Relatório Semestral de Atividades de

Estágio, ou por instrumento estabelecido pela Resolução de Estágio de cada curso.

Entre outras atribuições, compete às coordenações de curso ou às coordenações de estágio (Art. 78, inciso III): promover, em integração com as chefias departamentais, o planejamento, a programação, o acompanhamento pedagógico e a avaliação do estágio, prevendo-se as seguintes funções:

a) Orientador de estágio – docente responsável pelo planejamento das atividades de estágio, orientação, acompanhamento pedagógico, supervisão, acompanhamento e avaliação do estagiário junto ao curso; b) **Supervisor da unidade concedente – profissional pertencente à unidade concedente do estágio, devidamente habilitado e responsável pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, no local de desenvolvimento das atividades de estágio**, (UFPB, 2015, “grifo nosso”).

Como contribuição, ao final deste estudo, apresentamos uma minuta de Resolução ao CCGF/CCS/UFPB, atualizando a atual resolução (02/2007), daquele colegiado, a qual normatiza os Estágios do Curso de Farmácia.

#### **4 ESTÁGIO DOS ESTUDANTES DE FARMÁCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY**

A definição de Hospital Universitário (HU) pressupõe a integração de ensino, pesquisa e extensão por meio da assistência (ARAÚJO; LETA, 2014). Dessa maneira, os hospitais universitários (HUs) se caracterizam como hospitais de ensino com relevantes cenários de prática para atividades curriculares de cursos da área da saúde, sendo responsáveis pela formação dos profissionais dessa área que atuarão tanto na rede básica quanto nos hospitais públicos e privados do país.

Os hospitais universitários compreendem, concomitantemente, ações de docência, pesquisa e prestação de serviços à comunidade como atividade de extensão, fato que exige, deles, qualidade e integralidade em suas ações, pautadas nos princípios e nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) (NOGUEIRA et al., 2015).

Os HUs são importantes na organização e na estruturação do SUS, tanto na formação e qualificação profissional quanto na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e prestação de serviços de referência em saúde (BRASIL, 2012).

Parte de um sistema local de saúde, o HU é considerado uma referência como centro de atenção médica de média e alta complexidade, desempenhando importante papel no atendimento médico de nível terciário (MÉDICI, 2001). Além do relevante papel assistencial supracitado, esses hospitais respondem pela formação de grande parte dos estudantes de nível superior da área de saúde e de boa parte dos residentes do país, além de sediar cursos de pós-graduação (ABRAHUE, 2003).

Em João Pessoa, o Hospital Universitário surgiu da necessidade que tinha o Curso de Medicina, na UFPB, de unidades que pudessem auxiliar e proporcionar as práticas de ensino aos estudantes. Até o ano de 1977, essa graduação dispunha apenas do apoio das seguintes instalações: Hospital Santa Izabel, unidades filantrópicas e particulares, Maternidade Santa Isabel, Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, entre outras. Posteriormente, a Universidade transformou o Hospital Clementino Fraga em Hospital Universitário. Contudo, somente em 1980, o HULW foi oficialmente inaugurado nas instalações que se encontra hoje. Desde então, tem funcionado, também, como escola de formação (MEDEIROS, 2018).

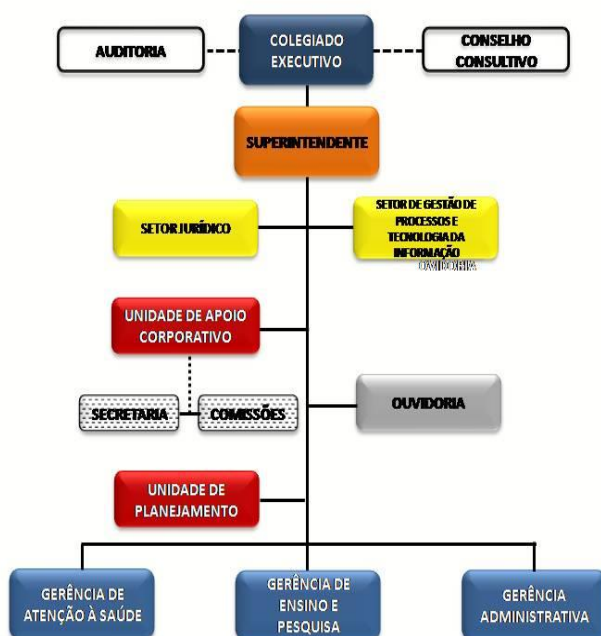
Na estrutura administrativa da UFPB, o HULW é um órgão suplementar dessa instituição. Pelo caráter público, não possui fins lucrativos e atende, exclusivamente, os pacientes do SUS. Seu objetivo é prestar assistência à saúde da sociedade e servir de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, por intermédio do campo de estágio para o ensino de graduação e pós-graduação das profissões de saúde e ciências afins; colaborar com entidades públicas na elaboração e na execução de cronogramas de saúde e educação sanitária e desenvolver atividades de investigação científica e tecnológica, entre outras (PEREIRA, 1994).

Assim, o HULW possui um amplo espaço para a aprendizagem teórico-prática na profissionalização dos cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Farmácia, Odontologia, Serviço Social, Psicologia, Educação Física, Comunicação Social, entre outros. Oferece, ainda, Residência Médica nas áreas de Anestesiologia, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Oftalmologia, Terapia Intensiva e Doenças Infecto-parasitárias, além da Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Hospitalar. Dispõe, também, com a ajuda diária de doutores, mestres, servidores técnico-administrativos e alunos dessa unidade hospitalar (MEDEIROS, 2018).

Atualmente, os Hospitais Universitários Federais do Brasil, em sua grande maioria, estão sob a gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), uma empresa estatal de direito privado vinculada ao Ministério da Educação – ME. Nesse contexto, a Lei Nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, define que, além de prestação de serviços de saúde, a EBSERH mantém a prestação de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão junto às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres (BRASIL, 2011). A UFPB transferiu a gestão do HULW para a EBSERH, por um período de 20 anos, através de contrato, com ela firmado, em 17 de dezembro de 2013.

Atualmente, 762 servidores técnico-administrativos vinculados ao Regime Jurídico Único (RJU) da UFPB estão lotados nesta unidade hospitalar. O hospital conta também com 1175 empregados públicos contratados, por meio de concurso público realizado pela EBSERH e 180 terceirizados. Disponibiliza 235 leitos ativos, 80 consultórios médicos, 10 laboratórios, e, mensalmente, realiza cerca de 700 internações, 39 mil atendimentos, 262 cirurgias e 35 mil exames. Seu organograma é distribuído conforme figura a seguir.

**FIGURA 1:** Organograma gerencial do HULW/EBSERH



Fonte: HULW/EBSERH, 2019.

Como podemos observar, a estrutura administrativa central do hospital mencionado é constituída pela superintendência e três gerências: ensino e pesquisa, administrativa e atenção à saúde.

Assim, um dos campos de estágio interno para os estudantes de Farmácia é o HULW, um hospital-escola que se constitui num espaço de formação que vai além da sala de aula, haja vista que se propõe um trabalho cuja finalidade não é apenas oferecer continuidade à instrução. Quando realiza a aproximação efetiva entre o ensino e a assistência à saúde, viabiliza inúmeras possibilidades de articulação do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Brehmer e Ramos (2014), nos cenários dos serviços de saúde, os alunos desenvolvem experiências únicas, impossíveis de serem desenvolvidas nos limites de uma sala de aula. Assim, a realidade torna-se o objeto da aprendizagem em uma relação dialética com os seus conhecimentos teóricos, em um processo integrado

teoria-prática. O estudante vivencia a realidade do dia a dia do trabalho em saúde e se depara com situações concretas nas quais irá intervir como profissional.

No entanto a concretização dos objetivos dos estágios acontece pela ação integradora entre gestores, docentes, estudantes e trabalhadores das unidades; eles serão os facilitadores, supervisores do processo de trabalho no ambiente do estágio. Desse modo, o diálogo entre esses atores é a base para fortalecer as parcerias e o desempenho do ensino teórico-prático (BREHMER; RAMOS, 2014; BENEDITO et al., 2012). Os servidores, supervisores das unidades, têm um importante papel nessa relação, pois operam como mediadores e facilitadores entre o discente e o usuário dos serviços. Dessa maneira, instrumentalizar futuros profissionais constitui um desafio não só para os hospitais de ensino, mas também para todos os profissionais envolvidos nesse processo.

Para facilitar a compreensão sobre os estágios de Farmácia no Hospital Universitário Lauro Wanderley, é necessário mencionar onde eles vêm ocorrendo. Essa unidade hospitalar, na qualidade de hospital-escola, sempre foi utilizada na formação teórico-prática pelos alunos dos cursos da área da saúde, sendo que alguns cursos utilizam mais este hospital durante o processo de formação dos alunos.

No caso do Curso de Farmácia, este sempre utilizou o HU, ainda que de modo limitado, como referência para a realização de estágios. Mesmo antes da reforma curricular de 2007, o Serviço de Farmácia Hospitalar e o Serviço Laboratório de Análises Clínicas, ambos vinculados à Diretoria Técnica, na antiga estrutura administrativa do hospital, recebiam estudantes do estágio supervisionado no final do curso e na conclusão da habilitação em Análises Clínicas, respectivamente. Na época, como servidor técnico-administrativo dessa instituição, observava que os alunos e os servidores técnico-administrativos que supervisionavam o estágio já reclamavam muito da falta de integração entre os professores responsáveis pela coordenação e orientação dos estágios e dos serviços. Essa situação influenciava, de certo modo, na decisão dos estudantes, fazendo com que muitos deles preferissem realizar os estágios em outros hospitais de João Pessoa.

Atualmente, conforme constatado, o único componente da matriz curricular do curso de Farmácia que tem a Unidade de Laboratório de Análises Clínicas – ULAC do HULW como referência é o Estágio Supervisionado III – Análises Clínicas. É oferecido no décimo período do curso com 14 créditos. De acordo com a matriz curricular do

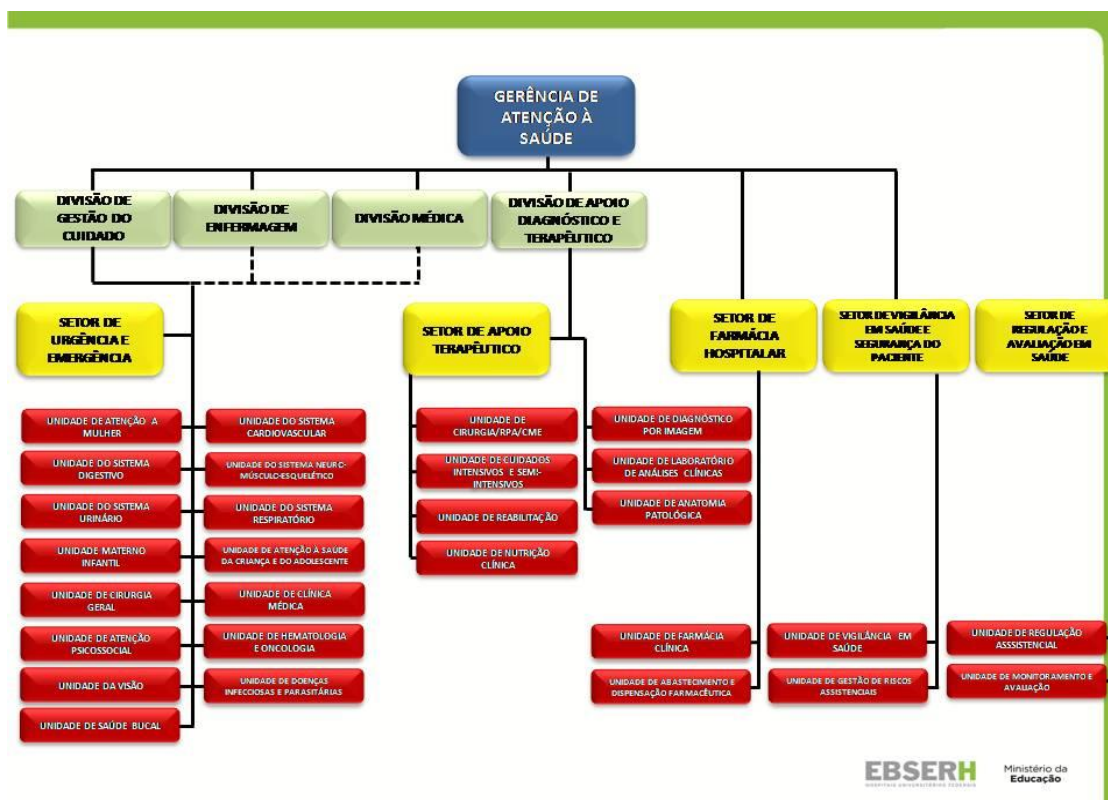
PPC, tem como objetivo possibilitar ao estudante a integração e o aprofundamento de seus conhecimentos na área das análises clínicas e toxicológicas, com ênfase na sua atuação como membro de equipes multidisciplinares de saúde, a sua inserção no Sistema Único de Saúde e o desenvolvimento de sua capacidade crítica de intervenção (PPC/UFPB, 2007). Esse estágio, embora seja realizado no Hospital Universitário Lauro Wanderley, não é objeto de atenção nesta pesquisa.

O Estágio de Vivência V em Farmácia Hospitalar é o único componente da matriz curricular do curso de Farmácia que atualmente adota como referência o Setor de Farmácia Hospitalar (SFH) para a vivência da formação teórico-prática, nessa área de conhecimento, no HULW. É um componente curricular obrigatório com três créditos, oferecido no sexto período e que, de acordo com o PPC, tem como objetivo capacitar o aluno a atuar em farmácia hospitalar, com uma visão crítica do seu papel na equipe de saúde, na otimização dos recursos materiais e humanos e na atenção farmacêutica.

#### **4.1 A sistemática do Estágio de Vivência V no SFH/ HULW**

Com o contrato de gestão celebrado entre a UFPB e a EBSEH, o HULW passou a ser administrado com base na nova estrutura organizacional. Já o Setor de Farmácia Hospitalar, onde continua sendo realizado o Estágio de Vivência V – Farmácia Hospitalar, ficou vinculado à Gerência de Atenção à Saúde – GAS, em função das atividades assistenciais que desenvolve, conforme organograma abaixo.

**FIGURA 2:** Organograma da Gerência de Atenção à Saúde do HULW/EBSERH



Fonte: HULW/EBSERH, 2019.

Como podemos observar, o Setor de Farmácia Hospitalar – SFH é constituído da Unidade de Farmácia Clínica – UFC e da Unidade de Abastecimento e Dispensação Farmacêutica – UADF, entretanto essa estrutura poderá ser modificada, devendo ser criadas a Unidade de Abastecimento Farmacêutica – UAF e a Unidade de Dispensação Farmacêutica e Farmácia Clínica – UDFFC a partir das unidades atualmente existentes.

Para formalizar, junto à Gerência de Ensino e Pesquisa – GEP, a realização de Visita Técnica e Atividade Teórico-Prática (ATP)<sup>11</sup>, bem como Estágio Supervisionado<sup>12</sup> no HULW, são necessários os seguintes procedimentos: ofício da coordenação do curso ou do professor responsável, coordenador, solicitando a

<sup>11</sup> Atividades desenvolvidas sob a supervisão direta do docente responsável no período autorizado pela GEP.

<sup>12</sup> Atividades desenvolvidas sob a supervisão direta do preceptor (servidor da instituição) e indireta do docente responsável, no período autorizado pela GEP.



realização do estágio; ficha do supervisor docente, plano de atividades/escala e Termo de Compromisso do Estagiário(TCE), o qual deverá ser acompanhado pela Apólice de Seguro. Todos os formulários seguem um modelo padrão e estão disponíveis na página da GEP. O ofício é a manifestação escrita do interessado, que formaliza a solicitação do estágio a ser desenvolvido no HULW, expressando o quantitativo de estagiários, com a indicação dos setores, o período de atividades e o professor ou professores que vão orientar e/ou supervisionar os estagiários (HULW/EBSERH, s.d).

A ficha de supervisão docente é o documento que registra os dados do professor responsável pela atividade, detalhando informações de sua produção acadêmica, necessárias, segundo a GEP, para recertificar o hospital junto ao MEC, e para relacionar as atividades do professor com as dos estagiários sob a sua responsabilidade.

É importante ressaltar que o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo, direto ou indiretamente, pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, conforme estabelece a Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, conhecida como Lei Nacional do Estágio (Art. 3º, Parágrafo 1º da Lei Nº 11.788/2008). Para a GEP o plano de atividades deve constar um resumo da ementa da disciplina sem detalhamento dos conteúdos das atividades, consiste apenas em uma planilha com informações sobre o local, dias da semana e horários que serão desenvolvidas as práticas acadêmicas e os professores responsáveis.

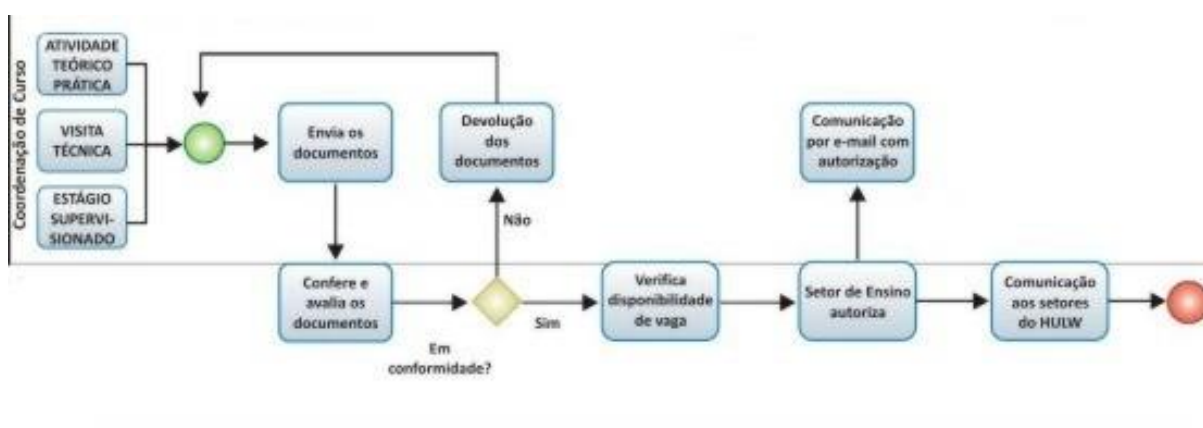
Já o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) é um instrumento que vincula legalmente o aluno a instituição que concede o estágio, dispondo sobre seus direitos e obrigações, explicitando as garantias necessárias para o desenvolvimento das suas atividades como estagiário, e as responsabilidades da instituição como órgão concedente do estágio.

Na cláusula 9ª do Termo de Compromisso do Estagiário (TCE),no caso do Estágio de vivência V, o estagiário realizará o seguinte Plano de Atividade de Estágio (PAE): conhecer a instituição hospitalar, serviços e rotina; acompanhamento das ações do Ciclo de Assistência Farmacêutica dentro do hospital e sistema de distribuição implantados na instituição; participação do controle e dispensação de medicamentos controlados. Acompanhamento e participação das atividades

específicas de cada hospital (farmácia clínica, quimioterapia, nutrição parenteral, farmacovigilância, CFT e CCIH etc.).

Em conformidade com a legislação atual, é exigida, juntamente com o TCE, a apólice de seguro para cada estudante, individualmente ou por meio de declaração conjunta, quando se tratar de grupo de estudantes. Na UFPB, cabe à Coordenação de Monitoria e Estágio-CME/PRG a contratação de seguro para os alunos matriculados nas disciplinas de estágio. Na Gerência de Ensino e Pesquisa, a tramitação das solicitações de estágio tem o seguinte fluxo.

**FIGURA 3** – Fluxograma de solicitação e concessão de estágios na GEP/HULW/EBSERH.



**Fonte:** GEP/HAULW – EBSEERH. Disponível em: <http://www2.ebserh.gov.br/documents/220250/2225517/Cartilha+-+Est%C3%A1gios.pdf/0751c28f-9183-420b-8b96-af78ee982dbf>

Como podemos observar, após o recebimento da documentação exigida, verifica-se a disponibilidade de vagas. Em seguida, o Setor de Ensino autoriza a realização da atividade solicitada e faz a comunicação ao solicitante e ao setor ou unidade do HULW onde serão realizadas a Atividade Teórico-Prática, a Visita Técnica ou o Estágio Supervisionado (HULW/EBSEERH, s.d).

#### 4.1.2 Localização e estrutura do Setor de Farmácia Hospitalar

O Setor de Farmácia Hospitalar – local onde é realizado o Estágio de Vivência V, objeto desta pesquisa, constituído da Unidade de Aquisição e Dispensação Farmacêutica e da Unidade de Farmácia Clínica – está estruturado em uma área do térreo do hospital. Nele, funciona a parte administrativa e são desenvolvidas as

atividades de planejamento e abastecimento de produtos farmacêuticos; bem como as de aquisição, gestão de estoque e dispensação, com assistência farmacêutica junto às unidades assistenciais com atendimento individualizado, por paciente, através da prescrição médica que são recebidas das Unidades de Internação do hospital. Para cada Unidade de internação existe um farmacêutico clínico responsável pelo acompanhamento dos pacientes que necessitam de atenção desse profissional, em função do quadro clínico e da terapia medicamentosa utilizada. Todo esse trabalho ocorre com a integração dos profissionais do SFH na equipe multiprofissional de saúde, interagindo com médicos, enfermagem e demais profissionais que atuam cuidando dos pacientes no hospital.

O Setor de Farmácia Hospitalar funciona durante as 24 horas do dia, por toda a semana. Para desenvolver suas atividades, conta com o seguinte quadro de servidores, empregados públicos e terceirizados.

#### **QUADRO 2:** Quantitativo de pessoal do SFH e unidades

<b>SETOR</b>	<b>CARGO</b>	<b>EBSERH</b>	<b>RJU</b>	<b>TERCEIRIZADO</b>	<b>TOTAL</b>
UADF	Farmacêutico	7	3	-	10
	Téc. em Farmácia	14	-	-	14
	Assistente Administrativo	1	2	2	5
	Operacional	-	1	4	5
UFC	Farmacêutico	5	3	-	8
<b>TOTAL</b>		<b>27</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>42</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa – elaborada pelo autor, 2019.

Na UADF, apenas três (3) farmacêuticos trabalham como diarista. Os demais, em regime de plantão, com escala de 12 horas de trabalho diurno ou noturno, e 36 horas de descanso. Alusivamente aos farmacêuticos da UFC, todos são diaristas, haja vista que essa unidade só funciona durante o dia, da segunda a sexta-feira.

Na ementa do componente curricular Estágio de Vivência V – Farmácia Hospitalar, cuja parte dos alunos, atualmente, é designada para realizar essa prática formativa no SFH do HULW, consta o seguinte conteúdo:

Abordagem das diretrizes e requisitos necessários para viabilizar o funcionamento e organização de uma Farmácia Hospitalar visando dinamizar e melhorar a assistência farmacêutica prestada na unidade hospitalar. Neste estágio será apresentado aos estudantes a Farmácia Hospitalar como um órgão de abrangência assistencial técnica-científica e administrativa, onde se desenvolvem atividades ligadas à produção, ao armazenamento, ao controle, a dispensação e a distribuição de medicamentos e correlatos às unidades hospitalares, bem como a

orientação de pacientes internos e ambulatoriais visando sempre a eficácia da terapêutica, além da redução dos custos, voltando-se, também, para o desenvolvimento da Inter-relação dos diversos profissionais da saúde, o ensino e a pesquisa, propiciando um vasto campo de aprimoramento profissional ( PPC/UFPB, 2007).

De acordo com as informações obtidas com a gestora do Setor de Farmácia Hospitalar do HULW, no estágio de vivência, os alunos matriculados são divididos em três grupos, que acompanham as atividades desenvolvidas pelo SFH, uma vez por semana, das 8 às 11h, sempre nas segundas, terças e sextas-feiras. Cada grupo é acompanhado e orientado por um professor, mas o trabalho de acompanhamento ou supervisão dos estagiários nas rotinas internas do SFH, e junto às unidades assistenciais e de internação do hospital, fica a cargo dos farmacêuticos (as) supervisores (as) da UADF e/ou farmacêuticos (as) da UFC.

## 5 A COMPREENSÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

Neste capítulo apresentaremos os dados da pesquisa sobre o Estágio de Vivência em Farmácia Hospitalar, realizado no SFH/HULW, segundo a compreensão dos sujeitos envolvidos: professores, servidores técnico-administrativos e/ou empregados públicos e estudantes. Seguindo o que foi definido na metodologia, foram realizadas entrevistas com as três professoras envolvidas nesse estágio, coordenando, supervisionando e/ou orientando os estagiários. No presente estudo, foram identificadas com o código Sup/DCF (Supervisora Professora do Departamento de Ciências Farmacêuticas), enumeradas de 1 a 3. O quadro seguinte contém os códigos de identificação e os dados sociodemográficos relativos às professoras entrevistadas.

**QUADRO 3:** Dados sociodemográficos relativos às professoras entrevistadas

Cód. Identif.	Sexo	Graduação	Pós-Graduação	Ingresso na UFPB	Disciplinas que leciona	Orienta Estágio no HULW/ano
Sup/DCF1	F	Farmácia	Especialização em Ciências Farmacêuticas, Mestrado e Doutorado em Medicina Preventiva, Saúde Pública e Microbiologia	2011	Farmácia Hospitalar (teórica), Estágio IV – Atenção Básica à Saúde e Vivência V – Farmácia Hospitalar	05
Sup/DCF2	F	Farmácia	Mestrado, Doutorado e pós-doutorado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos	2003	Farmacodinâmica, Estágio de Vivência II, III, V e Supervisionado I	02
Sup/DCF3	F	Farmácia	Mestrado, Doutorado e pós-doutorado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos	2006	Biotecnologia Experimental e Bromatologia, Estágio de Vivência V e VII	13

**Fonte:** Dados da pesquisa – elaborada pelo autor, 2019.

Como podemos observar, com base nas informações contidas nesse quadro, as 3 (três) professoras são farmacêuticas com mestrado e doutorado na área de atuação profissional, ingressaram na UFPB no período de 2003 a 2011, e todas acompanham, no mínimo, 2 estágios no Curso de Farmácia. O tempo de acompanhamento do Estágio de Vivência V, realizado no HULW, varia entre 2 (dois) e 13 (treze) anos.

Em relação aos supervisores de estágio do SFH/HULW, participaram desta pesquisa seis (6) servidores ou empregados públicos desse setor que supervisionam os alunos em Estágio de Vivência V no Hospital. Na identificação destes supervisores, utilizamos o código Sup/HU (Supervisores do HU), enumerados de 1 a 6, obedecida a ordem de aplicação e respostas ao questionário. O quadro seguinte contém os códigos de identificação e os dados sociodemográficos dos supervisores que responderam o questionário da pesquisa.

**QUADRO 4:** Dados sociodemográficos dos servidores supervisores do Estágio de Vivência V no SFH/HULW

Cód. Ident	Graduação	Pós-Graduação	Cargo Função	Contrato de trabalho	Ano de Ingresso	Supervisão ano
Sup/HU1	Farmácia	Especialização e Mestrado	Farmacêutico	CLT/EBSERH	2015	04
Sup/HU2	Farmácia	Especialização e Doutorado	Farmacêutico	CLT/EBSEHR	2015	04
Sup/HU3	Farmácia	Especialização, Mestrado e Doutorado	Farmacêutico	CLT/EBSEHR	2015	04
Sup/HU4	Farmácia	Especialização Mestrado	Farmacêutico	RJU	2013	06
Sup/HU5	Farmácia	Mestrado e Doutorado	Farmacêutico	CLT/EBSEHR	2015	01
Sup/HU6	Farmácia	Especialização	Farmacêutico	RJU	2004	15

**Fonte:** Dados da pesquisa – elaborada pelo autor, 2019

Como podemos constatar, todos os supervisores são farmacêuticos(as) qualificados(as), com especialização, mestrado e doutorado, ingressaram no HULW,

em sua maioria, por meio da EBSERH. O tempo que acompanham e supervisionam esse estágio no SFH varia de 1(um) a 15(quinze) anos.

No caso dos estudantes, enviamos o questionário da pesquisa via e-mail, por intermédio do formulário Google, para todos que realizaram o Estágio de Vivência V no SFH/HULW nos períodos letivos 2018.1 e 2018.2, num total de 32 (trinta e dois) estudantes, sendo utilizada, como código de identificação, a sequência: E1 a E32. Como apenas quatro (4) estudantes responderam os e-mails, foi necessário localizá-los em salas de aula, com vistas à aplicação do questionário, conforme definido na metodologia desta dissertação. A tabela seguinte apresenta os números absolutos, e em percentuais, dos discentes que realizaram o estágio nos períodos definidos e que responderam o mencionado questionário.

**TABELA 3:** Estagiários de Vivência V que responderam ao questionário da pesquisa

Período	Nº Estagiário	Responderam	%	Não Responderam	%
2018.1	21	15	71,43	6	28,57%
2018.2	11	10	90,91	1	9,09%
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>25</b>	<b>78,12</b>	<b>7</b>	<b>21,88</b>

Fonte: Dados da pesquisa – elaborada pelo autor, 2019.

Como podemos observar, do total de 32 estudantes que realizaram o Estágio de Vivência V no HULW, nos períodos letivos 2018.1 e 2018.2, 25 responderam o questionário: 15 – num universo total de 21, correspondente ao período 2018-1; e 10 – num universo total de 11, correspondente ao período 2018-2. Esses dados nos levam a considerar como expressiva a participação estudantil nesta pesquisa. Em termos percentuais, a quantidade de estudantes que participaram da pesquisa correspondeu a 78,12% do total de estagiários, considerando que apenas 7, num universo de 32 estudantes – correspondente a 21,88% desse total – não responderam o questionário. É importante acrescentar que, na distribuição por sexo, dos 25 estudantes que participaram da pesquisa, 17 pertencem ao sexo feminino – equivalente a 68% desse total –, e 8 ao sexo masculino – equivalente a 32% desse total.

A discussão dos dados da pesquisa leva em conta a compreensão dos sujeitos envolvidos em relação ao estágio a partir das respostas às perguntas do roteiro das entrevistas concedidas pelas professoras e aos questionários respondidos pelos supervisores do estágio do SFH/HULW e pelos estudantes. Na apresentação e na discussão das informações da pesquisa, foram utilizadas as seguintes categorias de análise: Planejamento do estágio; Desenvolvimento do estágio; Avaliação do estagiário e do Campo de estágio; Integração ensino-assistência no estágio; Mudanças nas condições do estágio com a gestão EBSEH no HULW; Dificuldades para a realização do estágio de Farmácia no SFH/HULW e Contribuição do estágio na formação dos estudantes de Farmácia.

### 5.1 Planejamento do estágio

As professoras, supervisoras, e os servidores que supervisionam estágios no SFH/HULW relataram que o planejamento do Estágio de Vivência V antecede a sua realização, sendo levado em consideração mais os procedimentos burocráticos necessários à solicitação junto à Gerencia de Ensino e Pesquisa (GEP) do Hospital:

*O planejado é feito em conjunto com a chefia do Departamento de Ciências Farmacêuticas – DCF, após consulta ao responsável pelo SFH/HULW, em relação à quantidade de estudantes que podem ser absorvidos como estagiário em cada período letivo. Como coordenadora, encaminho a solicitação do estágio à GEP do hospital com a documentação exigida; e, havendo a aceitação local, o estágio está liberado para ser iniciado (Sup/DCF1); [...] é feito pela coordenação do estágio junto com a GEP, que emite uma escala com o plano de atividades e o período do Estágio; encaminha para a farmácia, que, após a assinatura do termo de aceitação e a comunicação às partes, o Estágio é iniciado (SUP/DCF2).*

A supervisora, professora (Sup/DCF3) entende que o docente deve ter autonomia para realizar o planejamento do estágio, considerando o conteúdo da ementa elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante-NDE do Curso: “o planejamento do estágio deve ficar a critério do professor, devendo ser construído considerando a ementa e observando as atividades que um farmacêutico hospitalar pode desenvolver na realidade de cada hospital” (Sup/DCF3).

É importante ressaltar que, para a concessão do estágio, é necessário um Termo de Compromisso de Estágio (TCE) – conforme a Lei Nº 11788/2008, a Resolução do CONSEPE Nº16/2015 e a Orientação Normativa Nº 02/2016 –, assinado pelo estagiário, pela coordenadora do estágio ou do Curso de Farmácia e



pelo concedente, no caso a GEP do Hospital, com a anuência da CEM/PRG. Na cláusula 9º desse Termo de Compromisso, consta que o estagiário realizará o seguinte Plano de Atividades de Estágio-PAE:

1. conhecer a Farmácia do HULW;
2. vivenciar o ciclo de assistência farmacêutica do hospital;
3. acompanhar as atividades da Unidade de Aquisição e Dispensação Farmacêutica – UADF;
4. acompanhar a vivência na Unidade de Farmácia Clínica – UFC.

A maioria dos servidores, supervisores de estágio do SFH/HULW destacou que o planejamento dessa atividade formativa discente é realizado pelos professores e pela chefia do Setor de Farmácia do Hospital. Alguns inferiram que isso é passível de ocorrência, mas destacaram desconhecer a forma como esse planejamento acontece, demonstrando a existência de uma certa desarticulação entre os responsáveis pelo estágio. É o que se percebe a seguir:

*Geralmente os professores já fazem um cronograma dos locais e o tempo que o aluno vai estagiar em cada Unidade do SFH(Sup/HU1).*

*O planejamento do estágio é realizado pelos docentes da UFPB que acompanham os estagiários com a chefe do Setor de Farmácia Hospitalar (Sup/HU2);*

*O planejamento é realizado pelos professores responsáveis pelo acompanhamento dos estagiários, além da coordenação/chefia de Farmácia Hospitalar (Sup/HU3);*

*O planejamento é feito pelas professoras junto à chefia do setor e chefias das unidades; **não temos conhecimento como é feito** (Sup/HU4, grifo nosso);*

*Não é repassado para a equipe como é realizado o planejamento do desenvolvimento do estágio. Acredito que seja feito pelos professores com a chefia do Setor e das Unidades (Sup/HU5);*

*Acredito que haja um planejamento do Estágio entre os responsáveis pela disciplina e a chefia do SFH, **que eu, no momento, como preceptora, desconheço como é realizado** (Sup/HU6), “grifo nosso.”*

Entretanto, considerando quinze Relatórios de Atividades de Estágio inseridos no Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas – SIGAA, que se referem ao período deste estudo e que foram disponibilizados pela Coordenação de Estágio e Monitoria – CEM/PRG/UFPB, apenas três (3) estudantes mencionam o planejamento do estágio. Os estagiários E20 e E29 relatam que foi planejado rodízio para o acompanhamento das atividades durante o estágio; e o E22 cita o Plano de Atividades de Estágio – PAE, Cláusula 9º do TCE, como planejamento do estágio, quadro completo deste estudo no apêndice E. Na pesquisa, quando questionados em relação ao planejamento do estágio, 52% dos estudantes que responderam o questionário entendem que o planejamento está razoável, 36% compreendem que está adequado, 8%, insuficiente, enquanto 4% é da opinião de que não existe planejamento.

Como podemos observar, existem compreensões diferentes em relação ao planejamento do estágio. No caso das professoras Sup/DCF1 e Sup/DCF2, consideram o planejamento como sendo a parte burocrática que atende a uma formalidade. Para a Sup/DCF3, contudo, deve haver autonomia para cada professor planejar o estágio, levando em consideração a realidade das unidades. Entretanto não explicita como seria realizado e quem poderia participar desse planejamento. A maioria dos estudantes vê como razoável o planejamento. Por sua vez, todos supervisores do estágio, servidores do SFH/HULW demonstraram que não conhecem e não são envolvidos no processo de planejamento dessa atividade, o que reforça o entendimento de que tal processo precisa ser revisto, por iniciativa dos gestores do SFH e das suas unidades, juntamente com a coordenação do estágio, garantindo-se uma participação efetiva dos setores e dos profissionais envolvidos.

Em relação ao planejamento, a Orientação Normativa Nº 02/2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Art. 5º, estabelece que o plano de atividades do estágio, elaborado em comum acordo com o órgão ou a entidade concedente e a instituição de ensino, será incorporado ao TCE por meio de aditivos, na medida em que for avaliado o desempenho do estudante. Ou seja, mesmo que exista um plano de atividades inicial, o mesmo pode ser modificado durante o estágio. A Resolução do CONSEPE Nº 16/2015, no inciso III do Art.78, institui como uma das atribuições do orientador, do supervisor docente e do supervisor pertencente à unidade concedente, entre outras, a de planejar o estágio.

Para Buriolla (1995), as atividades de estágio devem ser fruto de uma ação planejada, gradativa e sistematicamente, para alcançar o fim pretendido. Dessa forma, o estágio pode ser compreendido, também, como um conjunto programado de atividades que podem ampliar a experiência do aluno, conforme Corrêa, Júnior et al. (s/d), evidenciando a importância do planejamento para um maior aproveitamento do estágio.

### 5.1.2 Sugestões para o planejamento do estágio

As supervisoras Sup/DCF1 e Sup/DCF2 entendem que o planejamento do estágio está no caminho certo, devendo continuar a ser realizado da maneira como

vem sendo feito atualmente. Afirma a professora e supervisora do estágio Sup/DCF1: *“os alunos são bem distribuídos e vamos melhorando com as dificuldades”*.

A supervisora DCF3 defende que seja dada uma maior atenção ao plano de trabalho, entregue à GEP logo no início do estágio, tendo em vista que deve ser ajustado e seguido: *“Informar mais sobre o plano de atividades à equipe dos supervisores locais, fazendo os ajustes necessários; eu me colocando nessa informação, não só deixando a cargo da coordenadora”* (Sup/DCF3).

Todos os servidores, supervisores de estágio do SFH, também defendem mudanças no planejamento do Estágio de Vivência V:

*Os Farmacêuticos deveriam fazer parte do processo de planejamento (Sup/HU2); [...] precisa do envolvimento dos farmacêuticos no planejamento do estágio (Sup/HU3); [...] um planejamento compartilhado entre todos os envolvidos (Sup/HU4).*

Os estudantes que frequentaram o Estágio de Vivência V, no SFH/HULW, e que responderam às questões abertas do questionário desta pesquisa apresentaram algumas sugestões em relação ao planejamento dessa atividade acadêmica:

*Planejar o Estágio e suas atividades previamente junto com a equipe de hospital, incluindo os supervisores (E10/2018-1) e (E5/2018-2);*

*As aulas devem ser planejadas para que os alunos não fiquem perdidos, só fazendo dispensação de medicamentos; melhorar o fluxo dos estudantes nos diferentes setores (E13/2018-1) e (E3/2018-1);*

*O planejamento deve ser isonômico com o horário bem ajustado para todos os grupos, com as mesmas atividades, pois alguns tiveram certas práticas, e outros não (E11/2018-1), (E9/2018-1) e (E20/2018-2);*

*O estágio deveria ser planejado com um cronograma bem ajustado, onde o aluno passaria por uma atividade por dia (E26/2018-2) e E3/2018-1);*

*O planejamento deveria prever um farmacêutico responsável pelo estágio em cada unidade entre os supervisores (E13/2018-1).*

Considerando que o planejamento do estágio deve ser flexível, é plenamente viável que os gestores locais possam se empenhar para, a partir do plano de atividade inicial que consta no processo de solicitação dessa atividade formativa junto à GEP/HULW, programar o estágio de vivência, em conjunto com os professoras, os farmacêuticos e os supervisores, tendo em vista estas sugestões, de tal forma que todos – SFH e Academia – se sintam corresponsáveis pelo processo formativo dos estagiários.

## 5.2 Desenvolvimento do estágio

Nesta categoria, analisaremos a forma como o estágio vem sendo desenvolvido, buscando identificar os envolvidos na sua execução. Nesse sentido, as professoras supervisoras Sup/DCF1, Sup/DCF2 e Sup/DCF3 informaram que acompanham os grupos de alunos uma vez por semana, durante três (3) horas, no estágio com os (as) farmacêuticos(as) das unidades do SFH. E dizem que muitas atividades são orientadas de modo conjunto com os preceptores, supervisores dos estagiários do referido setor, dependendo do local onde elas são desenvolvidas. *“Os alunos acompanham as atividades em forma de vivência, com relação à função do farmacêutico no ciclo de assistência farmacêutica, na farmácia hospitalar, durante 3 horas, uma vez por semana”* – declara a Sup/DCF2. Para a Sup/DCF3, *“os alunos vivenciam a experiência na Farmácia Hospitalar com o professor, durante todo tempo, no local junto ao servidor supervisor para tirar qualquer dúvida e dar assistência aos alunos.”* No entanto, segundo esta supervisora, até agora não conseguiu realizar atividades conjuntas, de forma planejada, com os supervisores locais do SFH, embora sempre tenha pensado nessa possibilidade e até proposto para a coordenadora do Estágio.

Na compreensão dos servidores, supervisores do SFH/HULW, que responderam ao questionário da pesquisa, as professoras apresentam o Hospital e o Setor de Farmácia Hospitalar aos alunos no primeiro dia de estágio, no início do período letivo e na sequência do estágio eles são encaminhados aos Farmacêuticos (as), preceptores(as) que acompanharão as atividades em forma de rodízio em todas as áreas do SFH, com as professoras presentes nos dias do estágio. Entretanto para a Sup/HU5, esse encaminhamento dos estagiários ocorre sem o devido agendamento, o que confirma a falha do planejamento já referido no item anterior e dificulta o trabalho do supervisor no acompanhamento dos estagiários.

Fica evidente, conforme os dados da pesquisa, que a participação das professoras nas atividades conjuntas com os supervisores locais precisa ser avaliada, pois, como afirma o Sup/Hu4: *“na Unidade de Farmácia Clínica não existe atividade conjunta ou em parceria as professoras”*. Deve ser considerada, igualmente, a afirmação da Sup/HU1: *“acredito que não acontece atividade conjunta, professores e supervisores de forma programada, porque ainda não há uma interação efetiva entre o SFH e a academia”*.

Os dados da pesquisa confirmam a presença das professoras no acompanhamento aos estagiários, até porque, nesse componente curricular (Estágio de Vivência V), é necessária a orientação e a supervisão direta do docente. No entanto, na compreensão dos supervisores locais, fica evidente a necessidade de ajustes nesse acompanhamento, em relação às atribuições do professor e dos farmacêuticos que exercem a função de supervisor, como também de um planejamento de ações conjuntas. É importante ressaltar que, como ato educativo escolar supervisionado (Art. 3º, Parágrafo 1º da Lei Nº 11.788/2008), o estágio deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e pelo supervisor da parte concedente. A concretização dos seus objetivos acontece pela ação integradora entre gestores, docentes, estudantes e trabalhadores das unidades que serão os facilitadores, os supervisores do processo de trabalho no ambiente do estágio. Dessa maneira, o diálogo entre esses atores é a base para o fortalecimento das parcerias e para o desempenho do ensino teórico-prático, conforme destacam Brehmer; Ramos (2014) e Benedito et al. (2012).

No que se refere ao desenvolvimento do estágio, considerando as respostas dos estudantes ao questionamento em relação à oportunidade de atuação em equipe multiprofissional de trabalho, com vistas à resolução de problemas em diferentes situações, 40% dos estagiários consideram razoável, 32%, adequado, 16%, insuficiente, e 8%, inexistente. No que diz respeito aos aspectos éticos e profissionais entre os sujeitos envolvidos no estágio, 84% dos estudantes consideram adequado, e 16%, razoável. Entretanto, com base nas respostas abertas do questionário sobre atividades e conteúdo do estágio, percebe-se uma certa dificuldade na compreensão, por parte dos estudantes, quanto a vivenciar as atividades sem assumir, efetivamente, a execução do que está sendo vivido no setor: *“Não existe prática, na maioria das vezes, só aula”* (E13/2018-1); *“Ser mais prático em alguns setores, dentro do possível”* (E29/2018-2). Nesse sentido, é importante ressaltar que, nos relatórios de estágio analisados, o alunado não menciona qualquer tipo de intervenção em relação às atividades desenvolvidas. Neles, também, não é encontrada qualquer análise comparativa entre o que foi planejado e as atividades desenvolvidas ou vivenciadas, como se o planejamento cumprisse apenas uma função burocrática.

Outro aspecto que chamou atenção na pesquisa, referente ao desenvolvimento do estágio, foi o posicionamento dos estudantes em relação ao apoio e ao

acompanhamento dos estudantes no estágio. Embora, quantitativamente, 68% considerem adequado, 28%, razoável, e apenas 4%, insuficiente, analisado qualitativamente esse mesmo item, a seguinte percepção de um deles, nas respostas às perguntas abertas do questionário, merece ser considerada.

*Às vezes, a sensação que temos é como se os profissionais que fiscalizam ou supervisionam os estudantes se sentissem atrapalhados pelos estagiários, como uma obrigação que eles não quisessem ter em auxiliar, mostrar e interagir com as novas pessoas que estão circulando, atrapalhando seus trabalhos. (E1/2018-1).*

Essa observação, feita pelo discente, deve ser considerada na avaliação do estágio, pois, como afirma Pasqualetto e Fonseca (2016), a supervisão, nessa atividade acadêmica, deve desempenhar um papel importante na aproximação crítica entre a capacidade do aluno e o suporte oferecido pela empresa. Por meio da supervisão, é possível haver uma transferência significativa de conhecimentos capaz de proporcionar aprendizagens ao estagiário.

Em relação ao tempo para o desenvolvimento das atividades do estágio, 52% dos estudantes que responderam ao questionário da pesquisa consideram como razoável, 32%, adequado, e 16%, insuficiente. Evidencia-se, assim, a necessidade de ajustes na carga horária do estágio, o que deve ser considerado pela coordenação, no sentido de adotar providências nesse sentido.

### 5.2.1 Sugestões para o desenvolvimento do estágio

Considerando a carga horária, as atividades desenvolvidas e a importância dos professores e supervisores do SFH no acompanhamento dos estagiários, foram apresentadas as seguintes sugestões pelos docentes, servidores, supervisores locais e estudantes, em relação ao desenvolvimento do estágio:

*Ajustar a carga horária da disciplina e o cronograma das atividades nas unidades do SFH (Sup/DCF1);*

*Valorizar mais a figura do supervisor/preceptor, permitindo o uso de parte da carga horária em capacitação e promovendo a ascensão funcional para motivar esses profissionais nas atividades de acompanhamento aos estagiários (Sup/DCF2);*

*Realizar, de forma planejada, algumas atividades conjuntas (professores e supervisores do SFH), envolvendo os estagiários (Sup/DCF3);*

*Repassar orientações, por parte dos professores, em relação aos objetivos a ser atingido com o estágio para os supervisores e em relação à questão pedagógica (Sup/HU1);*

*Melhorar a participação das professoras nas atividades conjuntas do estágio em todas as unidades do SFH (Sup/HU4);*

*Informar aos farmacêuticos os conteúdos que devem ser mais explorados nas atividades durante o estágio (Sup/HU2).*

Nas respostas dos estudantes às questões abertas alusivas ao conteúdo, às atividades de estágio e ao acompanhamento dos estagiários, foram apresentadas as seguintes sugestões em relação a essa categoria de análise:

*Dinamizar mais o estágio, associando conhecimento teórico-prático com mais autonomia e inclusão dos alunos nas atividades (E2/2018-1, E3/2018-1 e E11/2018-1);*

*Organizar melhor o acompanhamento dos alunos em estágio nos setores, incluindo mais atividades para sedimentar as rotinas do processo de trabalho dos farmacêuticos no hospital (E5/2018-1 e E27/2018-2);*

*Repetir algumas vivências nas áreas de maior identificação do aluno com mais prática, ficando, se possível, mais um dia em cada unidade, (E27/2018-2 e E29/2018-2);*

*Preparar melhor didaticamente os profissionais do SFH para acompanhar os estagiários (E20/2018-2).*

Todas as sugestões apresentadas podem, em alguma medida, contribuir para melhorar o desenvolvimento do estágio. Portanto, precisam ser alvo de atenção, discussão, aprofundamento e análise a partir do empenho e do envolvimento direto dos gestores do SFH e das suas unidades, professores, incluindo a coordenação do estágio, considerando os farmacêuticos e os supervisores locais. Assim, terão a oportunidade de coletivamente definirem a pertinência de incorporação e/ou ajustes de sugestões apresentadas, bem como a definição de outras propostas que julguem necessárias.

### **5.3 Avaliação dos estagiários e do campo de estágio**

Na compreensão da professora Sup/DCF1, cada professor tem a sua metodologia de avaliação dos estagiários, a qual se dá por meio da observação das atividades por eles desenvolvidas, de forma subjetiva e, de maneira objetiva, com avaliação do relatório individual de atividades do estagiário. Ainda de acordo com essa professora, supervisora, *“a participação dos supervisores locais na avaliação dos alunos pode ocorrer de forma indireta, sem formalidades”* (Sup/DCF1).

Para a Sup/DCF2, na avaliação, são considerados os critérios de assiduidade, pontualidade, proatividade, compromisso e interesses do aluno: *“a nota é dividida no acompanhamento das atividades no hospital e na avaliação do relatório do aluno ao*

*final do estágio”* (Sup/DCF2). Seguindo essa mesma compreensão, segundo a Sup/DCF3, a avaliação dos alunos ocorre durante todo o período de estágio:

*O professor, supervisor, observa o aluno, seu comportamento, sua desenvoltura, a maneira de se comportar em determinadas situações, a procura pelo conhecimento; se ele pergunta, argumenta ou se é um aluno passivo, que fica sentado esperando que o estágio ocorra. Outra maneira de avaliar os alunos no final é através do relatório das atividades, onde vai descrever e sugerir ideias, mudanças e o que ele aprendeu ou não.*

É importante ressaltar que, segundo as professoras, supervisoras do estágio, os relatórios dos estudantes também podem ser utilizados para avaliação do campo de estágio. Nesse sentido, as três (3) supervisoras mencionadas consideram o SFH como satisfatório para a realização do Estágio de Vivência V, considerando-se a estrutura existente e a avaliação dos estudantes nos relatórios de estágio.

Os servidores, supervisores do estágio no SFH/HULW, conforme dados da pesquisa, desconhecem o modo como é realizada a avaliação dos estagiários e do SFH, na condição de campo de estágio. Todavia sabem que as professoras avaliam os estudantes. Apenas os supervisores Sup/HU2 e Sup/HU3 mencionaram que o farmacêutico supervisor pode ser consultado pela professora sobre o desempenho dos estudantes no período de estágio.

*A avaliação dos estagiários é feita pelas professoras. Não existe avaliação do campo de estágio e, se existe, não sei informar como essa avaliação ocorre por parte dos professores e alunos (Sup/HU1);*

*É realizada pelas professoras da UFPB, podendo o farmacêutico preceptor ser consultado sobre o desempenho dos estudantes em relação ao período de estágio e se ocorre avaliação do campo de estágio; os farmacêuticos do serviço não são envolvidos (Sup/HU2);*

*Não tenho conhecimento sobre como ocorre a avaliação dos alunos no estágio. Eles produzem um relatório sobre o estágio. Acredito que apenas as professoras estejam envolvidas neste processo (Sup/HU4);*

*As formas de avaliação dos alunos não são repassadas aos preceptores e à equipe. Acreditamos que apenas as professoras estejam envolvidas neste processo. Não tomamos conhecimento sobre avaliação do campo de estágio, apesar de ser parte essencial no processo de formação do aluno (Sup/HU5);*

*Desconheço como são feitas essas avaliações (Sup/HU6).*

Como podemos observar, não existe uma discussão ou socialização de informações sobre o processo de avaliação dos estagiários e do campo de estágio. Embora eles – na compreensão das professoras, os supervisores locais – possam contribuir informalmente na avaliação dos estagiários, apenas 2 (dois) supervisores



demonstraram ter conhecimento acerca dessa possibilidade; os demais desconhecem a existência de alguma forma de avaliar o estagiário e o campo de estágio. É importante ressaltar o inciso III do Art.78, da Resolução do CONSEPE Nº 16/2015, o qual prevê entre as atribuições dos supervisores das unidades concedentes do estágio, além do planejamento, da orientação, do acompanhamento, a avaliação do estagiário no local de desenvolvimento das suas atividades. Portanto, é necessário considerar essa Resolução do CONSEPE e atualizar a Resolução Nº 02/2007 do CCGF/CCS/UFPB. Esta normatiza a participação do supervisor da instituição concedente do estágio na avaliação do estagiário em nível local, não só nos estágios de aprofundamento técnico no último período do curso, mas também nos estágios de vivência, realizados em serviços farmacêuticos a partir do 5º período.

Nos relatórios do final de estágio, com referência à análise da experiência, todos os estagiários a avaliam como sendo positiva:

*Foi um aprendizado de competências próprias da atividade profissional, contextualização curricular e desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (E16/2018-1);*

*Interpretação de prescrições médicas, como se relacionar com diversos setores da área hospitalar; [...] vivenciar o ambiente profissional e perceber como a profissão farmacêutica possui um amplo campo de atuação (E17/2018-1);*

*Permitiu observar a atuação da equipe de farmacêuticos e como eles fazem uso de seus conhecimentos técnico-científicos no acompanhamento clínico do paciente, na gestão de medicamentos e produtos pra saúde(E18/2018-1);*

*Possibilitou relacionar, de forma significativa, a teoria oferecida pela disciplina de Farmácia Hospitalar, com a vivência no hospital, consolidando o aprendizado (E30/2018-2);*

*Permitiu o desenvolvimento de habilidades, análises críticas de situações sobre a terapêutica medicamentosa dentro dos critérios éticos profissionais, prestando uma atenção farmacêutica com qualidade em relação à farmacoterapia do paciente (E23/2018-2).*

Alusivamente à estrutura do SFH para a realização do estágio, 44% dos estudantes que responderam o questionário consideram como ótima, 32%, como boa, e 24%, como razoável.

### 5.3.1 Sugestões para avaliação dos estagiários e do campo de estágio

Considerando a avaliação dos estagiários e do campo de estágio pelos professores, supervisores locais e estudantes, colhemos as seguintes sugestões:

*Continuar a organização adotada pela GEP na concessão de estágios e o controle de alunos dentro do HU (Sup/DCF1);*

*Continuar progredindo e se ajustando, juntamente com a chefia do SFH e das suas unidades, farmacêuticos, os alunos, e eu como professora (Sup/DCF1);*

*Valorizar mais a participação dos supervisores na avaliação dos estagiários e do estágio (Sup/HU1, Sup/HU2, Sup/HU3 e Sup/HU5);*

*Avaliar os estagiários, de forma compartilhada, com os professores e maior carga horária diária do estágio (Sup/HU4 e Sup/HU6);*

*Avaliar os estagiários através de questionários e seminários, após alguns dias de aulas em substituição ao relatório final do estágio que é muito extenso (E01/2018-1; E5/2018-2);*

*Realizar debates e atividades de fixação sobre o que foi visto no estágio e o que pode melhorar ainda durante a sua execução (E1/2018-1, E6/2018-1);*

*Valorizar mais a presença do aluno nas atividades, na avaliação do estagiário (E13/2018-1);*

*Aumentar a participação dos estagiários nas atividades vivenciadas, a carga horária diária do estágio e melhorar a sua organização (E2/2018-1, E4/2018-1, E3/2018-1 e E26/2018-2);*

*Vivenciar mais as atividades de Farmácia Clínica no acompanhamento aos pacientes (E9/2018-1 e E22/2018-2).*

Nesse sentido, a partir das sugestões apresentadas pelos envolvidos no estágio, percebemos a necessidade de maior participação dos estagiários nas atividades vivenciadas, revisão da sua carga horária, da organização e forma de acompanhamento e da avaliação do estagiário. Para tanto, deve ocorrer o envolvimento dos gestores, da coordenação do estágio, dos professores e supervisores locais na implementação dessas sugestões.

### 5.4 Integração do Ensino - Assistência no estágio

Em relação à Integração do Ensino - Assistência (IEA) no estágio, a professora SupDCF1 afirmou: *“a IEA no estágio vem sendo construída com diálogo e conscientização dos profissionais do Setor de Farmácia, sendo cobrado dos*

*estagiários uma adequação à realidade do estágio” (Sup/DCF1). Para a professora, Sup/DCF2, considerando o objetivo do estágio, o nível de IEA e comunicação no estágio é muito satisfatório, “considerando que o objetivo do Estágio de Vivência é ajudar ao estudante escolher, ao final do curso, a sua identidade profissional, o nível de IEA e comunicação no estágio é supersatisfatório” (Sup/DCF2).*

Já a professora Sup/DCF3 compreende que houve avanços na IEA e que esta poderia melhorar, “a partir da conscientização dos *gestores e profissionais que precisam, cada vez mais, entender que aqui é um hospital-escola, devendo haver mais integração entre as atividades da assistência farmacêutica e as atividades acadêmicas*” (Sup/DCF3). Ainda de acordo com essa supervisora,

*tivemos avanço imenso, mas o hospital poderia receptionar melhor a academia, não existe um planejamento de atividade que o professor possa estar desenvolvendo para integrar mais o ensino a assistência, além de supervisionar os alunos no Estágio (Sup/DCF3).*

Na compreensão dos supervisores do SFH/HULW, só existe IEA no estágio com o envolvimento das professoras e dos estudantes, refletindo o ensino na assistência. Nessa direção, a integração ensino assistência pode constituir um mecanismo importante no processo ensino-aprendizagem no estágio, estando em conformidade com o propósito do Plano Diretor Estratégico atual do HULW, já mencionado neste estudo: garantir o ensino e a pesquisa em uma assistência de qualidade, considerando que “uma ótima assistência é condição necessária, mas não suficiente para um ótimo ensino e que o papel do professor na assistência deve ser reconhecido pela Universidade, assim como o papel do técnico de nível superior no ensino” (HULW/EBSERH, 2018).

De forma similar, a compreensão dos supervisores do SFH/HULW, em relação à IEA no Estágio de Vivência V, ressalta a necessidade de ser melhorada, pois a presença dos professores nos setores de estágio, por si só, não garante a referida integração:

*Precisa ser melhorada: [...] os professores poderiam participar junto com os alunos de algumas atividades teórico-práticas, de forma mais articulada. Falta interação efetiva entre o SFH e a academia (Sup/HU1 e Sup/HU2);*

*A IEA poderia contribuir no processo de educação continuada da equipe do SFH, melhorando a assistência farmacêutica e o aperfeiçoamento do estágio (Sup/HU3);*

*Melhorar com o envolvimento dos professores nas atividades desenvolvidas pelo farmacêutico, alinhando o conhecimento teórico e prático com a dinâmica do SFH. Os conhecimentos teóricos, com vistas à prática, ajudariam o SFH, na medida em que se reconheceria pontos em que a assistência precisasse melhorar (Sup/HU4);*

*Melhorar, alinhando os conhecimentos teóricos à prática, com o professor atuando como facilitador envolvido com o fluxo e a dinâmica de trabalho da Farmácia (Sup/HU5);*

*Integração Ensino Assistência e a comunicação precisa melhorar nas atividades do estágio (Sup/HU6).*

Com relação à necessidade de integração dos professores, dos supervisores e dos estudantes, Buriolla (1995) considera que o processo de estágio se compõe de professor, aluno e supervisor da instituição no qual o aluno está vinculado através do estágio. Essa relação é fundamental para o processo de aprendizagem do aluno e para a sua adequação às necessidades técnicas da função exercida, além de sua vivência e experiência adquiridas durante a realização do estágio. Esse conjunto permite ao estagiário adquirir conhecimentos imprescindíveis à sua formação no próprio local de trabalho. Com isso, ele se apropria de competências e habilidades que fornecerão o *feedback* necessário à construção do seu saber laboral.

Considerando a importância de a academia e os serviços de saúde andarem de forma mais integrada, podemos observar que, na compreensão das professoras, a integração do ensino à assistência deve ser construída a partir do HULW, no caso o SFH. Por sua vez, os supervisores locais entendem que a responsabilidade por essa integração seria da academia, através das professoras que acompanham os estagiários. Como afirmam Mesquita e França (2011), o estágio alcança um dos seus objetivos principais quando desenvolve um processo no qual os procedimentos oriundos da prática profissional se conjugam com a prática teórica advinda da escola. A complementariedade desses dois procedimentos se torna essencial e efetiva para o desenvolvimento da formação do aluno que atuará, em um futuro próximo, no mercado de trabalho. Nesse sentido, cabe ao SFH, a partir dos seus gestores e supervisores, bem como à da academia, por meio da coordenação de estágio e professores, planejar ações que possam melhorar a IEA, contribuindo para o fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes durante a realização do estágio.

Embora existam essas diferenças de compreensão entre professores e supervisores do SFH, em relação a IEA, nas respostas dos estudantes à questão sobre avaliação do estágio em referência à integração e à comunicação dos professores com os supervisores locais do SFH/HULW e estagiários, 76% consideram adequada, 16%, razoável, e 8%, insuficiente, o que, sem dúvida, pode ser visto como um aspecto positivo na construção de uma integração ensino assistência nesse estágio de vivência.

#### 5.4.1 Sugestões em relação à Integração Ensino - Assistência no estágio

Considerando a Integração Ensino - Assistência no estágio na perspectiva dos estagiários e de seus professores, bem como dos supervisores locais, conseguimos identificar as seguintes sugestões:

- Continuar construindo essa IEA nas ações do estágio de farmácia através do diálogo com gestores e profissionais das unidades do SFH/HULW(Sup/DCF1);
- Viabilizar a realização de uma mesa-redonda para que os alunos possam dar um *feedback*, de alguma maneira, no final do estágio, aos profissionais do SFH, para reforçar o entendimento de que estes, além de servidores são formadores, porque aqui é um hospital-escola, bem como implementar ações conjuntas sugeridas pelo próprio SFH (Sup/DCF3);
- Incluir mais os profissionais do SFH na elaboração de trabalhos acadêmicos e no processo avaliativo dos alunos (Sup/HU1);
- Interagir mais com os conhecimentos já repassados aos estudantes e a aplicação no estágio, além da formação de grupos de estudos sobre os temas e práticas vivenciadas (Sup/HU2);
- Incentivar a discussão de temas relevantes para a melhoria da assistência na Farmácia Hospitalar, coordenada pelos professores e farmacêuticos, tendo como público-alvo os estagiários e a equipe da farmácia, de forma a contribuir para a educação continuada da equipe, melhorando, assim, a assistência e a atenção farmacêutica (Sup/HU3);

- Alinhar o conhecimento teórico e prático com a dinâmica das unidades do SFH, devendo o professor assumir alguns pacientes, acompanhar e corrigir cada ação dos alunos, ajudando as unidades a reconhecerem pontos em que a assistência precise melhorar (Sup/HU4);
- Melhorar o envolvimento dos professores com os profissionais da Farmácia e os conhecimentos sobre as atividades desenvolvidas pelos farmacêuticos do SFH, no fluxo de trabalho das suas unidades, alinhando teoria e prática e qualificando, ainda mais, a assistência farmacêutica no HULW (Sup/HU5)
- Realizar reuniões periódicas entre os responsáveis pelo estágio curricular do Curso de Farmácia e demais envolvidos, para ajustes nas atividades formativas dos alunos durante a sua realização (Sup/HU6).
- Melhorar a integração e a comunicação entre as professoras e os supervisores no planejamento e na organização do estágio, bem como no acompanhamento dos estagiários (E1/2018-1, E5/2018-1, E13/2018-1 E20/2018-2, E11/2018-1, E22/2018-2, E23/2018-2, E27/2018-1);
- Fornecer, de forma mais clara – por intermédio de professoras e supervisores – as informações e as instruções no início do estágio(E6/2018-1);
- Melhorar a Integração Ensino Assistência a partir da disposição dos funcionários do SFH/HULW em fornecer os ensinamentos aos estagiários, e da vontade do professor responsável, para que seus alunos vivenciem todas as atividades (SE26/2018-2).

### **5.5 Mudanças nas condições dos estágios com a gestão EBSEH no HULW**

Com a nova gestão do HULW, após a contratualização da EBSEH, os envolvidos nesta pesquisa foram questionados acerca de possíveis mudanças nas condições de oferta dos estágios. A professora Sup/DCF1 considera que, a partir da gestão da EBSEH, melhoraram – e continuam melhorando – as condições do

estágio, tendo em vista a estruturação da Gerência de Ensino e Pesquisa. Acrescenta também mudanças que ocorreram e estão ocorrendo “na estrutura, gestão e nas atividades dos profissionais do SFH – Sem sugestões” (Sup/DCF1).

Estão sendo muito importantes as mudanças que ocorreram e estão ocorrendo no SFH, na gestão da EBSEH. Segundo a SupDCF2: “Tivemos reforma que melhorou a estrutura do Setor de Farmácia Hospitalar, contratação de novos profissionais e a implantação da Farmácia Clínica”.

Para a Sup/DCF3, de diferente, houve o acréscimo no número de profissionais, os credenciamentos e a acreditação do hospital. Se a EBSEH foi responsável por isso – acredita ela –, ocorreram, sim, melhoras. “mas eu atribuo tudo o que for de bom mesmo que vem ocorrendo em relação ao estágio no SFH aos profissionais que aqui se encontram” (Sup/DCF3).

Em relação aos servidores, supervisores locais do SFH, o(a) Sup/HU1 considera que houve mudanças na estrutura e no quadro de pessoal do SFH. Alusivamente ao estágio, pronunciou-se: “acredito que, por enquanto, a mudança da gestão do hospital com a EBSEH não alterou em nada com relação aos estágios” (Sup/HU1). Os(as) supervisoras Sup/HU2 e Sup/HU3 consideram que houve melhoria porque, na gestão da EBSEH, tem ocorrido alguns cursos na área de saúde para os preceptores. Os demais supervisores externam a seguinte compreensão:

*Tivemos a criação da Unidade de Farmácia Clínica, sendo um campo de estágio voltado para o que há de mais atual na área de Farmácia (Sup/HU4);*

*Melhorou, sim, pois foi possível expandir a oferta de serviço com a contratação de mais profissionais e o melhor ajuste na estrutura do hospital (Sup/HU5);*

*Melhorou, pois, com a EBSEH, ocorreu a expansão da assistência farmacêutica para a atenção farmacêutica, com a criação da Farmácia Clínica, possibilitando a atuação do farmacêutico junto à equipe multiprofissional nas unidades de internação (Sup/HU6).*

Como podemos observar, com exceção de um (1) supervisor(a), todos os demais consideram que houve mudanças positivas nas condições de realização do estágio na gestão de EBSEH no HULW, mesmo se atentando para os problemas e as sugestões mencionadas nas outras categorias analisadas.

## 5.6 Dificuldades para a realização do estágio de Farmácia no SFH/HULW

Quanto à realização do estágio de Farmácia no SFH/HULW, para a professora Sup/DCF2, não existem dificuldades: “*não consigo relatar dificuldades específicas nesse estágio*”. A Sup/DCF3 afirma que já se enfrentaram muitas dificuldades, mas atualmente o Estágio de Vivência atinge o objetivo o qual se propõe, pois consegue atingir o aluno: “*temos avanços imensos, e hoje todo o trabalho está bem diferente, temos bastante profissionais que podem receber os alunos*”(Sup/DCF3). A professora Sup/DCF1 entende que a carga horária de três (3) horas é insuficiente para o estagiário vivenciar todo o ciclo do processo de trabalho do farmacêutico em um turno de atividades desse profissional na Farmácia Hospitalar: “*mas essa dificuldade não tem relação com o campo de estágio, e o NDE do curso está estudando uma alteração nesse sentido*” (Sup/DCF1).

Os farmacêuticos, supervisores do SFH, também consideram insuficiente o tempo disponibilizado ao estagiário para acompanhamento das atividades nos dias de estágio, e destacam outras dificuldades relacionadas à falta de formação adequada para repassar os conhecimentos aos estagiários, de estrutura, de pessoal e de planejamento do estágio, conforme as seguintes respostas ao questionário da pesquisa:

*Falta de formação pedagógica para repassar o conhecimento, de forma efetiva, no acompanhamento dos alunos e pouca integração com os professores (Sup/HU1);*

*Tempo insuficiente para os alunos vivenciarem as atividades do estágio, quadro insuficiente de farmacêuticos e a sobrecarga de atividades dos farmacêuticos da UADF do SFH, o que, muitas vezes, não nos permite dá à atenção adequada aos estagiários, em virtude das várias rotinas a serem cumpridas em tempo hábil (Sup/HU2 e Sup/HU3);*

*Espaço físico reduzido para comportar farmacêuticos e estudantes na Unidade de Farmácia Clínica, número de computadores insuficiente, falta de planejamento do estágio e pouco envolvimento dos professores com a prática das atividades na unidade (Sup/HU4 e Sup/HU5);*

*Dificuldades operacionais como falta de espaço adequado para desenvolvimento das atividades, poucos pontos de acesso à internet, falta de incentivos aos preceptores, e acomodação ou falta de interesse da academia e do Setor de Farmácia na elaboração de um plano de estágio que traga mais IEA e melhores resultados no estágio (Sup/HU6).*

Mesmo considerando os argumentos das professoras (supervisoras e orientadoras do estágio), de que as dificuldades para a realização dessa atividade



formativa já foram superadas, pois atualmente existem bastantes profissionais farmacêuticos que podem receber os alunos no estágio; e de que o tempo de permanência dos estagiários – apenas três (3) horas –, é insuficiente para vivenciar o ciclo de um turno de atividades no hospital, representando uma dificuldade, não da competência do SFH, uma vez que é da responsabilidade do NDE do Curso de Farmácia fazer alterações na carga horária desse componente curricular, não podemos ignorar as dificuldades apresentadas pelos servidores, supervisores locais do SFH/HULW, nas respostas ao questionário da pesquisa. São elas: falta de formação pedagógica para repassar o conhecimento, de forma efetiva, no acompanhamento dos alunos; dificuldades operacionais por falta de espaço físico adequado; poucos pontos de acesso à internet e número de computadores insuficiente para o desenvolvimento das atividades na Unidade de Farmácia Clínica; quadro insuficiente de farmacêuticos, diante das demandas do Setor de Farmácia; sobrecarga de atividades dos farmacêuticos da UADF, o que dificulta uma orientação adequada aos estudantes; falta de incentivo aos preceptores; inexistência de planejamento adequado do estágio – muitas vezes construído sem o envolvimento dos profissionais integrantes da equipe do SFH – e a falta de engajamento dos professores na parte prática das atividades de estágio.

Considerando as dificuldades expostas pelos supervisores do SFH em relação às limitações de espaço físico, equipamentos e pessoal para a realização do estágio, fica evidente a necessidade de se observar o inciso II do Art. 9º da Orientação Normativa do MPDG Nº 02, de 24 de junho de 2016, que possibilita, aos órgãos da administração federal, inclusive às autarquias, oferecer estágio mediante instalações que ofereçam condições adequadas a propiciar ao estagiário o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social e profissional. Nesse sentido, faz-se necessário que os gestores do SFH e das suas unidades, diante das dificuldades elencadas, tomem iniciativas com vistas a minimizar ou superar essas dificuldades

#### 5.6.1 Sugestões em relação às dificuldades para a realização do estágio de Farmácia no SFH/HULW

Levando em conta as dificuldades para a realização do estágio de farmácia no SFH/HULW, na perspectiva dos estagiários e de seus professores, bem como dos supervisores locais, conseguimos identificar as seguintes sugestões:

- Ajustar a carga horária do estágio às sugestões e aos estudos do NDE do Curso de Farmácia (Sup/DCF1);
- Viabilizar a realização de atividades que possam ser propostas pelos gestores e supervisores do SFH, juntamente com as professoras, envolvendo os estudantes, a fim de superar eventuais dificuldades, tornando o estágio mais dinâmico durante a sua realização (Sup/DCF3);
- Capacitar os supervisores do SFH/HULW com formação pedagógica para repassar o conhecimento de forma efetiva no acompanhamento dos estudantes em estágio e consolidar uma maior integração com os professores (Sup/HU1);
- Ajustar a carga horária às necessidades do estágio e às escalas de trabalho dos supervisores, permitindo que fiquem mais disponível para acompanhar os estagiários, evitando a sobrecarga de atividades dos farmacêuticos, e possibilitando uma orientação adequada aos estudantes (Sup/HU2);
- Incluir como prioridade a necessidade de incentivo aos supervisores em forma de compensação e/ou progressão (Sup/HU1 e Sup/HU2);
- Organizar as escalas de trabalho, considerando a programação do estágio, distribuindo adequadamente os farmacêuticos nas unidades do SFH, permitindo a devida atenção aos estagiários, sem prejudicar o andamento das rotinas a serem cumpridas em tempo hábil (Sup/HU3);
- Redimensionar o espaço físico, os pontos de acesso à internet e o quantitativo de computadores para comportar os farmacêuticos e os estudantes em estágio na Unidade de Farmácia Clínica, bem como realizar um ajuste no planejamento e no envolvimento das professoras nas atividades desta Unidade (Sup/HU4 e Sup/HU5);
- Incentivar as atividades de preceptores, e o interesse da academia e dos gestores do SFH na elaboração de um plano de estágio que traga melhores resultados (Sup/HU6).

## 5.7 Contribuição do estágio na formação dos estudantes de Farmácia

No que se refere à contribuição do estágio na formação dos alunos de Farmácia, para as professoras, supervisoras, o Estágio de Vivência V, realizado no SFH/HULW, é de grande relevância para a formação dos alunos de Farmácia, atingindo, portanto, o seu objetivo:

*É completamente satisfatório, cumpre o objetivo da disciplina: vivenciar a rotina da Farmácia Hospitalar; inclusive fica evidente nas avaliações dos alunos (Sup/DCF1);*

*Extremamente importante, pois é um campo de estágio da própria Universidade que auxilia a maturação do aluno no contexto em que ele se encontra no curso e como ele se insere na realidade do hospital (Sup/DCF2);*

*Os estagiários têm feito excelentes comentários e realmente esse é o primeiro estágio que eles botam a mão na massa, que eles vivenciam coisas práticas. Eles falam muito bem do estágio no HU e, na hora que avaliam a disciplina, eles têm a possibilidade de me avaliar no SIGAA. Eu recebo nota também ao final de cada semestre, e os alunos geralmente dão retorno de forma positiva, as notas têm sido boas, mas isso é um reflexo do estágio. Se eles gostaram ou não, então o professor recebe uma nota boa (Sup/DCF3).*

Entre os farmacêuticos(as) supervisores(as) de estágio do SFH/HULW, apenas um (1) considera a contribuição do estágio na formação dos alunos como muito significativa, três (3), como significativa, e dois (2), medianamente significativa. Seguem as justificativas apresentadas:

*Significativa, porque no serviço o aluno pode compreender as atividades, fazer uma conexão entre teoria e prática, observar as deficiências do setor e contribuir com ideias para o aperfeiçoamento do SFH (Sup/HU1);*

*Significativa, pois o estágio de vivência apresenta ao estudante as atividades práticas que o profissional farmacêutico irá desenvolver após a sua formação, sendo de grande importância para o aluno se inserir na realidade de sua profissão e vivenciar o que é tratado em sala de aula (Sup/HU2);*

*Significativa, mas seria necessário um tempo maior para que os alunos pudessem acompanhar as rotinas de forma mais integrada com confiança e conhecimento teórico-prático, contribuindo na realização das rotinas de trabalho das Unidades do SFH (Sup/HU3);*

*Medianamente significativa, devido à falta de uma linha de raciocínio lógica para o aluno onde professores e preceptores estejam envolvidos no cuidado ao paciente (Sup/HU4);*

*Medianamente significativa, pois os alunos não são adequadamente orientados quanto a rotina da assistência farmacêutica (Sup/HU5);*

*Muito significativa, pois dá ao aluno uma visão geral das práticas no âmbito da Assistência e Atenção Farmacêutica, capacitando para o seu desenvolvimento profissional, necessitando apenas de ajustes (Sup/HU6).*

Nas respostas à pergunta se o Estágio de Vivência V atendeu às expectativas, 52% dos estagiários que participaram da pesquisa consideraram que atendeu totalmente, e 48%, que atendeu parcialmente. Essa compreensão está evidente, também, nos relatórios de estágio analisados, nos quais os discentes de Farmácia, no total de quinze (15), consideraram positiva a experiência formativa vivenciada.

Podemos constatar que, na compreensão dos participantes da pesquisa, apesar dos problemas mencionados, principalmente pelos servidores, supervisores do SFH e estudantes, em relação ao planejamento, ao desenvolvimento, à avaliação, à integração ensino-assistência e dificuldades encontradas na realização do estágio, todos os sujeitos entrevistados consideraram que essa experiência formativa vem cumprindo, satisfatoriamente, seus objetivos enquanto estágio de vivência em serviço de saúde, neste caso, nas unidades do SFH, mas que ela precisa ser melhorada, como ficou constatado nas categorias analisadas.

No quadro seguinte, de forma sintética e esquemática, apresentamos os aspectos analisados do Estágio de Vivência V, realizado no SFH/HULW, considerando os principais problemas identificados, as sugestões de ações em relação a esses problemas, as instâncias e os responsáveis pelos encaminhamentos das sugestões propostas para a melhoria do estágio.

**Quadro 5:** Apresentação sintética dos aspectos analisados em relação ao Estágio de Vivência V no SFH/HULW

<b>Aspectos analisados</b>	<b>Problemas identificados</b>	<b>Sugestões</b>	<b>Responsáveis Instâncias envolvidas</b>
<b>Planejamento</b>	Centralizado, sem o envolvimento dos profissionais do SFH	Planejar o estágio a nível local a partir do PAE com a participação dos gestores e servidores do SFH	Coordenação do estágio, professoras, gestores e farmacêuticos do SFH
<b>Desenvolvimento</b>	Faltam informações do PAE e cronograma, planejamento das atividades conjuntas e limitações relacionadas a carga horária do estágio.	informar e discutir nas Unidades o cronograma do PAE, rever a carga horária do estágio, dinamizar as atividades conjuntas e valorizar os supervisores locais.	Coordenação do Estágio, NDE do Curso, professoras, gestores e supervisores locais.
<b>Avaliação</b>	Pouca informação sobre o processo de avaliação dos alunos e do campo de estágio e os supervisores não são envolvidos diretamente na avaliação dos estagiários.	Diversificar os mecanismos de avaliação e participação direta dos supervisores na avaliação dos estagiários.	Coordenação do estágio, professoras e supervisores locais.
<b>IEA no Estágio</b>	Falta clareza e empenho das partes envolvidas (SFH e Academia/Professoras) na efetivação da IEA no estágio.	Realizar mais atividades conjuntas, planejar, em todas as Unidades, a partir das iniciativas dos Farmacêuticos, das professoras e/ou dos estagiários.	Coordenação do estágio, professoras e Farmacêuticos/supervisores locais.
<b>Mudanças no Estágio com a EBSEH</b>	Não foi identificado problemas. Ajudou a superar algumas dificuldades.	Continuar melhorando as condições e a gestão do estágio, superando dificuldades que ainda persistem.	Gestores, Coordenação do estágio, professoras e farmacêuticos/supervisores locais.
<b>Dificuldades</b>	Limitações da estrutura do SFH e das suas unidades, insuficiência de pessoal e sobrecarga de trabalho, falhas no planejamento e na execução do estágio.	Redimensionar os espaços físicos e a estrutura do SFH, dimensionamento de pessoal e ajuste nas escalas de trabalho, maior participação das professoras na IEA e incentivos aos supervisores locais.	Gestores, Coordenação do estágio, professoras e farmacêuticos/supervisores locais.
<b>Contribuição do Estágio</b>	Mesmo atingindo os objetivos, pode ser melhorado, superando os problemas mencionados nas categorias analisadas.	Discutir e dar encaminhamento as sugestões para a melhoria do estágio apresentadas como contribuição desta pesquisa.	Gestores, Coordenação do estágio, professoras e Farmacêuticos/supervisores locais.

Fonte: Dados da pesquisa – Elaborado pelo autor, 2020.

## 6 SUGESTÕES PARA A MELHORIA DO ESTÁGIO

Neste capítulo apresentamos as sugestões para a melhoria do Estágio de Vivência V como contribuição deste estudo para esta atividade formativa dos estudantes de farmácia da UFPB realizada no Setor de Farmácia do Hospital Universitário Lauro Wanderley. A maioria das sugestões foram formuladas a partir das contribuições dos participantes desta pesquisa e estão na mesma sequência das categorias analisadas em relação ao estágio: Planejamento do estágio; Desenvolvimento do estágio; Avaliação do estagiário e do campo de estágio; Integração Ensino - Assistência no estágio; Mudanças nas condições do estágios com a gestão EBSEH no HULW; Dificuldades para a realização do estágio de farmácia no SFH/HULW e Contribuição do estágio na formação dos estudantes de farmácia. As sugestões propostas para a melhoria dessa experiência formativa estão no quadro a seguir.

As informações produzidas nesta pesquisa podem contribuir para a melhoria do estágio, mas a implementação dessas sugestões demandará discussões e articulações das partes envolvidas no estágio: gestores do SFH e das suas unidades; farmacêuticos, supervisores dos estagiários; coordenação do estágio e professores, para definição de responsáveis e instâncias de decisão, visando à execução das sugestões propostas.

### QUADRO 6: Sugestões para melhoria do estágio

<b>PLANEJAMENTO DO ESTÁGIO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar o planejamento do estágio, no início do período letivo, considerando o conteúdo, os objetivos deste componente curricular, Estágio de Vivência V, a estrutura e a dinâmica das atividades nas unidades do Setor de Farmácia Hospitalar, envolvendo os professores, os gestores, os farmacêuticos e preceptor ou supervisores do SFH.</li> </ul>
<b>DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajustar o plano do estágio e o cronograma de atividades dos estagiários nas unidades do SFH, como parte do planejamento do estágio, envolvendo os farmacêuticos e os supervisores;</li> <li>• Designar, entre os supervisores dos estagiários do HULW, um farmacêutico responsável pelas ações do plano do estágio em cada unidade do SFH;</li> </ul>

- Ajustar a carga horária do Estágio de Vivência V, para permitir que os estudantes possam vivenciar todo o ciclo da assistência farmacêutica em um turno de trabalho, conforme cronograma das atividades do estágio nas unidades do SFH;
- Repassar orientações aos supervisores do SFH, por parte dos professores, em relação aos objetivos a serem atingidos com o estágio e os conteúdos que devem ser explorados nas atividades com os estagiários.
- Valorizar mais a figura do supervisor(a)/preceptor (a), permitindo o uso de parte da carga horária em capacitação, bem como a ascensão funcional, para motivar esses profissionais nas atividades de acompanhamento aos estagiários;
- Realizar, de forma planejada e programada, algumas atividades conjuntas (professor e supervisor local), envolvendo os estudantes durante o estágio;
- Preparar melhor, didaticamente, os profissionais do SFH para acompanhar e orientar os estagiários nas atividades;
- Dinamizar mais o estágio, associando conhecimento teórico-prático com mais autonomia e inclusão dos alunos nas atividades;
- Organizar melhor o acompanhamento dos alunos em estágio nos setores, incluindo mais atividades para sedimentar as rotinas do processo de trabalho realizadas pelos farmacêuticos nesse hospital;
- Repetir algumas vivências nas áreas de maior identificação do aluno com mais prática, ficando, se possível, mais tempo em cada unidade;
- Instituir, no SFH e em suas unidades, Procedimento Operacional Padrão, em relação ao acompanhamento dos estudantes em estágio por parte dos profissionais farmacêuticos, supervisores e técnicos do quadro de pessoal desse setor;
- Atualizar a Resolução Nº 02/2007, do Colegiado do Curso de Farmácia, com base na Resolução Nº 16/2015, do CONSEPE, e a legislação vigente em relação aos estágios curriculares supervisionados que ocorrem na formação dos farmacêuticos na UFPB.

#### **AValiação do Estagiário e do Campo de Estágio**

- Incluir a participação direta dos supervisores na avaliação dos estagiários e do estágio, conforme legislação vigente;

- Avaliar os estagiários, valorizando mais a sua presença nas atividades, através de questionários e seminários, após alguns dias de aulas, e alterar a estrutura atual do relatório de atividades do estágio que é muito extenso;
- Realizar debates e atividades de fixação sobre o que foi visto no estágio e o que pode ser melhorado ainda durante a sua execução;
- Aumentar a participação dos estagiários nas atividades vivenciadas, a carga horária diária do estágio, e melhorar a sua organização;
- Vivenciar mais as atividades de Farmácia Clínica no acompanhamento aos pacientes.

### **INTEGRAÇÃO ENSINO-ASSISTÊNCIA NO ESTÁGIO**

- Continuar construindo essa IEA nas ações do Estágio de Farmácia, através do diálogo com gestores e profissionais das unidades do SFH;
- Viabilizar a realização de uma mesa-redonda, ao final do estágio, para que os alunos possam dar um retorno, de alguma maneira, aos profissionais do SFH, reforçando o entendimento de que estes, além de servidores, são formadores, já que se trata de um hospital-escola;
- Incluir mais os profissionais do setor na elaboração de trabalhos acadêmicos em relação às atividades do estágio, bem como implementar ações conjuntas com os professores, apresentadas como iniciativa do próprio SFH;
- Integrar o ensino à assistência, refletindo os conhecimentos já repassados aos estudantes nas atividades do estágio;
- Incentivar a discussão de temas relevantes em relação às práticas vivenciadas pelos estagiários na Farmácia Hospitalar, organizadas pelos professores e farmacêuticos, tendo como público-alvo os estagiários e o conjunto dos servidores do SFH, de forma a contribuir para a educação continuada da equipe, melhorando, assim, a integração do ensino à assistência farmacêutica;
- Alinhar o conhecimento teórico e prático com a dinâmica das unidades do SFH, integrando mais o professor na prática do acompanhamento de pacientes, corrigindo as ações dos alunos nesse acompanhamento, ajudando as unidades a reconhecer pontos em que a assistência precisa melhorar;
- Melhorar o envolvimento dos professores com os profissionais que atuam na Farmácia e os conhecimentos sobre as atividades desenvolvidas pelos



farmacêuticos do SFH, no fluxo de trabalho das suas unidades, alinhando teoria e prática e qualificando, ainda mais, a assistência farmacêutica no HULW;

- Realizar reuniões periódicas entre os responsáveis pelo estágio e demais envolvidos, para ajuste nas atividades formativas, e acompanhamento dos alunos durante o estágio, com o objetivo de melhorar a integração e a comunicação entre as professoras e os supervisores e a organização do estágio;
- Fornecer informações e instruções mais claras aos estudantes, no início do estágio, por intermédio das professoras e supervisores locais do estágio;
- Melhorar a integração ensino-assistência a partir da disposição dos funcionários do SFH/HULW em fornecer os ensinamentos aos estagiários, e da vontade do professor responsável, para que seus alunos vivenciem todas as atividades.

#### **PROPOSTAS PARA SUPERAR AS DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO**

- Ajustar a carga horária do Estágio de Vivência V às suas necessidades a partir das sugestões e estudos do NDE do Curso de Farmácia;
- Viabilizar a realização de atividades que possam ser propostas pelos gestores e supervisores do SFH, juntamente com os professores, envolvendo os estudantes, para superar eventuais dificuldades na integração ensino-assistência, tornando o estágio mais dinâmico;
- Capacitar os supervisores do SFH/HULW com formação didático-pedagógica para repassar o conhecimento de forma efetiva no acompanhamento dos alunos em estágio e consolidar uma maior integração ensino-assistência;
- Organizar e ajustar, mensalmente, as escalas de trabalho dos supervisores, considerando a programação do estágio, evitando a sobrecarga de atividades dos farmacêuticos, permitindo que estes fiquem mais disponíveis a acompanhar com a devida atenção os estagiários, sem prejudicar o andamento das rotinas a serem cumpridas em tempo hábil;
- Incluir, como prioridade da gestão, o incentivo aos supervisores em forma de compensação e/ou progressão na carreira funcional;
- Realizar um dimensionamento no quadro de profissionais do SFH, para identificar a necessidade de novos profissionais, principalmente de farmacêuticos;

- Redimensionar o espaço físico, os pontos de acesso à internet e o quantitativo de computadores para comportar os farmacêuticos e os estudantes em estágio na unidade de Farmácia Clínica, bem como um ajuste no planejamento e um envolvimento maior dos professores nas atividades desta unidade;
- Incentivar as atividades de preceptores, e o interesse da academia e dos gestores do SFH na elaboração de um plano de estágio que traga melhores resultados.

**Fonte:** Dados da pesquisa – elaborada pelo autor, 2019.

A socialização dos achados desta pesquisa e dessas sugestões é fundamental para que o resultado deste estudo possa provocar reflexões sobre todo o processo de planejamento e execução do estágio. Portanto, deve ser apresentado, internamente, aos gestores e farmacêuticos do Setor de Farmácia Hospitalar, onde o estágio é realizado e, externamente, ao chefe do Departamento de Ciências Farmacêuticas e à coordenação do estágio, bem como ao coordenador do Curso de Farmácia, para que todos possam contribuir, nas diversas instâncias de decisão, encaminhando, discutindo, avaliando e definindo a pertinência das sugestões propostas para o fortalecimento dessa experiência formativa desenvolvida nesse Hospital-escola vinculado à UFPB, enquanto instituição de ensino superior.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar e discutir o Estágio de Vivência em Farmácia Hospitalar desenvolvido no Hospital Universitário Lauro Wanderley para a formação dos estudantes de Farmácia. Para tanto, fomos motivados por uma inquietação pessoal, tendo em vista a nossa atuação no Setor de Farmácia desse Hospital, que lida, cotidianamente, com estudantes em processo de estágio.

Nossos achados de pesquisa reforçam o entendimento de que o estágio tem importância fundamental na formação do aluno, estando inserido no projeto político-pedagógico do curso, de modo que a sua prática seja conectada com o domínio da teoria e da prática na relação dialética desse processo formativo. É, portanto, um lugar no qual o aluno desenvolve seus conhecimentos a respeito de uma determinada função a partir da vivência e da experiência adquirida em contato com a instituição que oferece o estágio; nesse caso específico, o Hospital Universitário Lauro Wanderley.

Nesse espaço, o estagiário pode relacionar teoria e prática, e, ainda, se possível, contribuir para a melhoria das experiências vivenciadas na Instituição. A relação entre o professor da instituição de ensino, o aluno e o supervisor do órgão concedente do estágio é importante para o processo de aprendizagem do estagiário e a adequação às necessidades técnicas da função exercida, além de sua vivência e experiência adquirida durante a realização do estágio. É importante ressaltar que a legislação federal atual incorporou essa visão pedagógica do estágio enquanto processo de aprendizagem do aluno.

Como foi demonstrado neste estudo, a formação acadêmica e a identidade profissional do farmacêutico passaram por mudanças, tanto em nível nacional como em nível local, isto é, no Estado da Paraíba. Elas originaram-se dos avanços científicos e tecnológicos ao longo do tempo, mas também em decorrência da ampliação da área de atuação dos profissionais em apreço, exigindo reformulações com referência à sua formação. No Projeto Político-pedagógico atual do Curso de Farmácia da UFPB, que norteou a Reforma Curricular de 2007, existem Estágios, obrigatórios, de Vivência em Serviços Farmacêuticos a partir do 5º período, todos com supervisão e orientação de professores e de profissionais farmacêuticos dos locais de realizados dos estágios.

Frente à análise dos dados e consideramos os discursos dos sujeitos envolvidos na pesquisa sobre o Estágio de Vivência V (Farmácia Hospitalar), realizado no Setor de Farmácia do HULW. Relativamente à compreensão das professoras, estudantes e supervisores desse estágio, fica evidente que, apesar dos problemas mencionados – principalmente pelos servidores técnico-administrativos, supervisores do estágio em nível local, e estudantes, com relação ao planejamento, desenvolvimento, avaliação, integração ensino assistência e dificuldades –, todos os sujeitos ouvidos consideram que o estágio vem cumprindo, satisfatoriamente, seus objetivos enquanto estágio de vivência em serviço de saúde – nesse caso, nas unidades do SFH –, precisando de ajustes em todos esses itens mencionados.

Diante disso, refletindo sobre os resultados em relação aos objetivos desta pesquisa, apresentamos propostas para a melhoria e o aperfeiçoamento do estágio de formação dos estudantes de Farmácia no Hospital Universitário Lauro Wanderley.

Sugerimos que novas pesquisas e estudos acerca desse tema, no HULW e em outras instituições de saúde, possam dar continuidade ao presente trabalho, a fim de fortalecer e ampliar amostras, e, ainda, detectar demandas e potencialidades consideradas relevantes para este instrumento de formação dos estudantes de Farmácia.

Para finalizar esta dissertação, a título de contribuição, apresentamos, no Apêndice F, uma minuta de atualização da Resolução/CCGF/CCS 02/2007, sobre a normatização dos estágios dos estudantes de Farmácia, com vistas à apreciação pelo Colegiado deste curso na UFPB, tendo por base a Resolução Nº 16/2015 do CONSEPE.

## REFERÊNCIAS

ALVES, V.S. Um modelo de educação em saúde para o Programa de Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Salvador. v.9, no. 16, p. 39-52, set. 2004 – fev. 2005.

ARAÚJO, K.M.; LETA, J. Os hospitais universitários federais e suas missões institucionais no passado e no presente. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 4, 2014.

ARAÚJO, Fernanda Quaresma de. **A formação do graduando em farmácia e o estágio curricular supervisionado como atividade integradora: limites e possibilidades**. 2008, 171 f. Dissertação de Mestrado em educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BERMUDEZ, J.A.Z. **Indústria Farmacêutica, Estado e Sociedade**. São Paulo: HUCITEC/SOBRAVIME, 1995.

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti. A nova Lei de Estágio. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1930, 13 out. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11848>>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Lei Nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos. In CRF-SP. Legislação para farmacêutico. Conselho Regional do Estado de São Paulo. São Paulo, p.22-33, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2011**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12550.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12550.htm). Acesso em: 09 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.788/2008, 25 de setembro de 2008**. Diário Oficial da União, 26 set. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº. 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Farmácia.

Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 9. Disponível em: Acesso em: 6 out. 2015.

DIDONE, Arlete Maria. **Estágio: teoria e prática. Caminhos e Possibilidades na Proposta da SEED/PR** Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/985-2.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2019.

BRITO DA SILVA, Joselene de Fátima. **A importância do estágio obrigatório na formação do bibliotecário: estudo de caso na Biblioteca do Centro de Educação – UFPB. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Curso de Graduação em Biblioteconomia, Trabalho de Conclusão: Monografia. João Pessoa, 2012.**

BREHMER, L. C. F.; RAMOS, F. R. S. Experiências de integração ensino-serviço no processo de formação profissional em saúde: revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 16, n. 1, p. 228-37, 2014.

BURIOLOLA, Marta A. F. **O Estágio Supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CECCIM, R. B., FEUERWERKER L. C. M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. V. 20, no. 5, p. 1400-1410, set.-out. 2004(a).

COHN, A., ELIAS, P. E. **Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços**. Cortez: São Paulo, 1996.

CORRAL, Florentina Santos Diezdel; SOUSA, Mirabeau Levi Alves de; NEGRÃO, Odulia Lebereiro. **Do boticário ao farmacêutico: o ensino de farmácia na Bahia de 1815 a 1949**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/162/4/Do%20boticario%20ao%20farmaceutico.pdf>. Acesso em 03 jul 2019.

COSTA, E. M. M. B. Encontro Farmacoterapêutico. **Revista Eletrônica de Farmácia**, Goiás, v.4, n.1, p 27-31, 2007. Disponível em: < [http:// www.farmacia. ufg. br/revista/\\_pdf/vol4\\_1/REF%2027-31.pdf](http://www.farmacia.ufg.br/revista/_pdf/vol4_1/REF%2027-31.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2019.

DIAS, J.P.D. **A Farmácia e a História** –uma introdução à História da Farmácia, da Farmacologia e da Terapêutica. Lisboa: Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 2005. Disponível em:<<http://www.ff.ul.pt/paginas/jpsdias/histsocfarm/Farmácia-e-Historia.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. **Contrato de Gestão UFPB/EBSERH**. Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/web/hulw-ufpb/>> Acesso em: 11 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Estágio no HULW.** Disponível em: <<http://www2.ebserh.gov.br/documents/220250/2225517/Cartilha+-+Est%C3%A1gios.pdf/0751c28f-9183-420b-8b96-af78ee982dbf>> Acesso em: 5 set 2019

\_\_\_\_\_. **Organograma.** Disponível em: <<http://www2.ebserh.gov.br/web/hulw-ufpb/organograma>> Acesso em: 5 jan. 2019

\_\_\_\_\_. **Missão, visão e valores.** Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/web/hulw-ufpb/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Estratégico do HULW.** Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/web/hulw-ufpb/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 11 jun 2018.

ESTEFAN, I. J. S. O ensino de Farmácia. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro. V.2, no. 4. p. 511-532, out.- dez. 1986.

FOUREZ, Gérard. A Construção das Ciências. In. **Introdução à filosofia e à ética das ciências.** Unesp. p. 63-89.

GASTALDO, D.M.; MEYER, D.E; BORDAS, M. C. Ensino Integrado: uma revisão histórico-crítica do modelo implantado no Ensino Superior da área de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 170, 1991. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/index>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CAMPOS, Dinael C. de. Atuação de estagiários em Psicologia do Trabalho com grupos. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 53-59, jun. 2009. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-9](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-9)>. Acesso em 8 junho, 2019.

GOLDENBERG, P. **Repensando a desnutrição como questão social.** São Paulo: Editora Cortez/Unicamp, 1989.

GOZZI, Maria Estela et al. A relação entre teoria e prática: o estágio curricular em discussão. In: **IX Congresso nacional de educação – EDUCERE – III Encontro de Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, 2009, PUC-PR. Disponível em:

<[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/1863\\_1061.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/1863_1061.pdf)>. Acesso em 02 set 2019.

IVAMA, A. M., JARAMILLO, N. M. A Educação Farmacêutica no contexto de Mudança do Modelo de Atenção à Saúde e Reorientação da Prática Farmacêutica. In: STORPIRTIS, S. (Org.). **Ciências Farmacêuticas** – Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. p. 317 – 328.

IVAMA, A. M.; MALDONADO, J. L. M. (Org.). **O Papel do Farmacêutico no Sistema de Atenção à Saúde**. OPAS/OMS/CFF. Brasília, 91 p. 2004.

JUNQUEIRA, S. R. **Integração ensino-serviço**: proposta de aplicação desta parceria para a educação superior. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Odontologia. 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**: técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIRA, Daniel Ferreira de; COSTA, Thiago Emanuel da; LEÃO, Demétrius Almeida. Reflexões sobre o estágio educacional no Brasil: elementos caracterizadores da relação de emprego versus requisitos configuradores da relação de estágio. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 103, ago. 2012. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo) >. Acesso em maio 2019.

LORANDI, P. A. Análise Histórica da Formação Acadêmica do Farmacêutico – Quatro Décadas. **Infarma**, Brasília, v.18, 7/8. Pharmacia Brasileira, ano X, n. 54, jul/agost, 2006.

MACHILINE, C. A. Assistência à Saúde no Brasil. In: STORPIRTIS, S. (Org.). **Ciências Farmacêuticas** – Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2008. p 3 – 13

MAFUANI, F. Estágio e sua importância para a formação do universitário. **Instituto de Ensino superior de Bauru**. 2011. Disponível em: <<http://www.iesbpreve.com.br/base.asp?pag=noticiaintegra.asp&IDNoticia=1259>>. Acesso em junho, 2019.

MARIN, N. et al. (Org.). **Assistência Farmacêutica para gerentes municipais**. OPAS/OMS, Rio de Janeiro. p.115- 286, 2003.

MARTINS, J.; BOEMER, M. R.; FERRAZ, C. A. A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 24, n.1, p. 139-147,1990.

MÉDICI, A. C. Hospitais universitários: passado, presente e futuro. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, v. 47, n. 2, p. 149-56, 2001.



MEDEIROS, M. M. **O Direito à Educação e as Classes Hospitalares**: discurso de gestores de um hospital-escola. João Pessoa – PB, 2018.

MESQUITA, Sheila M. e FRANÇA, Sergio Luiz B. A importância do Estágio supervisionado na inserção de alunos de graduação no mercado de trabalho. **VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Agosto de 2011; acesso em 10 maio de 2019.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTTA, J. I. J., BUSS, P., NUNES, T. C. M. **Novos desafios educacionais para a formação de recursos humanos em saúde**. 2004. Disponível em:<[http://www.observatorio.nesc.ufrn.br/texto\\_forma09.pdf](http://www.observatorio.nesc.ufrn.br/texto_forma09.pdf)>. Acesso em: 14 março. 2019.

NOGUEIRA, D. L.; LIRA, G. V.; ALBUQUERQUE, I. M. A. N.; LINHARES, M. S. C. Avaliação dos Hospitais de Ensino no Brasil: uma revisão sistemática. **Rev. Bras. Educ. Méd.**, p. 151-158, 2015.

OMS. **Conferência Mundial sobre o Uso Racional de Medicamentos**, Nairobi, 1985. Genebra, Suíça. 1986.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm. UERJ**, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.

PASQUALETO, Olívia de Q. F. e FONSECA, M<sup>a</sup> Hemília. **A percepção do aluno sobre o estágio** – Emprego ou qualificação profissional? RIL Brasília a. 53 n. 209 jan./mar. 2016 p. 195-217. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2019.

PEREIRA NETO, Roberto. **Ação pedagógica multidisciplinar em farmacovigilância na adequação do conteúdo do estágio supervisionado em farmácia no hospital universitário Antônio Pedro**. 2011, 92 f. Profissionalizante em ensino de ciências da saúde e do ambiente, Centro universitário Plínio Leite, Niterói, 2011.

PONTES, Ana Paula Furtado Soares. **O estágio de formação do técnico industrial em empresas flexíveis**: (con)formação do trabalho? Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco – PE, Recife, 2007. Disponível em:<[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4522/1/arquivo5437\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4522/1/arquivo5437_1.pdf)>. Acesso em 02 de julho de 2019.

PPP – PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: Curso de Graduação de Farmácia. João Pessoa: UFPB, 2007.

RIBEIRO, Ana Lúcia Faria. **A farmácia universitária e a formação generalista na perspectiva dos supervisores de estágio**. 2009, 88 f. Mestrado em Ciências da Saúde. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 11-35.

RODRIGUEIS, Micaías Andrade. Quatro diferentes visões sobre o estágio supervisionado. **Revista Brasileira de Educação** v. 18 n. 55 out./dez. 2013, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/11.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2019.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO BAPTISTA, M. P. **Metodologia de La investigación**. 5. ed., México: McGraw Hill, 2010, 613p.

SANTANA, J. P., CAMPOS, F. E., SENA, R. R. **Formação profissional em saúde: desafios para a Universidade**. **Cadernos C.R.H.** s/d - disponível em <[http://www.unb.br/ceam/nesp/polrhs/Temas/Formação\\_profissional\\_em\\_Saude.pdf](http://www.unb.br/ceam/nesp/polrhs/Temas/Formação_profissional_em_Saude.pdf)>. Acesso em 27 maio. 2019.

SANTOLINI, Ricardo B. **A Lei 11.788/08 – A nova lei do estágio**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 14 jan. 2009. Disponível em: [www.conteudojuridico.com.br/?artigos](http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos)>. Acesso em: 17 maio 2019.

SANTOS, M. R. C. **Profissão Farmacêutica no Brasil: história, ideologia e ensino**. Ribeirão Preto: Holos, 1999.

SANTOS, M.S., LIMA, L.T., VIEIRA, M. R. S. Por que o farmacêutico se afastou das drogarias? **Infarma**. Brasília. V.17, no. 5/6, 2005.

SARMIENTO, F. J. P. O boticário no século XIX. In: PÖTZSCH, R (Org.). **A Farmácia, Uma janela para a história**. Suíça: Editiones Roche, 1996.

SILVA, L. R., VIEIRA, E.M. Conhecimento dos farmacêuticos sobre legislação sanitária e regulamentação da profissão. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v.38, no. 3, 2004.

SILVA, Géssica da. **O estágio entre os estudantes de jornalismo da UFSC: panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Departamento de Jornalismo. Trabalho de Conclusão: Monografia. Florianópolis, 2014.

SOUZA, A. M., BARROS, S. B. M. O ensino em farmácia. **Pro-posições**. São Paulo. v. 14, no. 1, jan.-abr. 2003.

SOARES, Adriana de Freitas. **A Integração entre a Teoria e a Prática**: a capacidade dos alunos de Farmácia em transportar para a prática os conhecimentos adquiridos com a teoria. 2010, 106 f. Profissionalizante em ensino de ciências da saúde e do ambiente. Centro universitário Plínio Leite: Niterói, 2010.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Rev. Unar**, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em <<http://revistaunar.com.br/cientifica/volumes-publicados/volume-7-no1-2013>>. Acesso em junho, 2019.

VELLOSO, V. P. **Farmácia na Corte Imperial (1851 – 1887)**: práticas e saberes. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2007.

VIEIRA, F. S. Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.12, n. 1, p 213-220, mar. 2007.

WITZEL, M. D. R. F. Aspectos conceituais e filosóficos da Assistência Farmacêutica, Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. In: STORPIRTIS, S. (Org.). **Ciências Farmacêuticas** – Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. p 336-347.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR –  
MESTRADO PROFISSIONAL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante:

Esta pesquisa intitula-se Estágio de Vivência em Farmácia no Hospital Universitário Lauro Wanderley: compreensão dos sujeitos envolvidos, desenvolvida por José Rômulo Batista Xavier, do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Furtado Soares Pontes.

O objetivo do estudo é analisar a contribuição do Estágio de Vivência V em Farmácia Hospitalar, desenvolvido no SFH/HULW, para a formação dos estudantes de Farmácia.

Solicitamos a sua colaboração com vistas a responder à entrevista ou ao questionário, com duração média de, no máximo, trinta minutos, como também sua autorização para que os resultados deste estudo sejam apresentados em eventos da área de saúde e educação, publicados em revista científica nacional e/ou internacional, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a), e assegurado, dessa maneira, que a sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo.

Esclarecemos que sua participação nesta pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não está obrigado(a) a fornecer as informações solicitadas pelo pesquisador – caso decida participar do estudo –, podendo ainda desistir a qualquer momento, sem qualquer penalidade. O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Atenciosamente

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do participante

Contato com o Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador José Rômulo Batista Xavier – telefone (83)987872356 – ou para o Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley – Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW – 2º andar – Cidade Universitária – Bairro Castelo Branco – João Pessoa – PB – CEP 58059-900 – e-mail: [comitedeetica@hulw.ufpb.br](mailto:comitedeetica@hulw.ufpb.br) – Campus I – Fone: 32167964.

---

Assinatura do participante

(código)

**APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR –

MESTRADO PROFISSIONAL

**PROJETO DE PESQUISA:** Estágio de Vivência em Farmácia no Hospital  
Universitário Lauro Wanderley: a compreensão dos sujeitos envolvidos**MESTRANDO:** JOSÉ RÔMULO BATISTA XAVIER**ORIENTADORA:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA  
COM PROFESSORES(AS)****1 DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DO(A) ENTREVISTADO(A)**

1.1 Identificação: \_\_\_\_\_ (Gerar código identificador)

1.2 Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

1.3 Formação: \_\_\_\_\_ (Graduação)

1.4 Pós-Graduação:

Especialização: \_\_\_\_\_.

Mestrado: \_\_\_\_\_.

Doutorado: \_\_\_\_\_.

1.5 Ano de ingresso na UFPB: \_\_\_\_\_.

1.6. Disciplina(as) que leciona:

\_\_\_\_\_.

1.7. Há quanto tempo acompanha estágios dos estudantes de Farmácia no SFH/  
HULW \_\_\_\_\_ anos.

## 2 QUESTÕES

2.1 Como é planejado o desenvolvimento do Estágio de Vivência V no HULW e quem participa desse planejamento?

2.2 Como ocorre o Estágio de Vivência V dos estudantes de Farmácia no HULW?

2.3 Como se dá a participação dos professores nesses estágios realizados no HULW?

2.4 Como ocorre a avaliação dos alunos no estágio? Que tipo de instrumentos e pessoas são envolvidos nesse processo?

2.5 Há alguma atividade conjunta durante a vivência no estágio, envolvendo professores e supervisores nas Unidades do SFH/ HULW?

( ) SIM ( ) NÃO

Caso afirmativo, quais são essas atividades?

Caso negativo, por quê?

2.6 Como se dá a relação ensino-assistência no âmbito do estágio dos estudantes de Farmácia no SFH/HULW? Comente:

2.7 O que pode ser feito para melhorar o nível de integração e comunicação entre os professores e os profissionais das unidades (supervisores do estágio), e entre eles e os estagiários?

2.8 Como você avalia a contribuição do Estágio de vivência V, realizado no Setor de Farmácia Hospitalar do HULW para a formação teórico-prática dos estudantes de Farmácia? Comente:

2.9 Na sua avaliação, as mudanças que ocorreram no Hospital, a partir da gestão da EBSERH, contribuíram para a melhoria das condições de oferta do estágio?

Sim ( ) Não ( ) ( ) Indiferente – não percebeu mudança.

Justifique:

2.10 Atualmente quais são as dificuldades do estágio de Farmácia no SFH/HULW?

2.11 Em que o estágio de Farmácia precisa melhorar? Considere os seguintes pontos (um a um):

a) Carga horária do estágio

- b) Planejamento do estágio
- c) Estrutura física e equipamento
- d) Atividades e conteúdo do estágio
- e) Acompanhamento dos estagiários
- f) Avaliação do estagiário e do campo de estágio
- g) Integração Ensino - Assistência e articulação teoria-prática
- h) Articulação entre os professores do curso (coordenadores, orientadores) e os supervisores do estágio do HULW

2.12 Na sua avaliação, como poderia ser melhorada a integração ensino-assistência no âmbito do curso de Farmácia no HULW?

2.13 Cite outras observações que você gostaria de fazer sobre o estágio teórico-prático de Vivência V realizado no HULW



## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO – SUPERVISORES DE ESTÁGIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MESTRADO PROFISSIONAL

**PROJETO DE PESQUISA:** ESTÁGIO DE VIVÊNCIA EM FARMÁCIA NO HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY: a compreensão dos sujeitos envolvidos

**MESTRANDO:** JOSÉ RÔMULO BATISTA XAVIER

**ORIENTADORA:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES

### 1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1.1 Identificação: \_\_\_\_\_ ( código de identificação)

1.2 Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

1.3 Formação: \_\_\_\_\_(Graduação)

1.4 Pós-Graduação:

Especialização: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_.

Mestrado: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_.

Doutorado: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_.

1.5 Função/Cargo \_\_\_\_\_

1.6 Contrato de trabalho: RJU/UFPB ( ) ou CLT/EBSERH( )

1.7 Trabalha em qual unidade: UADF ( ) ou UFC ( )

1.8 Escala de trabalho: Diarista ( ) Plantonista ( )

1.9 Ano de ingresso na UFPB/HULW ou na EBERH \_\_\_\_\_

1.10 Há quanto tempo acompanha estágios dos estudantes de Farmácia no HULW?  
\_\_\_\_\_ anos

1.11 Locais onde acompanha estagiários de Farmácia no HULW?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### 2 QUESTÕES

2.1 Como é planejado o desenvolvimento do estágio na sua unidade de trabalho no SFH/HULW? Quem são os profissionais envolvidos nesse planejamento?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.2 Como ocorrem os estágios dos estudantes de Farmácia no SFH/ HULW?

---

---

2.3 Como se dá a participação dos professores nos estágios realizados no SFH/ HULW?

---

---

2.4 Como ocorre a avaliação dos alunos no estágio? Que tipo de instrumentos e pessoas são envolvidos nesse processo?

---

---

2.5 Existe avaliação do campo de estágio? Como ocorre essa avaliação e quem dela participa?

---

---

2.6 Há alguma atividade conjunta, envolvendo professores e supervisores no estágio nas unidades do SFH/ HULW?

( ) SIM ( ) NÃO

Caso afirmativo, quais são essas atividades?

Caso negativo, por quê?

---

---

2.7 Como pode ser melhorado o nível de integração ensino-assistência e a comunicação entre os professores e os profissionais das unidades (supervisores do estágio), bem como entre eles e os estagiários?

---

---

2.8 Como você avalia a contribuição do Estágio de Vivência V, Farmácia Hospitalar, realizado no Setor de Farmácia Hospitalar do HULW para a formação teórico-prática dos estudantes de Farmácia?

2.8.1. Nada significativa ( )

2.8.2 Pouco significativa ( )

2.8.3 Medianamente significativa ( )

2.8.4 Significativa ( )

2.8.5 Muito significativa ( )

Por quê? Comente.

---

2.9 Na sua avaliação, as mudanças que ocorreram no HULW, a partir da gestão de EBSERH, contribuíram para a melhoria das condições de oferta do estágio no SFH/HULW?

Sim ( ) Não ( ) Justifique.

---

2.10 Atualmente, quais são as dificuldades do estágio de Farmácia no SFH/HULW?

---

2.11 Em que o estágio de Farmácia precisa melhorar? Considere os seguintes aspectos:

- Carga horária do estágio
- 

- Planejamento do estágio
- 

- Atividades e conteúdo do estágio
- 

- Acompanhamento dos estagiários
- 

- Avaliação do estagiário e do campo de estágio
- 

- Integração Ensino-Assistência e articulação teoria-prática nas atividades
-

- Articulação entre os professores do curso (coordenadores, orientadores) e supervisores do estágio do HULW

---

2.12 Na sua avaliação, como poderia ser melhorada a Integração Ensino-Assistência no âmbito do Curso de Farmácia no HULW?

---

---

2.13 Cite outras observações que você gostaria de fazer sobre o estágio teórico-prático de Vivência V realizado no HULW

---

---

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO/ESTUDANTES DO ESTÁGIO DE VIVÊNCIA V – FARMÁCIA HOSPITALAR

### Questionário sobre o Estágio de Vivência V, realizado pelos estudantes de Farmácia no Hospital Universitário Lauro Wanderley

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição do Estágio de Vivência V em Farmácia Hospitalar, desenvolvido no SFH/HULW, para a formação dos estudantes de Farmácia. Ela está sendo desenvolvida pelo pesquisador e farmacêutico José Rômulo Batista Xavier, aluno do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MESTRADO PROFISSIONAL, do Centro de Educação da UFPB, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Furtado Soares Pontes. O trabalho é intitulado ESTÁGIO DE VIVÊNCIA EM FARMÁCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY: a compreensão dos sujeitos envolvidos, e se refere à conclusão do mestrado mencionado.

O objetivo do estudo é analisar a Integração Ensino-Assistência (IEA) no âmbito do estágio do Curso de Farmácia no HULW. Solicitamos a sua colaboração para o preenchimento de questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicá-los em revista científica (se for o caso). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que este estudo, por se tratar de pesquisa com aplicação de questionários com sujeitos, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, oferece riscos mínimos ou inexpressivos.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso decida não participar, ou resolver, a qualquer momento, desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração!

\*Obrigatório

1. Endereço de e-mail\*

---

### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**2. Diante do exposto, você declara que foi devidamente esclarecido e dá seu consentimento para participar da pesquisa? \***

*Marcar apenas um oval.*

Sim

Não

## 1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

### 3. 1.1 Sexo \*

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

### 4. 1.2 Período letivo de ingresso no Curso de Farmácia (ex.: 2014.1, 2015.2)\*

---

### 5. 1.3 Em que período letivo realizou Estágio de Vivência – V no Setor de Farmácia Hospitalar do HULW?\*

*Marcar apenas uma oval.*

2018.1

2018.2

## 2 QUESTIONÁRIO

### 6. 2.1 O Estágio de Vivência – V (Farmácia Hospitalar) atendeu as suas expectativas?\*

*Marcar apenas uma oval.*

Totalmente

Parcialmente

Não atendeu

### 7. 2.2 Justifique a resposta anterior\*

---

---

### 2.3 Considerando o(s) estágio(s) do(s) qual (ais) você participou, como você avalia o HULW como campo de estágio, com relação aos aspectos enumerados a seguir?

---

### 8. a) Estrutura existente nas Unidades para a realização do estágio\*

*Marcar apenas uma oval.*

Ruim

Regular

Boa

Ótima

9. b) Tempo para o desenvolvimento das atividades propostas no estágio:\*

*Marcar apenas um oval.*

- Insuficiente
- Excessivo
- Razoável
- Adequado

10. c) Os aspectos éticos e profissionais entre os sujeitos envolvidos (professores, estagiários e supervisores) foram considerados, nas atividades do estágio, de maneira:\*

*Marcar apenas uma oval.*

- Insuficiente
- Razoável
- Inadequada
- Adequada

11. d) Integração e comunicação, no desenvolvimento do estágio, entre os professores (coordenadores e orientadores) e os supervisores do HULW:\*

*Marcar apenas um oval.*

- Insuficientes
- Razoáveis
- Adequadas
- Inadequadas

12. e) Oportunidade de atuação em equipes de trabalho, para resolução de problemas em diferentes situações:\*

*Marcar apenas um oval.*

- Inexistente
- Insuficiente
- Razoável
- Adequada

**2.4** Pensando em que o estágio de Farmácia precisa melhorar; avalie os seguintes pontos:

13. a) Carga horária do Estágio:\*

*Marcar apenas um oval.*

- Excessiva
- Adequada
- Razoável
- Insuficiente

14. b) Planejamento do estágio:\*

*Marcar apenas um oval.*

- Adequado
- Razoável
- Insuficiente
- Inexistente

15. c) Apoio e acompanhamento dos estagiários:\*

*Marcar apenas um oval.*

- Adequados
- Razoáveis
- Insuficientes
- Inexistentes

16. d) Processo de avaliação do estagiário:\*

*Marcar apenas um oval.*

- Adequado
- Razoável
- Insuficiente
- Inexistente

17. e) Articulação entre os professores do curso (coordenador, orientadores) e os supervisores do estágio; bem como entre eles e os estagiários:\*

*Marcar apenas um oval.*

- Adequada
- Razoável
- Insuficiente
- Inexistente



18. f) Articulação teoria-prática:\*

*Marcar apenas um oval.*

- Adequada
- Razoável
- Insuficiente
- Inexistente

## **2.5 Apresente sugestões para melhorar o estágio, a partir dos seguintes aspectos:**

19. a) Atividades e conteúdo do estágio. \*

20. b) Carga horária do estágio. \*

21. c) Planejamento do estágio. \*

22. d) Acompanhamento dos estagiários. \*

23. e) Avaliação do estagiário. \*

24. f) Articulação entre os professores do curso (coordenador, orientadores) e supervisores do estágio do HULW; \*

25. g) Articulação teoria-prática. \*

26. 2.6 Na sua avaliação, como poderia ser melhorada a Integração Ensino-Assistência no âmbito do curso de Farmácia no HULW? \*

27. 2.7 Cite outras observações que você gostaria de fazer sobre o estágio teórico-prático de Vivência V, realizado no HULW. \*

## **AGRADECEMOS A SUA PARTICIPAÇÃO**

**APÊNDICE E – QUADRO SINTÉTICO DOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DE ESTAGIO VIVÊNCIA V NO SFH/HULW – PERÍODOS 2018.1 E 2018.2**

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
			Planejadas	Desenvolvidas				
<b>E15</b>	O HULW como um hospital-escola que contempla diversas especialidades médicas.	Vivenciar experiências profissionais, na busca da prática de ensino e outras técnicas aplicadas no dia a dia.	Não foram citadas.	Acompanhamento dos profissionais e realização de atividades em Unidade de Abastecimento e Distribuição (UAD), Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), Fracionamento, Unidade de Produtos para Saúde (UPS), Farmácia Ambulatorial, Dispensação.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	A convivência com uma equipe competente, mesmo que por pouco tempo, e a enriquecedora troca de conhecimentos.	Não foram citadas.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
			Planejadas	Desenvolvidas				
E16	Estágio realizado no HULW, com carga horária correspondendo ao previsto no Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPPC), com planejamento, acompanhamento e avaliação da professora orientadora Dra. Luciana de Macedo.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Conhecer o HULW, seus serviços e sua rotina; acompanhamento das ações do Ciclo da Assistência Farmacêutica e sistema de distribuição; participar do controle e da dispensação de medicamentos controlados; efetuar o acompanhamento e participar das atividades específicas de cada setor do HULW (Farmácia Clínica, Farmácia Ambulatorial, Unidade de Abastecimento e Distribuição e etc.)	Não foram citadas.	Não foram citadas.	O aprendizado de competências próprias da atividade profissional, a contextualização curricular e o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.	Não foram citadas.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
			Planejadas	Desenvolvidas				
E17	O HULW é um hospital de formação de profissionais de saúde, de referência para todo o Estado da Paraíba e ocupa posição de destaque por sua atuação na área de ensino e assistência.	Agregar conhecimento e um pouco de experiência com a vivência no hospital, conhecer a rotina dos farmacêuticos e suas intervenções, bem como ter uma visão do quanto a equipe multiprofissional se faz importante para promover o bem-estar do paciente.	Não foram citadas.	As atividades desenvolvidas durante o estágio foram divididas por setores, sendo eles: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Farmácia ambulatorial, Farmácia Clínica (Clínica médica, UTI e no setor DIP – Doenças infecciosas e parasitárias).	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Proporcionou um maior conhecimento em relação ao funcionamento de um hospital, juntamente com as dificuldades enfrentadas diariamente. Vivenciar os momentos de um farmacêutico, sua atuação nas diferentes áreas do ambiente hospitalar; aprender a interpretação de prescrições médicas, como se relacionar com diversos setores da área hospitalar; vivenciar o ambiente profissional e perceber como a profissão farmacêutica possui um amplo campo de atuação.	Não foram citadas.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
			Planejadas	Desenvolvidas				
<b>E18</b>	Estágio realizado no HULW, importantíssimo para estimular a boa prática de saúde e o seu progresso favorece a formação dos alunos.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Nas áreas de Farmácia Hospitalar, CAF Ambulatórios e Dispensação dos Medicamentos.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Permitiu observar a atuação da equipe de farmacêuticos e como eles fazem uso de seus conhecimentos técnico-científicos no avanço clínico do paciente, na gestão de medicamentos e produtos para a saúde e da farmácia. Além disso, essas experiências possibilitam o aperfeiçoamento do conhecimento dos alunos.	Não foram citadas.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
			Planejadas	Desenvolvidas				
E19	O HULW foi o local escolhido para o estágio V, um hospital de referência para todo o Estado da Paraíba.	Compreender a dinâmica de funcionamento de um hospital e o papel do farmacêutico nos diversos setores da farmácia hospitalar.	Não foram citadas.	Acompanhamento dos profissionais e realização de atividades em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto, Farmácia Clínica na Clínica Cirúrgica, Farmácia Ambulatorial, Produtos para a Saúde, Farmácia de Manipulação da Nutrição Parenteral.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	De fundamental importância para que o estudante de Farmácia tenha uma visão e compreensão da farmácia hospitalar, abrangendo todos os seus setores, bem como o funcionamento e a organização de um hospital. Assim, contribui para o conhecimento e a descoberta de suas possíveis áreas de interesse.	Não foram citadas.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
			Planejadas	Desenvolvidas				
<b>E20</b>	O HULW funciona para formação de profissionais de saúde de referência para todo o Estado da Paraíba.	Diante da complexidade do hospital-escola, atrelado à disciplina teórica Farmácia Hospitalar, o estágio despertava bastante interesse em conhecer mais acerca dos diferentes setores existentes no ambiente hospitalar.	Era de conhecimento que seriam atividades como o acompanhamento da nutrição parenteral, visitas à CAF, fracionamento, bem como produtos para saúde e visitas a diferentes setores, juntamente com as farmacêuticas responsáveis pela farmácia clínica.	Acompanhamento dos profissionais e realização de atividades em Farmácia Ambulatorial, Farmácia Clínica, Dispensação, CAF e Unidade de Produtos para a Saúde (UPS).	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Contribuiu bastante com a formação. O hospital, em sua complexidade, oferece muito aos estudantes. Além do fato de ser um hospital-escola, há muita atenção e cuidado nos repasses de informações, sempre tirando todas as dúvidas de como proceder e qual a função do profissional farmacêutico em cada setor.	A Farmácia Ambulatorial estava em mudança de local; bem visível, tornava-se um pouco constrangedor para os usuários que não gostam de ser reconhecidos.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
			Planejadas	Desenvolvidas				
E21	Estágio realizado no HULW, estrutura de saúde de referência para o Estado da Paraíba que oferece diversas especializações, além de disponibilizar campo de prática na profissionalização.	O estágio de vivência é uma disciplina essencial para a formação, de modo integral do aluno do Curso de Farmácia, possibilitando que este saia bem preparado para o mercado de trabalho, bem como torna mais fácil a associação da teoria com a prática.	Não foram citadas.	Acompanhamento dos profissionais e realização de atividades em Farmácia Clínica, UTI – Unidade de Terapia Intensiva, pediátrica e neonatal, setor de DIP – Doenças Infecto Parasitárias, CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico, Unidade de abastecimento e dispensação, Farmacotécnica, Fracionamento de medicamentos, Farmácia Ambulatorial.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Foi possível relacionar, de forma significativa, a teoria, oferecida pela disciplina Farmácia Hospitalar, com a vivência dentro do hospital. Foi de extrema relevância conhecer uma das várias áreas de atuação do farmacêutico, proporcionando ao aluno uma visão mais ampla do curso e consolidando o aprendizado.	Não foram citadas.



## PERÍODO: 2018.2

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
			Planejadas	Desenvolvidas				
<b>E22</b>	Cita a farmácia como um setor muito importante para o hospital, sendo necessária a racionalização dos recursos disponíveis, por ser uma área que demanda altos gastos financeiros para ser efetivamente mantida.	Bastante empolgada com excelentes expectativas para iniciar o estágio em questão e ter a oportunidade de aprender mais sobre estas áreas.	Dentre os objetivos do estágio, podemos elencar os seguintes itens: conhecer serviços e rotina da instituição hospitalar; acompanhar as ações do Ciclo de Assistência Farmacêutica dentro do hospital e sistema de distribuição implementados na instituição; participar do controle e dispensação de medicamentos controlados; acompanhar e participar das atividades específicas de cada hospital (farmácia clínica, quimioterapia, nutrição parenteral, farmacovigilância, CFT e CCIH, etc.).	Foi realizada uma visita geral a todos os andares do HULW; prática na farmácia satélite; acompanhamento da rotina de um farmacêutico clínico; participação do Curso de Cuidados Terapêuticos; visita à farmácia ambulatorial e Centro de abastecimento farmacêutico; dispensação de medicamentos Antirretrovirais, observando a maneira de agir do farmacêutico perante pacientes necessitados.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	A oportunidade de adquirir mais conhecimento sobre administração hospitalar, interpretação de prescrições médicas, interpretação de exames laboratoriais, assim como a me relacionar com diversos setores da área hospitalar, além de ter contato com a vivência em um ambiente profissional.	Na farmácia clínica na Unidade de Tratamento Intensivo, presenciamos debates entre diversos profissionais da área da saúde que tinham o objetivo de chegar a um consenso sobre a melhor maneira de fornecer a farmacoterapia aos pacientes da UTI.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
E28	O HULW apresenta estrutura monobloco, vertical, geral.	O estágio em hospital demonstra o emprego do farmacêutico, não apenas na dispensação do medicamento, como em outros setores, como, por exemplo, a nutrição parenteral, fracionamento e muitas outras atividades.	Não foram citadas.	O estágio foi de grande importância, visto que pude participar diretamente da vivência com o paciente em uma nova vertente, podendo associar o conhecimento da teoria com a prática. Vendo a forma de separação de produtos para a saúde, podendo participar da nutrição parenteral, analisando todos os cuidados, para que fosse estéril e não causasse dano nenhum.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Um dos melhores estágios, onde pude associar prática e teoria. Graças à capacitação da professora e aceitabilidade pelo HULW, podemos vivenciar diversos setores, como a clínica, ambulatório. Por fim, é notória a participação do farmacêutico nas demandas do hospital.	Não foram citadas.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
<b>E29</b>	O local do estágio foi o HULW.	Não foram citadas.	Foi planejado um rodízio durante os dias de estágio, em que cada participante passasse por todos os setores da farmácia hospitalar: Central de Abastecimento Farmacêutico, Farmácia Clínica e Dispensação, bem como outras áreas.	Visita à farmácia hospitalar, à CAF, à sala de nutrição parenteral. Atividades realizadas na CAF, farmácia ambulatorial e farmácia clínica.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Muito proveitoso, quanto à experiência e vivência da farmácia hospitalar, conhecer todos os processos que envolvem os medicamentos e os produtos para a saúde, todos os protocolos existentes, os métodos de aquisição de seleção, programação, distribuição e dispensação. O estágio de vivência é o momento em que saímos dos muros da Universidade para vivenciar o que a nossa profissão faz.	No dia da visita ao hospital, a professora se reuniu conosco no início, a fim de discutir como iria funcionar o nosso estágio, e como seriam as atividades realizadas. Também foi feita a entrega dos crachás para acesso ao hospital, e dos termos de compromisso, a serem assinados e anexados no SIGAA.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
<b>E30</b>	No HULW, a farmácia conta com diversos farmacêuticos e funcionários, bem como farmacêuticos residentes, prestando um importantíssimo serviço em entender e reconhecer potenciais problemas relacionados a medicamentos.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Visita aos diversos setores do hospital e atividades realizadas na Central de Abastecimento Farmacêutico, Farmácia Clínica, UTI – Unidade de Terapia Intensiva, Unidade de Abastecimento e Dispensação, Farmacotécnica, Fracionamento de medicamentos, Farmácia Ambulatorial, Unidade de produtos para Saúde.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Possibilitou relacionar, de forma significativa, a teoria, oferecida pela disciplina Farmácia Hospitalar, com a vivência no hospital; sendo de extrema relevância conhecer uma das várias áreas de atuação do farmacêutico, proporcionando ao aluno uma visão mais ampla do curso e consolidando seu aprendizado.	Não foram citadas.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
E31	O HULW foi o local escolhido para o estágio V. Referência para todo o Estado da Paraíba, é o hospital-escola da UFPB desde a década de 80.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Acompanhamento dos profissionais e realização de atividades na unidade de produtos para a saúde, Farmácia Ambulatorial, Farmácia Clínica, CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico, Bloco Cirúrgico – farmácia satélite, Dispensação, Farmacotécnica e Nutrição Parenteral.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Contribuiu muito na formação do aluno. Nele, foi possível passar por vários setores da farmácia hospitalar, de forma participativa, aprendendo, a cada dia, as mais diversas formas de contribuir com essa farmácia, conhecendo a equipe e os processos que são realizados todos os dias.	Não foram citadas.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
E32	A farmácia hospitalar do HULW é dividida fisicamente em quatro recintos, sendo eles a farmácia hospitalar propriamente dita, que compreende as áreas de chefia, administração, fracionamento e dispensação de medicamentos, a farmácia satélite, que se encontra alocada no setor de cirurgias para otimização da dispensação, na farmácia ambulatorial, exclusiva para acompanhamento, distribuição e dispensação de medicamentos para pessoas com casos de doenças crônicas e comorbidades específicas, como HIV/AIDS e tuberculose, e a Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), que recebe, armazena e distribui os medicamentos utilizados no serviço intra-hospitalar.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Visita à Farmácia Hospitalar do HULW, à Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), à Chefia da Farmácia Hospitalar e Farmácia Satélite do Bloco Cirúrgico. Acompanhamento: dos processos de fracionamento, verificação de prescrição e dispensação dos medicamentos; da distribuição na Unidade de Produtos para Saúde; da manipulação de nutrição parenteral total (NPT); as atividades da Farmácia Clínica Hospitalar; dos serviços da Farmácia Ambulatorial; do envase de saneantes enzimáticos, e visita ao setor de nutrição enteral.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	A vivência em farmácia hospitalar favoreceu ao aluno um conhecimento amplo sobre as diversas atribuições do farmacêutico no âmbito hospitalar, podendo correlacionar a teoria, vista em sala de aula, com a prática logística, gestora e clínica, as adaptações necessárias, os desafios encontrados e as potencialidades obtidas pela atuação do profissional farmacêutico, possibilitando, assim, uma formação rica, coerente e real do campo profissional.	A visita aos departamentos clínicos, administrativos e assistenciais do HULW foi um momento de grande valia para o alunado, visto que muitos serviços ali oferecidos ainda eram desconhecidos, a exemplo da academia para pacientes, alunos e funcionários. Também foi possível identificar diversas potencialidades e desafios que encontrados pelas equipes multiprofissionais diante do campo de trabalho.

Identificação	Caracterização do local do estágio	Expectativas iniciais	Atividades		Dificuldades encontradas	Intervenções	Análise da experiência do estágio	Outras informações
E23	Vivenciado no Hospital Universitário Lauro Wanderley, durante o semestre 2018.2, nas terças-feiras, das 8 às 11h da manhã.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Foram desenvolvidas diversas atividades no Setor do Sistema de Distribuição de Medicamentos por Dose Unitária (SDMNU), no Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF), na Sala de estoque e armazenamento dos produtos e insumos farmacêuticos, no setor da triagem farmacêutica e de prescrições, no setor de atendimento e recebimento dos medicamentos antirretrovirais e na farmácia clínica.	Não foram citadas.	Não foram citadas.	Proporcionou o desenvolvimento de habilidades, análises críticas de situações sobre a terapêutica medicamentosa dentro dos critérios éticos profissionais, prestando uma atenção farmacêutica com qualidade, a qual atenda, de forma adequada, a farmacoterapia do paciente, e participando da rotina hospitalar.	Não foram citadas.

**APÊNDICE F – MINUTA DE RESOLUÇÃO SOBRE NORMATIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFPB**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA**

**RESOLUÇÃO/CCGF/CCS Nº \_\_\_\_/2020**

Normatiza os Estágios Supervisionados do Curso de Graduação em Farmácia, de acordo com o que dispõe a RESOLUÇÃO 16/2015 do CONSEPE.

O COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei 9.394/96, Lei Nº 11.788/2008, Instrução Normativa Conjunta Nº 01 - PROGEP/PROPLAN/PRG/GR de 20 de setembro de 2016 e a RESOLUÇÃO 16/2015 do CONSEPE,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Nº 23074.\_\_\_\_\_/2020-\_\_\_\_

**RESOLVE:**



Art. 1º - Normatizar o Estágio Curricular Supervisionado obrigatório do Curso de Graduação em Farmácia da Universidade Federal da Paraíba.

§ - 1º - Entende-se por Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, como um componente curricular norteado pelos princípios da integração teoria e prática, realizado pelo estudante na própria Instituição ou em unidades concedentes de estágios na mesma área, sob a forma de vivência profissional sistemática, intencional, acompanhada e constituída na interface do Projeto Pedagógico de Curso – PPC, contribuindo para a formação profissional do estudante.

## CAPÍTULO I

### **Da natureza, programação e objetivos dos estágios.**

Art. 2º –Os estágios supervisionados obrigatórios serão realizados a partir do 5º período do Curso e tem a natureza de Vivência em Serviços Farmacêuticos, terá duração de trezentos e quinze (315) horas, equivalente a 21 créditos.

§ 1º - Os Estágios Supervisionados obrigatórios de Vivência serão distribuídos da seguinte forma: 45 horas para Estágio de Vivência em Atenção à Saúde; 45 horas para Estágio de Vivência em Farmácia Hospitalar; 45 horas para Estágio de Vivência em Farmácia Magistral; 90 horas para Estágio de Vivência em Processos Industriais e 90 horas para Estágio de Vivências em Análises Clínicas e Toxicológicas.

Art.3º- Estágio Supervisionado de Vivência em Atenção à saúde deverá preferencialmente abranger as seguintes áreas:

- 1 Organização Geral do Sistema Único de Saúde;
- 2 Central de Abastecimento e Distribuição Farmacêutica,
- 3 Programas de Atenção Farmacêutica Governamentais,
- 4 Atenção e Assistência Farmacêutica no SUS.

Art. 4º-Estágio Supervisionado de Vivência em Farmácia Hospitalar deverá preferencialmente abranger as seguintes áreas:

- 1 Apresentado aos estudantes a Farmácia Hospitalar;
- 2 Organização e funcionamento de uma Farmácia Hospitalar;
- 3 Aquisição de medicamentos e correlatos, armazenamento e controle de estoque;
- 4 Dispensações e a destruição de medicamentos e correlatos às unidades hospitalares;

## 5 Orientações de pacientes internos e ambulatoriais

Art.5º- Estágio supervisionado de Vivência em Farmácia Magistral deverá preferencialmente abranger as seguintes áreas:

- 1 O funcionamento de uma farmácia magistral;
- 2 O uso do manual de boas práticas de manipulação;
- 3 Atendimento ao usuário e orientação farmacêutica;
- 4 Avaliação da prescrição;
- 5 Controle de estoque e técnicas de estocagem e armazenagem;
- 5 Cálculos matemáticos em preparações magistrais, manipulação de semi-sólidos, sólidos e líquidos;
- 6 Controle de qualidade em farmácia magistral, manipulação homeopática.

Art. 6 º- Estágio supervisionado de Vivência em Processos Industriais deverá preferencialmente abranger as seguintes áreas:

- 1 Produção e controle de qualidade de medicamentos;
- 2 Boas Práticas de Fabricação e Controle;
- 3 Boas Práticas de Laboratório;
- 4 Garantia da Qualidade;
- 5 Planejamento e Controle de Produção;
- 6 Desenvolvimento e Pesquisa de novos produtos.

Art.7º-Estágio Supervisionado de Vivência em Análises Clínicas e Toxicológicas deverá preferencialmente abranger as seguintes áreas:

- 1 Orientação ao paciente, inquérito pré-analítico, coleta, seleção de amostras;
- 2 Desenvolvimento de técnicas especializadas de análise diagnóstica (Bioquímica, Citologia, Hematologia, Parasitologia, Microbiologia, Imunologia, Micologia);
- 3 Registro de dados, avaliação crítica dos resultados;
- 4 Sistema de Garantia da Qualidade em Análises Clínicas.

Art. 8º- Os Estágios Supervisionados, como estágios de aprofundamento, serão aplicados no último período do Curso e tem a natureza de vivência e de intervenção técnica, terá duração de quinhentas e quarenta (540) horas, equivalente a 36 créditos.

§ 1º- Os Estágios Supervisionados obrigatórios do último período do Curso serão aplicados da seguinte forma: 210 horas para o Estágio Supervisionado em Farmácia Pública e Hospitalar, 120 horas no Estágio Rural Integrado, obrigatório a todos os estudantes, e 210 horas a ser cumprida por escolha do discente entre o Estágio Supervisionado em Indústria ou o Estágio Supervisionado em Análises Clínicas.

2º O Estágio Regional Interprofissional – ERIP/SUS, de caráter obrigatório, terá coordenação específica com programação e atividades a serem desenvolvidas em conjunto com alunos de outros cursos da área de saúde da UFPB.

Art. 9º - O Estágio Supervisionado em Farmácia Pública e Hospitalar deverá preferencialmente abranger os seguintes serviços:

1. Serviço de Farmácia Hospitalar/Clínica;
2. Serviço de Assistência Farmacêutica;
3. Serviço de Farmácia em Saúde Coletiva;
4. Serviço de Farmácia em Comunidades;
5. Serviço de Manipulação Farmacêutica alopática e ou homeopática.

Art. 10º- O Estágio Supervisionado obrigatório em Indústria deverá preferencialmente abranger as seguintes áreas:

1. Gestão e Desenvolvimento Industrial
2. Produção de Formas Farmacêuticas sólidas e/ou
3. Produção de Formas Farmacêuticas Semi-sólidos e/ou
4. Processos Industriais em Tecnologia de Alimentos e/ou
5. Produção de Formas Farmacêuticas líquidas
6. Sistema de Garantia da Qualidade.

Art. 11º - O Estágio Supervisionado obrigatório em Análises Clínicas deverá preferencialmente abranger os seguintes setores:

1. Orientação ao paciente, inquérito pré-analítico, coleta, seleção de amostras.

2. Desenvolvimento de técnicas especializadas de análise diagnóstica (Bioquímica, Citologia, Hematologia, Parasitologia, Microbiologia, Imunologia, Micologia).
3. Registro de dados, avaliação crítica dos resultados.
4. Sistema de Garantia da Qualidade em Análises Clínicas

Art. 12º - A programação pedagógica dos Estágios Supervisionados obrigatórios será elaborada pelos docentes-supervisores e aprovada pela Assessoria Pedagógica e Colegiado do Curso de Farmácia.

Parágrafo Único- Os Estágios Supervisionados obrigatórios do Curso, com programação e avaliação específicas, serão desenvolvidos sob a supervisão docente, assegurada a efetiva participação dos farmacêuticos supervisores dos Serviços de saúde onde se desenvolve o estágio, inclusive na elaboração da programação e nos processos de supervisão e de avaliação do estudante a nível local.

Art. 13º - São objetivos do estágio:

- 1) Possibilitar ao discente de farmácia uma visão crítica do papel do profissional farmacêutico enquanto membro de equipes multidisciplinares nos diversos níveis de atenção do Sistema Único de Saúde;
- 2) Possibilitar ao estudante a vivência e a intervenção nas diversas áreas de atuação do farmacêutico;
- 3) Proporcionar a aprendizagem e a formação profissional a partir da Vivência na estrutura organizacional dos diversos Serviços Farmacêuticos;
- 4) Possibilitar ao estudante a intervenção crítica e criativa no desenvolvimento de produtos e processos.

## **CAPÍTULO II**

### **Do Campo de Estágio:**

Art. 14º - Os Estágios Supervisionados obrigatórios serão desenvolvidos em Farmácias, Hospitais, Laboratórios de Análises Clínicas, Indústrias (Medicamentos e

Alimentos), Unidades Básicas de Saúde e outras instituições que proporcionem a formação teórico-prática do profissional nas suas diversas áreas de atuação.

§ - 1º - Os estágios poderão ser realizados em unidades da Universidade Federal da Paraíba ou em Instituições conveniadas, nos termos da Resolução Nº 16/2015 – CONSEPE/UFPB;

§ - 2º - Os convênios serão celebrados com instituições que atendam aos seguintes requisitos:

I – Possibilitem o aprofundamento da aprendizagem e da formação do profissional;

II – Proporcionem a vivência da situação de trabalho em equipe estimulando a liderança e a tomada de decisões;

III – Disponham de infraestrutura compatível com o desenvolvimento das atividades do farmacêutico;

IV – Ofereça condições de realização de um processo docente–assistencial para supervisão e avaliação dos estagiários.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do Processo de Supervisão:**

Art. 15º - Entende-se por supervisão de estágio o acompanhamento e a orientação ao estagiário em uma relação que envolve conhecimentos teórico-práticos das atividades inerentes a profissão, de forma a garantir os objetivos estabelecidos no Art. 13º desta Resolução.

§ - 1º - A Supervisão do Estágio será exercida por docentes do Curso de Graduação em Farmácia e/ou farmacêuticos credenciados pelos respectivos Serviços.

§ - 2º - A indicação dos Supervisores docentes será feita pelo Departamento de Ciências Farmacêuticas, respeitando-se a área de formação e a experiência profissional.

Art. 16º - A supervisão do Estágio poderá ser exercida de acordo com as seguintes modalidades:

I – Supervisão direta, que se constitui no processo de acompanhamento presencial realizado pelo docente, provendo orientação, supervisão e avaliação dos estagiários nas atividades desenvolvidas no estágio pelos docentes com a participação de profissionais não-docentes dos locais de estágios.

II – Supervisão indireta, que se constitui no processo de acompanhamento não-presencial realizado pelo docente, provendo orientação, supervisão e avaliação dos estagiários nas atividades desenvolvidas no estágio pelos docentes com a participação de profissionais não-docentes dos locais de estágios.

#### **Capítulo IV**

#### **Do Processo de Avaliação.**

Art. 18º - A avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem, devendo ser realizada sob dois enfoques: avaliação do estágio e avaliação do estagiário.

Art. 19º - A avaliação do estágio será realizada pelos docentes, discentes e supervisores envolvidos na atividade, com a finalidade de subsidiar o processo de aprimoramento curricular.

Parágrafo Único - Esta avaliação será realizada por meio de um instrumento específico, elaborado pela Comissão de Avaliação Pedagógica e deverá avaliar as condições materiais, de recursos humanos, e o cenário geral de aprendizagem oferecido pelo estágio.

Art. 20º - A avaliação do estagiário compreenderá aspectos objetivos e subjetivo e será realizada pelos docentes e farmacêuticos supervisores de forma sistemática e contínua, com base na análise dos seguintes comportamentos esperados do discente:

- f) Domínio do conteúdo teórico-prático;
- g) Habilidade prática na execução das atividades;
- h) Postura profissional (comportamento moral e ético);
- i) Frequência e pontualidade;
- j) Capacidade de síntese e análise crítica (relatório final).

Art. 21º – Será parte do programa de estágio a realização de atividades pedagógicas de problematização a ser programada pela Assessoria Pedagógica e Supervisor Docente ou a nível local, a partir de metodologias ativas, ou estudo de casos.

Art. 22º - Será considerado aprovado o aluno que obtiver no mínimo média 7,0 (sete) e integralizar 100% da carga horária total do estágio.

Art. 23º - Cabe à Coordenação do Curso encaminhar à CEM/PRG, no início de cada período letivo, relação contendo nome, matrícula, data de nascimento, CPF dos estudantes matriculados na(s) disciplina(s) de estágio curricular supervisionado obrigatório, e dos concluintes, para inclusão e exclusão, respectivamente, na apólice coletiva de seguro de acidentes pessoais da UFPB, se for o caso.

Art. 24º - Os casos omissos dessa RESOLUÇÃO serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Graduação em Farmácia, obedecidos os parâmetros da Resolução Nº 16/2015 – CONSEPE/UFPB.

Art. 25º - Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições anteriores.

Colegiado do Curso de Graduação em Farmácia

João Pessoa, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020.